



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 7ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 8ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/5/2012

Presidência dos Deputados José Henrique, João Leite e Rômulo Viegas

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Délio Malheiros e Sávio Souza Cruz; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de ordem - 2ª Fase: Questões de ordem - Registro de presença - Questões de ordem - Inexistência de quórum para votação - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.060/2012; discursos dos Deputados Antônio Júlio, Rogério Correia e Sávio Souza Cruz; prorrogação da reunião; discursos dos Deputados Duarte Bechir e Adalclever Lopes; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Hely Tarquínio - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 9h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Romel Anízio, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Délio Malheiros.



O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, a ata foi lida pelo ilustre Deputado Romel Anízio, e é importante que esta Casa debata os problemas da cidade. Assistimos ontem em Belo Horizonte a um verdadeiro caos do trânsito e à inoperância, por completo, dos órgãos de trânsito desta Capital, que apenas multam e não tomam as providências devidas. Eles deveriam estar com veículos reboques à disposição da população, conforme permite o Código de Trânsito, para impedir que a cidade pare como aconteceu ontem à noite, por conta de um carro com problemas mecânicos no Anel Rodoviário, outro na Amazonas e um acidente na Av. Cristiano Machado. A cidade parou. O governo federal não investe um centavo sequer no Anel Rodoviário, e a Prefeitura da cidade, com seus órgãos de trânsito, não fez absolutamente nada, deixando o belo-horizontino em uma situação de constrangimento e ameaça. As pessoas precisavam chegar aos hospitais, e não conseguiam. Os carros da polícia também não conseguiam chegar para lavar as ocorrências. Vemos que a Prefeitura de Belo Horizonte apenas aplica penalidades de trânsito, deixando de fazer o que deveria. Onde estava a BHTRANS nesse momento? Sr. Presidente, é hora de assumir, nesta cidade, com pulso firme, alguém na Prefeitura que cuide do trânsito de nossa Capital. Não podemos conviver com o caos. A Rádio Itatiaia, por meio das palavras do Eduardo Costa, com enorme fidelidade, retratou a sensação do cidadão de Belo Horizonte, que vê sua cidade abandonada em relação ao trânsito, à saúde e aos serviços essenciais e básicos de que o cidadão precisa. Portanto, chamo a atenção, pois vamos cobrar que haja uma maior eficiência dos órgãos de trânsito quando ocorrerem esses episódios em nossa Capital. Os taxistas, Sr. Presidente, têm se desdobrado, estão trabalhando 10, 12, 14 horas por dia para atender à população de Belo Horizonte, com a enorme presteza e dedicação que sempre tiveram. Mas eles não dão conta. Não existe um transporte coletivo eficiente porque o trânsito não anda. A média da velocidade há 10 anos era de 30km/h, hoje não chega a 15km/h. Portanto, Sr. Presidente, é hora de se adotar alguma postura para que a cidade não pare novamente, para que o cidadão tenha o direito de se locomover e não seja vítima desse descaso no trânsito de Belo Horizonte.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Quero exatamente fazer coro com as palavras do Deputado Délio Malheiros. O descaso da Prefeitura de Belo Horizonte, tanto em relação à saúde e à educação como, muito especialmente, em relação à mobilidade urbana, chega a ser um escárnio com a população de Belo Horizonte. É preciso não fecharmos os olhos com as responsabilidades. O atual Prefeito, o Sr. Marcio Lacerda, até quatro anos atrás era uma figura absolutamente desconhecida da população de Belo Horizonte; portanto, é necessário aprofundarmos na responsabilização desse absoluto caos que se instalou em Belo Horizonte. Quem patrocinou a colocação, a fôrceps, a peso de ouro, com controle da imprensa, do Sr. Marcio Lacerda na Prefeitura de Belo Horizonte? São esses, Deputado Délio Malheiros, os verdadeiros responsáveis pelo caos instalado em Belo Horizonte, e eu não tenho dificuldade em nominá-los. São basicamente dois atores políticos: o atual Ministro Fernando Pimentel e, muito especialmente, o atual Senador Aécio Neves. É preciso que a gente não conte apenas parte da verdade, que a gente não apenas aponte os defeitos, mas que tenhamos a coragem de apresentar ao povo de Belo Horizonte a responsabilidade do que ocorre em nossa cidade. O diagnóstico feito pelo Deputado Délio Malheiros é absolutamente verdadeiro e correto. É preciso fazer uma regressão no tempo, voltarmos quatro anos atrás e lembrarmos aquilo que Aécio Neves e Fernando Pimentel apresentaram ao povo de Belo Horizonte como sendo uma espécie de panaceia: uma pessoa desconhecida de todos, que, no dizer dessas lideranças, era a única pessoa capaz, entre todas, de administrar Belo Horizonte. Observamos hoje que esse cidadão escolhido por Aécio Neves e Fernando Pimentel transformou Belo Horizonte em uma terra sem lei, numa cidade onde o direito de ir e vir virou fantasia, onde o direito constitucional não pode ser exercido na prática porque a mobilidade urbana deixou de existir, onde a segurança também deixou de existir porque ele vive em absoluto confronto com os guardas municipais, os quais ele teima e insiste em desrespeitar; onde a saúde, assim como no Estado, entrou em absoluto colapso e onde a educação pública também está abandonada. Portanto, o diagnóstico apresentado pelo Deputado Délio Malheiros é absolutamente verdadeiro, mas é preciso aprofundarmos o assunto e responsabilizarmos claramente as duas lideranças políticas que bancaram perante a opinião pública esse descabro que se instalou em Belo Horizonte: Fernando Pimentel e Aécio Neves.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Questões de Ordem

A Deputada Liza Prado - Quero relatar um fato acontecido ontem na nossa cidade, que nos deixou bastante preocupados. Todo o transporte e todas as pessoas precisam passar pelo Anel Rodoviário, e o Deputado Délio Malheiros tem razão em dizer que o acidente tornou o trânsito insuportável. Aliás, o trânsito desta cidade já é insuportável todos os dias. Temos que entender que o Prefeito Marcio Lacerda tem feito um brilhante trabalho. Deputado Rogério Correia, o nosso Prefeito pegou um problema gravíssimo de vários governos. O crescimento da cidade tem sido um horror. A vida das pessoas, em razão da carga de estresse, é insuportável. Elas ficam horas e horas para chegar ao trabalho. Aliás, já chegam cansadas e não conseguem trabalhar como deveriam. Demoram uma, duas horas para ir e mais uma, duas horas para voltar. É um absurdo. Essa falta de planejamento é um problema de todo o Brasil. O incentivo para a compra de carro, com a retirada do IPI, agrava ainda mais o problema, porque são mais carros nas ruas. Além disso, não há incentivo para as ciclovias nem obras necessárias. Apesar disso, o Prefeito Marcio Lacerda tem feito muitas obras: trincheiras, Linha Verde e muitas outras para melhorar a vida do povo. Mas isso ainda não é suficiente. Um acidente no Anel Rodoviário parou tudo. As pessoas realmente ficam sem saber o que fazer. Esta cidade precisa de mais obras, porque as que foram feitas são insuficientes. Tenho certeza de que o Prefeito Marcio Lacerda está preocupado com isso, mas nós também temos de discutir e nos aprofundar na questão da mobilidade urbana. A população não consegue andar, os ônibus não funcionam direito, o trânsito é um caos. Faltam faixas de pedestre em todo o País. Que cidade queremos? Uma cidade cheia de poluição, em que as pessoas não tenham direito de ir e vir? Quero apenas fazer a defesa de um Prefeito que tem feito muito. Um dos melhores Prefeitos da América Latina. Realmente, o problema do transporte é gravíssimo. O povo brasileiro não aguenta mais. As pessoas perdem horas e horas paradas nas



filas. O estresse é muito grande, sem falar da violência no trânsito. Quero apenas fazer coro com as palavras do Deputado Délio Malheiros e parabenizar o Prefeito pelo trabalho que tem feito e pelo esforço da sua equipe. Todas as críticas e sugestões procedem, porque sabemos que são feitas de forma fraterna e para melhorar. Estamos caminhando para melhorar, mas, para o problema do trânsito, não vejo solução em curto prazo.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, como belo-horizontino, nascido nesta cidade, acompanho a cena do desenvolvimento da nossa cidade e os gargalos e as dificuldades da mobilidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte está obrigada a receber todo o tráfego da Região Metropolitana. Os caminhoneiros que levam as cargas do porto do Rio de Janeiro para Brasília e para outras localidades precisam passar por Belo Horizonte, pelo Anel Rodoviário, que hoje é na verdade uma avenida de Belo Horizonte. Aliás, ele nunca foi um anel, mas, sim, um arco. Ele não é um anel, porque não faz o contorno completo de Belo Horizonte. A Av. do Contorno foi pensada pelos arquitetos e planejadores de Belo Horizonte para as pessoas viverem dentro do seu contorno, mas a população da cidade a extrapolou logo nos primeiros anos da Capital. Da mesma forma, o Anel Rodoviário de Belo Horizonte, que não é anel, mas arco, Líder Romel Anízio, que recebe todo o tráfego do Triângulo Mineiro, de quem quer ir, por exemplo, para o Nordeste brasileiro. As pessoas que vêm pela BR-381, do Sul, de São Paulo e dos Estados do Sul do Brasil, transportando cargas para o Norte e Nordeste brasileiro, terão de passar pelo Anel Rodoviário de Belo Horizonte, que quero chamar de arco rodoviário de Belo Horizonte. O Anel deixou de ser uma rodovia para se tornar uma avenida urbana dentro da cidade. Ontem, no Km 2 do arco rodoviário de Belo Horizonte, houve um acidente que parou o Anel Rodoviário por quase 8 horas. O acesso de todas essas cargas, o acesso do Sul do Brasil ao Norte, o acesso do Mercosul ao Nordeste e Norte brasileiro ficou parado por 8 horas. E isso porque o Anel Rodoviário não é mais rodovia, mas, sim, uma avenida urbana. E o governo federal, agora, retirou o Rodoanel Norte e o Rodoanel Sul de Belo Horizonte do PPA. E não há previsão. Um dos elaboradores do PPA do governo federal entendeu que Belo Horizonte já tem anel rodoviário. Tem de falar, em Brasília, para eles, que hoje o Anel Rodoviário de Belo Horizonte é uma avenida urbana, quase no centro de Belo Horizonte. O Bairro Barreiro está para além do Anel Rodoviário, assim como Olhos d'Água e Pilar. Aliás, vários bairros de Belo Horizonte estão para além do Anel Rodoviário. Quantos bairros existem na região do Barreiro, Milionários, Barreiro de Cima, Bairro das Indústrias, enfim, todos esses bairros estão para além do Anel Rodoviário. Então, o trânsito em Belo Horizonte fica impossível se não houver o Rodoanel Norte, uma obra prevista para o contorno de Belo Horizonte, iniciando-se em Ravena, na BR-381 norte, terminando em Betim, já na BR-381 sul, com 600km duplicados pelo PSDB, por Fernando Henrique Cardoso; e o Rodoanel Sul, que começa em Betim e termina na BR-040, já após o Mutuca, onde colhemos as nossas águas para a população de Belo Horizonte. Portanto, Sr. Presidente, é simplista o pensamento daqueles que querem dizer que o problema de Belo Horizonte está na Av. Olegário Maciel, na Av. do Contorno, na Antônio Carlos, na Cristiano Machado, na José Cândido da Silveira, na Av. Amazonas. A Av. Amazonas pode perfeitamente ter uma boa vazão, se completado o metrô do Calafate ao Barreiro. Portanto, Sr. Presidente, as obras que Belo Horizonte necessita são: metrô, para mobilidade; Rodoanel Norte e Rodoanel Sul. O governo federal tem de cumprir o seu papel. O governo federal abandonou Belo Horizonte, esqueceu-se de Belo Horizonte. São 10 anos sem um centavo para a mobilidade urbana de Belo Horizonte, e alguns vêm aqui dizer que o problema é na Av. Antônio Carlos. E não é, mas, sim, no Anel Rodoviário; Anel Rodoviário do governo federal.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, gostaria de trazer à baila um fato ocorrido ontem na cidade de Contagem. Alguns policiais da Corregedoria adentraram um templo evangélico e, usando e abusando de autoridade, abordaram cidadãos, pessoas de bem, exigindo documentações, invadindo salas, o que não era de competência de policiais da Corregedoria. Eles tiveram uma atitude arbitrária, inconsequente, colocando pessoas em constrangimento. Mas o que me chama atenção em tal comportamento talvez seja o fato de ainda existirem alguns coronéis ligados a empresas de segurança. Coronéis que, por sua vez, colocaram pessoas como laranjas para comandarem determinadas empresas de segurança. E eles estão usando a própria Corregedoria para adentrar estabelecimentos, por denúncias de policiais que estão fazendo bico, numa forma de constranger empresas e pessoas, a fim de que essas contratem suas empresas de segurança. É essa uma atitude lamentável, inaceitável, por parte de policiais da Corregedoria. Mas não pretendo ater-me apenas a esse assunto. Se a preocupação da Corregedoria é com os policiais que estão fazendo bico, gostaria de saber sobre os policiais que foram flagrados em um motel em Uberlândia, em ato de orgia. Deputado Antônio Júlio, imagine policiais envolvidos em orgia. Em Uberlândia, as fotos foram veiculadas pela internet, mas, de alguma forma, conseguiram retirá-las. Até hoje, a Corregedoria não deu uma explicação plausível para esse fato. Chegou ao nosso conhecimento que esses policiais estavam, em um momento de trabalho, praticando orgia. Se não me falha a memória, estavam envolvidos três homens, uma mulher, que, me parece, era Cabo, e duas prostitutas, com dinheiro público. Enquanto o cidadão paga pela sua segurança, a Corregedoria está preocupada com o policial que faz bico, e não utiliza a sua autoridade para apurar denúncias que envolvem policiais que adotam condutas inadequadas. Isso é apenas um fato. Na parte da tarde, trarei outros assuntos. Cobrarei da Corregedoria, e, se for necessário, acionaremos os direitos humanos e a segurança pública e convocaremos, ou melhor, como muitos não gostam dessa palavra, convidaremos o Coronel da Corregedoria para prestar informações sobre essa orgia praticada por policiais da Polícia Militar em Uberlândia.

A Deputada Luzia Ferreira - Obrigada, Sr. Presidente. Gostaria de dizer que os problemas relacionados com Belo Horizonte, especialmente os relativos ao tráfego, se devem a um acúmulo de questões que não foram solucionadas a seu tempo, visando a preparar a cidade para conviver também com esse número exagerado de carros. A população de Belo Horizonte basicamente se desloca com a utilização de veículo individual. Essas medidas são estruturais. O Deputado João Leite, com muita sabedoria, já relatou algumas medidas. O nosso dilema é o Anel Rodoviário, via urbana de tráfego pesado, que convive também com carros de transporte individual. Já falamos aqui em medidas, como o Rodoanel, o Anel Sul e o Anel Norte, já projetados, com o empenho grande não apenas do poder público local, da Prefeitura e do governo do Estado, mas também dos empresários e das entidades do movimento social. Esse assunto tem sido discutido há mais de oito anos, mas, até hoje, não recebemos investimentos. Isso diz respeito a esse aglomerado urbano em que vivemos, com 5 milhões de pessoas, que é a Região Metropolitana. Então, a responsabilidade por isso não é só do Prefeito de Belo Horizonte, mas também das outras Prefeituras que compõem o arco da Região Metropolitana, do governo do Estado e do governo federal, pois neste país 70% dos recursos se concentram na União. Todas as grandes obras de infraestrutura, para



serem resolvidas, não apenas na RMBH, mas também nos outros Estados, têm de contar com o investimento prioritário do governo federal. Isso se deve a uma razão simples: o dinheiro que pagamos - e o brasileiro paga muito imposto de forma direta e regressiva, portanto, também injusta - vai para o caixa do governo federal. Esses investimentos estruturais para preparar a conurbação da Região Metropolitana e para o crescimento natural da população têm de vir do governo federal. Parece que estou sendo repetitiva, mas volto a dizer que não resolveremos os problemas de Belo Horizonte se não resolvermos os do seu entorno. É necessário um transporte público de qualidade, com capacidade para atender esses milhões de usuários diariamente. Esse problema não é somente de Belo Horizonte. O metrô tem de ter na sua concepção a expansão para Contagem, para Betim e para o eixo Norte, onde a cidade está crescendo, impulsionada pela criação da Cidade Administrativa, que hoje é o principal polo de crescimento e desenvolvimento da Região Metropolitana, assim como a Fiat, que produziu o desenvolvimento no eixo Centro-Oeste, na direção de Contagem. A Cidade Administrativa vai levar o desenvolvimento para essa região, por isso, o nosso rodovial é tão importante para os investimentos públicos e privados que ali se anunciam. Os problemas do trânsito de Belo Horizonte não são responsabilidade do Prefeito Marcio Lacerda, que, com a sua equipe, está fazendo um planejamento, buscando recursos e fazendo a coisa certa. Ele tem um ótimo relacionamento com as cidades do entorno da Região Metropolitana, não se preocupa apenas com o universo do seu mandato de quatro anos, preparando a cidade para sobreviver no futuro de forma estrutural. O governo federal anunciou a disponibilização de recursos para o financiamento do metrô recentemente, porque, nestes três anos de mandato, o Prefeito Marcio Lacerda se debruçou dedicadamente junto com o governo do Estado - quero ressaltar a importante parceria do Prefeito Marcio Lacerda com o Governador Aécio Neves e agora com o Governador Anastasia -, fazendo uma proposta para viabilizar os investimentos do metrô em Belo Horizonte. Palavras vazias aceitam tudo, mas temos de reconhecer o mérito, o esforço do Prefeito, de recuperar o tempo perdido nestes últimos 10 anos em relação ao trânsito e mobilidade, preparando Belo Horizonte não apenas para receber bem todos os que vão nos visitar na Copa do Mundo, mas também para que a população da nossa cidade e da Região Metropolitana, que diariamente faz esse trajeto, possa fazê-lo com qualidade. Também não podemos focar só na questão do trânsito e deslocamento, mobilidade exige uma política. No Brasil, as passagens são muito caras, não temos nenhum subsídio, nenhuma política nacional que reduza o custo do transporte para o usuário. Portanto, esse é também um dos nossos desafios. Precisamos de mobilidade, precisamos pensar além da facilidade de deslocamento. Muito obrigada.

O Deputado Duarte Bechir - Pois não, Sr. Presidente. Já estou com o encaminhamento pronto para ser apreciado na Comissão de Transporte desta Casa, solicitando um debate em audiência pública para discutir a necessidade de um plano emergencial para atender, em casos de acidentes, a veículos com defeitos nas principais entradas de Belo Horizonte. Quando venho do Sul de Minas pela BR-381, já duplicada, ao chegar em Betim, deparo-me com o gargalo proveniente da BR-262, das pessoas que vêm de Pará de Minas, região do Deputado Antônio Júlio, e do Triângulo. No eixo em que a BR-262 e a BR-381 se encontram, em Betim, se algum veículo apresentar defeito ou houver qualquer acidente envolvendo veículos, o tempo que se gasta para retirar esses veículos dali é muito grande. Isso causa transtornos e dificuldades, porque as pessoas acabam perdendo compromissos importantes em Belo Horizonte; outras, correm risco de morte, já que Belo Horizonte é a Capital da saúde do Estado e por ali chegam ambulâncias vindas de todo o interior. Além do transtorno, Sr. Presidente, isso tem causado um mal-estar na população, que cobra das autoridades uma solução. Não estamos dizendo que o Prefeito de Belo Horizonte é o responsável. Não podemos imputar a Marcio Lacerda essa responsabilidade. Seria uma covardia dizer que ele é o responsável, porque Belo Horizonte não está sozinha nessa situação. Dizer que Belo Horizonte não tomou as devidas precauções para evitar isso é acusar falsamente o Prefeito, porque ele tem tomado as precauções. As obras viárias realizadas em Belo Horizonte nos últimos anos - especialmente a Linha Verde - necessitam de mais investimentos. Ao falar sobre a BR-381, caro Sr. Presidente, caros Srs. Deputados, refiro-me ao exemplo de uma rodovia que está duplicada, está pronta. Apesar disso, ocorrem ali acidentes e emergências. Falo da BR-381 sul, mas na BR-381 norte - Municípios de Governador Valadares, Ipatinga e Coronel Fabriciano - o sofrimento é diuturno. Ninguém consegue transitar ali nem mesmo em feriados e finais de semana. Vou apresentar hoje um requerimento à Comissão de Transporte, presidida pelo Deputado Adalclever Lopes, a quem rendo homenagens, porque, de forma sempre muito acolhedora, discute e marca audiências com determinação e rapidez. Esse assunto, por sua importância, requer urgência. Nesse requerimento, solicito a discussão de um plano de emergência, a qual deve contar não apenas com a Prefeitura de Belo Horizonte. Devemos convidar para participar desse debate as Prefeituras de Igarapé, Betim, Nova Lima e Sabará, ou seja, onde estão as rodovias importantes que trazem divisas de outros Estados, como a BR-040. Não podemos dizer que o Prefeito Marcio Lacerda é o responsável por essa situação. Aliás, percebo que algumas acusações têm caráter político contra a pessoa de Marcio, que não defendo, não estou aqui para defender o Prefeito, mas para fazer justiça. Registro a presença nesta Casa de Vereadores da nossa querida Coqueiral: o Vereador Hecinho, Presidente da Câmara Municipal, a Vereadora Cleuza e o Vereador Leandro, que nos alegram com sua presença. Estão acompanhando os nossos trabalhos. Peço-lhes que levem à nossa querida Coqueiral, ao Prefeito Rossano e aos demais componentes da Câmara Municipal o abraço desta Casa, especialmente deste Deputado, que sempre é muito bem recebido naquela cidade. Sr. Presidente, vou protocolar um requerimento em que apresento a necessidade de um plano emergencial para os casos de acidentes, de veículos danificados na chegada de Belo Horizonte, envolvendo a Capital e os Municípios que com ela fazem limite. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, estou pasmado, estou realmente estupefato com o que estou assistindo aqui hoje. Está um caos o trânsito de Belo Horizonte, mas o Prefeito não tem culpa nenhuma. Já estou acostumado com a opinião do Deputado João Leite: a culpa é sempre da Dilma. Ele diz que a Dilma é culpada por tudo o que acontece. Estamos acostumados. No entanto, não fazem uma análise crítica da situação do trânsito em Belo Horizonte e dizem que o Prefeito não tem nada a ver com isso. Só faltaram canonizar o Prefeito de Belo Horizonte. Acho que a população desacredita de políticos por causa disso: fazem um acordo político na cidade - acordo, aliás, que não tem programa envolvendo o PT, o PSDB, o PSB - e todos os políticos passam a defender qualquer atitude do Prefeito, que se transforma em um santo. Ora, vamos fazer pelo menos uma análise crítica dessa questão. Dizer que a Prefeitura não tem responsabilidade pelo caos no trânsito de Belo Horizonte é um absurdo. Pode-se levar em consideração que estão sendo realizadas muitas obras. Aliás, os recursos para essas obras são liberados pela Presidenta Dilma, pelo governo federal. O PSDB



não pode falar contra isso. Agora, os Deputados do PT vão dizer que a culpa é do Aécio e do Anastasia, que deixaram tudo um caos, mas o Prefeito não tem responsabilidades nisso. Imaginem o palanque do Prefeito Marcio Lacerda. Fico imaginando esse palanque. Eu não subo lá, porque alguém me empurra, eu caio e me machuco. As diferenças são enormes dos pontos de vista federal e estadual, e o Prefeito será canonizado, irá se transformar em santo. Realmente, fica difícil a população acreditar nas políticas. Não é possível que não haverá uma análise crítica da situação de Belo Horizonte por parte da própria Prefeitura. Mesmo o PT estando no governo, sou obrigado a dizer que ele está deixando muito a desejar. Do ponto de vista do transporte, por exemplo, não há a menor dúvida. Belo Horizonte precisa ser melhorada, ampliada, e existem recursos, aos montões, para o governo. Nunca veio tanta verba do governo federal como a que veio para cá. Agora virão recursos para o metrô, e o Prefeito não consegue solucionar o problema. Deputado Antônio Júlio, no Minha Casa, Minha Vida, sabe quantas casas populares o Prefeito conseguiu fazer até agora para a população de baixa renda? Nenhuma. Não se inicia nada. Ele não consegue fazer parceria, apesar dos recursos que existem em todos os cantos. Nisso, ele se assemelha ao Anastasia. Outro dia, ouvi a Secretária Renata Vilhena reclamar que há poucos recursos para fazer casas populares do programa Minha Casa, Minha Vida, em Minas. Eu disse que era por incompetência do governo do Estado, que não consegue fazer uma parceria, porque cidades menores estão cheias de recursos e fazendo casas populares. Deputados Délio, Gustavo, que falará daqui a pouco sobre isso, Belo Horizonte precisa ter um olhar mais crítico. Esse bloco de alianças sem princípios e sem programas acaba impedindo que o próprio Parlamento tenha pelo menos uma visão crítica do que está acontecendo na cidade, da mesma forma como acontece na Câmara Municipal. Isso é impedido na Câmara e, agora, também, na Assembleia Legislativa. Sr. Presidente, mudando um pouco de assunto, anuncio a V. Exa. que estou fazendo um requerimento solicitando uma informação - espero que a base do governo Anastasia não proíba meu requerimento - sobre contrato do governo do Estado com o Programa Uai, do Minas Cidadão, nas unidades de atendimento de Valadares, Betim, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberlândia e Varginha. Na época do segundo governo Aécio Neves, foi assinado e custou R\$311.000.000,00, mas não sabemos se houve licitação, e é do amigo do Cavendish, da Delta. Estou apresentando o requerimento e gostaria que V. Exa. me ajudasse. São os mesmos que estavam naquela festa com o Governador Cabral, no Rio de Janeiro, que foi tão divulgada na mídia. Agora, em Minas, está sendo escondido, mas a origem é a mesma. Aqui, foram R\$311.000.000,00, e é uma empresa de um amigo, de um braço direito do Cavendish. Para variar, o Senador Aécio Neves está envolvido nisso, assim como pediu para a sobrinha do Cachoeira fazer parte do governo de Minas. Peço a V. Exa. apoio a esse requerimento para que possamos apresentá-lo e aprová-lo, a fim de sabermos sobre esse Programa Uai, pois foram R\$311.000.000,00. Houve licitação? É um contrato do governo do Estado e, como Deputado da Oposição, tenho a obrigação de investigá-lo, especialmente agora que existe uma CPI nacional que irá investir as relações com a Delta. Tudo indica que, em Minas, também existe algo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Deputado Rogério Correia que formalize o requerimento.

O Deputado Gustavo Corrêa - Sr. Presidente, serei breve em minhas palavras. Ouvi atentamente todos os oradores que me precederam. Farei algumas considerações a respeito do que foi dito. Irei inverter um pouco o assunto, pois trataria antes do caos vivido pelo trânsito ontem, em Belo Horizonte. Já faço uma defesa do nosso grande Senador Aécio, pois o Deputado Rogério Correia disse que encaminhará um requerimento a esta Casa, solicitando os contratos da licitação. Tenho a certeza de que o governo do Estado vai dar todas as informações necessárias, até porque não tem nada a temer. As coisas foram feitas de forma clara. A Oposição aqui é o PT e o PMDB. Deputado João Leite, vi na internet que o Vice-Presidente Michel Temer disse que os Governadores, os Senadores, os políticos não têm culpa de ser amigos dos que estão sendo citados e que isso não quer dizer que, por serem amigos ou terem viajado juntos, terão de ir para a CPI. Temos de diferenciar as coisas. Amizade é amizade, negócios à parte. Tenho a certeza de que todas as informações serão dadas. Quero falar do caos que o trânsito de Belo Horizonte viveu ontem. É inaceitável dizer que a culpa não é do atual Prefeito nem do governo federal. Ainda ontem disse, no meu Twitter, Deputado Sávio Souza Cruz, que sabia que o único que não tinha responsabilidade direta no caso era o Estado, porque o problema ocorria no Anel Rodoviário, que é de competência do DNIT, e em Belo Horizonte. Nós, belo-horizontinos e mineiros, já não podemos aceitar a forma como o Anel Rodoviário vem sendo tratado pelos últimos governantes. Não podemos aceitar isso. Como um simples caminhão que atravessou uma avenida...? Hoje o Anel é uma avenida. Agora cedo, se o Deputado Sargento Rodrigues, que mora na Pampulha, passar pela Catalão e olhar por cima, vai ver que o Anel está completamente parado novamente. O governo federal, por meio do DNIT, tem de apresentar uma solução urgentemente. Hoje li nos jornais que a Presidente Dilma vem a Betim ou a Contagem, na próxima sexta-feira, anunciar o Minha Casa, Minha Vida. Até agora não houve esse programa em Belo Horizonte, porque o atual Prefeito e a Presidente Dilma não conseguiram implementá-lo. O Deputado Elismar Prado, que está a meu lado, sabe que o Prefeito Adelmo tem feito um belo trabalho, com a construção de várias habitações. A Presidente, em vez de inaugurar casa popular, deveria anunciar a duplicação do Anel Rodoviário, bem como a duplicação da BR-381 e da BR-040, da qual ela cortou o orçamento. O Prefeito Marcio Lacerda, com todo o respeito que tenho pela sua pessoa, tem de correr atrás de recursos junto ao governo federal. Ele diz ser muito amigo da Presidente Dilma e do Ministro Walfrido, por quem tenho grande respeito. Caro Deputado João Leite, se V. Exa. ler o jornal "O Globo" do último domingo vai ver que as obras do metrô no Rio de Janeiro andam de vento em polpa, e Belo Horizonte está parada no trânsito. É claro que a culpa é do Prefeito. Tem de ter vontade política, correr atrás de recursos. Não dá mais para querer governar ao lado dos seus amigos, e não ter planejamento. Deputado José Henrique, moro no Belvedere. Saí da Assembleia ontem, às 20h30min, e gastei 2h30min para andar 7km até a minha casa. Isso é inaceitável; não tem desculpa. O governo federal, por meio do DNIT, deveria tirar o caminhão dali e liberar o trânsito. Pior, com todo o respeito que tenho pela BHTRANS, é a justificativa dada pela Prefeitura para o problema do trânsito, conforme publicado nos jornais de hoje. Deputado Romel, justificaram que o fluxo de clientes em um "shopping", na região do Belvedere, foi tão assustador, que parou o trânsito. Liguei para meus amigos lojistas para saber se venderam bem, e eles falaram exatamente o contrário, que o "shopping" estava vazio. A Faculdade Milton Campos teve de suspender as aulas, as futuras gerações não puderam estudar, por falta de alunos e professores. Eles não conseguiram chegar à faculdade, por causa do trânsito. E dizer que a culpa não é do Prefeito? É claro que é. A culpa é do governo federal? É claro que é, pois não investe no Anel Rodoviário, como gostaríamos que fosse feito. Estou cansado. Todos os dias um Deputado sobe a esta tribuna para cobrar postura



mais concreta e real da nossa Presidente, que diz ser mineira, e não aloca recursos aqui, mas o faz na Bahia, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco. Caro Deputado Duarte, nós, mineiros, estamos parados. Com todo o respeito que tenho por V. Exa., a culpa é do atual Prefeito e do governo federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Duílio de Castro - Sr. Presidente, estou ouvindo atentamente a discussão a respeito do que ocorreu ontem no trânsito, em Belo Horizonte. Não acho culpados por isso, mas vou achar um, porque, por falta de planejamento, por causa das ações que estão acontecendo junto ao governo federal, infelizmente jogam a responsabilidade para os Municípios. O governo federal dá incentivo para a linha branca, para adquirir o carro, mas se esquece de que tem de investir no sistema viário. Não cabem tantos carros nas ruas de Belo Horizonte, como não cabem tantos carros em Sete Lagoas e em Pará de Minas. O Deputado Antônio Júlio estava falando sobre isso comigo. Na verdade, o trânsito está estrangulado em todos os lugares. Não se consegue andar mais no Estado de Minas nem no Brasil. O governo federal, quando popularizou o veículo, tinha de imaginar que deveria construir um sistema viário adequado. As ações são sem planejamento, sem recursos financeiros. Não há Prefeito que consiga abrir um sistema viário, construir rodovias e avenidas sem dinheiro, porque o governo federal leva 70% dos nossos recursos. No momento em que dá incentivos para a aquisição de tantos carros, não disponibiliza também dinheiro para construir o sistema viário. Nós, cidadãos, pagamos o preço, sofrendo de pressão alta, de estresse. Não são feitos investimentos na melhoria do trânsito. Em Minas Gerais, a situação é pior. Nosso Estado tem ainda uma particularidade, pois infelizmente a Presidente não gosta de Minas Gerais. Pelo menos, parece que não gosta. O que a Oposição diz é que somente chegam as migalhas. Chamo esses recursos de migalhas para quem tem um orçamento de R\$1.500.000.000,00. Queremos ver a fatia de Minas Gerais, que tem direitos. Pagamos impostos, mas recebemos somente migalhas. Quero chamar a atenção para isso. Temos de falar, tantas vezes quantas forem necessárias, que precisamos cobrar do governo federal o que Minas tem direito. Queremos que o governo federal tenha planejamento em suas ações. Queremos que os recursos cheguem até aqui. Só vemos o facão, cortando investimentos disto e daquilo. Ele se esquece de que temos de investir em infraestrutura, no Anel, na rodovia, na duplicação da BR-381 e na quarta pista da BR-040, pois ela não comporta mais tantos carros. Isso é que precisa ser discutido. O governo federal precisa fazer isso. Não adianta dar migalhas em investimentos, porque não vai resolver o nosso problema. Cobramos do governo os nossos direitos a investimentos, porque pagamos impostos. Venho de Sete Lagoas todos os dias e tenho de estar sintonizado com uma rádio que dê a posição do trânsito. Tanto a entrada de Nova Lima quanto as da BR-381, da BR-040 e da BR-381, de Sete Lagoas em sentido a Brasília, estão estranguladas. Qualquer via de Belo Horizonte está estrangulada. Não há como andar no sistema viário do Brasil. Saio aqui em defesa dos Prefeitos, que não têm recursos para abrir ruas, fazer avenidas. Isso é função de quem tem mais dinheiro. O que queremos, independentemente de quem seja o governo, independentemente de quem esteja lá em cima, é o retorno dos nossos recursos. Estamos falando aqui de governo federal, não estamos falando de governo de PMDB ou de PT. Queremos que o dinheiro que vai para o governo federal, por meio dos cofres públicos, chegue aonde for necessário. Precisamos que nos deem o direito de ir e vir. Quem precisa trabalhar hoje não tem mais o direito de ir e vir. Estamos vendo o caos em Belo Horizonte. Hoje qualquer batidinha, não só no Anel, estabelece o caos. Costumo gastar de 3 a 4 horas para andar 70km. Qualquer batidinha faz o trânsito parar. E ainda puseram na estrada os famosos pardaizinhos, que, por si sós, já respondem pelo estrangulamento de 3km a 4km. Hoje não há necessidade de uma batida, apenas o pardalzinho já provoca o caos. Quero chamar a atenção de todos os Deputados para a importância do planejamento das ações do governo, que popularizou o carro, mas não deu aos Prefeitos recursos para abrirem estradas e melhorarem o sistema viário para a circulação desses carros. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria de me manifestar. Estou ouvindo, atentamente, os colegas Deputados que se revezam na tribuna. Como morador de Belo Horizonte, também fui afetado. Referendo as palavras do Deputado Gustavo Corrêa com relação ao congestionamento de grande proporção ocorrido ontem, especialmente na região Centro-Sul de Belo Horizonte, consequência de acidente. As aulas da Milton Campos foram canceladas. Imaginem a situação dos moradores não só do Belvedere, mas também dos demais bairros da região Centro-Sul, assim como das pessoas que precisavam passar por ali para chegar à cidade de Nova Lima. Alguns colegas Deputados tentam tapar com uma cortina de fumaça a responsabilidade do Prefeito para com esta cidade. É incrível como o cidadão tenta, a todo momento, fazer "link" com outras esferas de governo. Pois bem, Sr. Presidente. Foi dito desta tribuna, nesta manhã, que o Prefeito não tem dinheiro. Será que não? Talvez devam perguntar-lhe por que destinou R\$300.000,00 para um axé no Mega Space, em Santa Luzia. Será que esse valor não faz falta para investimento na mobilidade urbana em Belo Horizonte? Obviamente, o cidadão que nos acompanha pela TV Assembleia perguntará: "Mas a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio do Sr. Marcio Lacerda, que alguns chamam de Marcio Radar, entregou R\$300.000,00 para um axé em Santa Luzia?". É isso mesmo. O Prefeito é o responsável por seu Município. Não podemos criar cortina de fumaça e fazer "link" com outras esferas, tentando eximir o Prefeito de sua responsabilidade. O cidadão está tomando nojo de ouvir um debate muitas vezes falacioso, mentiroso, em que as pessoas tentam eximir a responsabilidade de quem de direito. Pois bem, Presidente. Estamos acompanhando Belo Horizonte e sabemos perfeitamente que, se a BHTRANS ainda arrecadasse multas para os cofres municipais, com certeza seus agentes rapidamente estariam lá. Os Deputados precisam ouvir a voz do cidadão. Hoje, no programa "Conversa de Redação", pela Itatiaia, ouvi a manifestação de um cidadão, que, exatamente no meio do congestionamento, perguntava: "Onde está o Prefeito? Como fica sua responsabilidade? Há duas horas estou preso neste congestionamento. Cadê os Guardas Municipais? Cadê os agentes da BHTRANS?". O cidadão que está nos acompanhando sabe perfeitamente que a arrecadação do Prefeito com a instalação de radares, de 2009 até agora, é astronômica. Enquanto denunciávamos a indústria da multa praticada por agentes da BHTRANS, o Prefeito descobriu que com o radar ele arrecada muito mais, e não há a figura do agente público. Mas, no momento de solucionar o problema do trânsito de Belo Horizonte, o Prefeito sumiu, evaporou, desapareceu. Cobro do Prefeito, como morador de Belo Horizonte, como cidadão desta cidade, como contribuinte. Prefeito Marcio Lacerda, o senhor precisa desconfiar, o senhor precisa arregaçar as mangas e trabalhar. Quem sabe nesse restinho de mandato o senhor acorda e olha um pouco pela mobilidade urbana? O senhor está devendo muito, não para este Deputado, mas para o cidadão belo-horizontino. O senhor continua de braços cruzados, da mesma forma como entrou na Prefeitura.



O Deputado Elismar Prado - Sr. Presidente, na mesma direção, gostaria de dizer que a mobilidade urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana é um problema grave. Acho que é um problema de Estado, e a culpa é de todos. Existe uma responsabilidade do Estado e do poder público como um todo. Houve um momento em que se privilegiou um modelo de transporte, que é o transporte rodoviário, o transporte coletivo. Hoje o nosso sistema metroviário é precário, sucateado, não foi objeto de um planejamento adequado que visasse a investimento maciço no metrô e em outros projetos, como o VLT, a fim de melhorar a mobilidade urbana na nossa Capital. Nesse momento, iniciou-se o caos em que vivemos hoje. E necessitamos, além de encontrar culpados, saber que se trata de uma responsabilidade da União, do Município e também do Estado de Minas Gerais. O povo está sofrendo com essa situação, que é inaceitável. Precisamos correr atrás do prejuízo e da imensa dívida que se tem com a população. No último dia 18 de abril, acompanhamos o Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, em uma das reuniões realizadas na sede da Prefeitura, onde lhe foram apresentadas todas as obras de mobilidade urbana, as obras viárias e as intervenções que estão sendo feitas em Belo Horizonte, na busca de melhorias e visando à Copa do Mundo, já que o Mineirão será um dos 12 palcos que receberá o evento. Naquela oportunidade, percebemos que existem muitos recursos, em sua imensa maioria, do governo federal, da União. Mais de R\$3.000.000.000,00 foram anunciados pela Presidenta Dilma para a expansão do metrô em Belo Horizonte. Nessa reunião, estava presente o Deputado Weliton Prado, Presidente da Frente Nacional dos Sistemas Metroviário e Ferroviário, que realizou várias reuniões em Brasília, exigindo e fazendo pressão para que os recursos chegassem a Belo Horizonte, a fim de diminuir o caos e recuperar o investimento no setor da mobilidade urbana. O Deputado Weliton Prado também tem se esforçado para que o metrô chegue a Betim, a Contagem, e atenda à Região Metropolitana. É um problema do Estado, repito, e uma responsabilidade de todos nós. É impossível conviver com essa dura realidade, em que a culpa é de todos. Precisamos realizar esforços para melhorar essa situação. Aproveitando o resto do tempo, Sr. Presidente, estive ontem no Aglomerado da Serra, em visita oficial da Comissão de Cultura, da qual sou Presidente. A pedido daquele povo, visitamos a Associação de Moradores do Cafezal, para conhecer os projetos que ela desenvolve. Eles estão fazendo um filme, um longa-metragem, que é protagonizado pela própria comunidade, um trabalho fantástico, brilhante, que não conta com nenhum centavo de patrocínio do poder público. Fazemos um apelo ao Estado e ao Município para que ajudem a referida comunidade. Agradeço ao Rodrigo Vale, que é diretor e produtor do filme, que se encontra em sua fase final; ao Prof. Rufino, que executa um trabalho de educação, na área de esporte, com várias crianças, tendo feito alguns campeões; ao Timóteo, um dos fundadores da Associação; e à D. Dorinha, que é Presidente. Foi fantástica a visita. Continuaremos batendo nessa tecla para que aquela comunidade tenha o respeito que merece. Existe a fama de que se trata de um lugar de violência, de criminalidade, mas não é verdade. Lá vive um povo honesto, trabalhador, que merece respeito e dignidade. O filme retrata exatamente essa realidade, os talentos e a competência daquele povo. Um abraço a todo o Aglomerado da Serra. Estamos nos esforçando para ajudar aquela população, que tanto merece o nosso carinho e o nosso respeito. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rômulo Viegas - Sr. Presidente, também venho manifestar-me sobre o tema. Há alguns meses, foram badalados pela mídia os investimentos para solucionar o problema do metrô de Belo Horizonte. Não vou nem dizer que é um sistema tripartite. É um sistema quádruplo, porque terá recursos do governo federal, do governo do Estado, do governo municipal de Belo Horizonte e também da iniciativa privada. Quer dizer, quatro ações distintas de aporte de recursos. Todos nós sentimos a necessidade de o metrô de Belo Horizonte sair do projeto de fundo para a realidade, a fim de melhorar a situação caótica da Capital. Repetindo, é dinheiro do governo federal, sim, mas tem dinheiro do governo do Estado, da Prefeitura de Belo Horizonte e da iniciativa privada. Aliás, o termo usado agora é concessão, não se fala em iniciativa privada. A propósito, caro Deputado José Henrique, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento feito no Congresso Mineiro de Municípios, em que V. Exa. defendeu a bandeira do municipalismo. Quero referendar e apoiar essa ideia, lembrando matéria recente da imprensa informando que 739 cidades de Minas foram motivadas pela União a aderir a um programa do governo federal chamado Emenda Participativa - uma espécie de Orçamento Participativo -, em que cada cidade receberia recursos para a saúde. Os Prefeitos se mobilizaram, apresentaram projetos. Mas, com o corte anunciado na área da saúde, isso não resultou em nenhum recurso dessa emenda participativa para os Prefeitos. O Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. Paulo Ziulkoski, relatou essa reportagem do jornal "Estado de Minas", que revelava que até agora, com o corte de 5 bilhões na área da saúde feito pelo governo federal, essas 739 cidades mineiras não o receberam recurso tão badalado na mídia pelo governo federal. Ao mesmo tempo, quero relatar que realmente Belo Horizonte está passando por problemas sérios de mobilidade urbana. O governo do Estado fez seus trabalhos na Linha Verde, na Antônio Carlos, na Cristiano Machado, sendo parceiro. Como municipalista, repito: não adianta continuarmos nessa discussão. Se o governo federal não abrir o cofre, não melhorar o recurso dos índices de participação dos Estados e dos Municípios, Prefeitos e Governadores vão continuar de pires na mão, dependendo dessa carga tributária que é voltada para o governo federal. O nosso governo ficou oito anos no comando do governo central e não teve coragem de mexer na disposição dos índices desses fundos. O atual governo, que está aí há dez anos, também não teve coragem. Como municipalista e como ex-Prefeito, o que esperamos é a valorização do Município, a valorização dos entes federados, para melhorar cada vez mais a vida da população brasileira. Não adianta apontarmos só defeitos. Temos de perceber que nenhum gestor, seja Prefeito, Governador ou Presidente da República, faz mágica. Ninguém vai resolver todos os problemas num passe de magia. Os problemas sempre continuarão. O que precisa haver são as parcerias. Fico satisfeito porque, no caso do metrô, temos uma participação quádrupla. Vejam que novidade interessante. Governo federal, governo do Estado, Prefeitura e a iniciativa privada participando, mas esperamos que isso saia do papel e vire realidade. Quem anda no trânsito de Belo Horizonte sabe da importância de termos um metrô adequado para atender às demandas da população. Nossos parabéns ao Governador Anastasia, que tem feito uma intermediação positiva junto à Prefeitura de Belo Horizonte e ao governo do Estado, para que, juntos, possam encontrar a solução, como tem acontecido em várias outras parcerias, que têm dado resultado em diversos segmentos - na área da saúde, da segurança, da educação e, sobretudo, da política de assistência social. Esperamos mais, principalmente daquele que tem o cofre, que tem o dinheiro, que tem a maior carga tributária na sua mão, que é o governo central. Muito obrigado, Presidente.

O Deputado Carlos Henrique - Sr. Presidente, parabenizo o Deputado Rômulo Viegas porque foi S. Exa. que teve a fala mais sensata, mais isenta de todos os Deputados que me antecederam. S. Exa. reconheceu o esforço, em três mãos, e agora em quatro mãos,



com a iniciativa privada também participando dos processos de recuperação do sistema viário de Belo Horizonte. A maioria dos Deputados que me antecedeu pensa com a cabeça de camarão, com a cabeça vazia. Eles não têm a capacidade mínima de voltar à história de Belo Horizonte e entender que até o período do primeiro governo do Prefeito Pimentel a cidade ficou 16 anos parada, sem nenhum sistema de obra de infraestrutura feito. Foram 16 anos de omissão até o Prefeito Pimentel, no seu segundo governo, iniciar a primeira grande obra de intervenção na cidade, que foi a Avenida Antônio Carlos. Naquela ocasião foi feita uma pesquisa em que os moradores apontaram a grande necessidade de intervenção viária na cidade, de obras de infraestrutura. Ali começou, em parceria com o governo federal, com o governo do Estado e com o governo municipal, a primeira grande intervenção no sistema viário de Belo Horizonte, que resolveu um grande gargalo naquela região. Posteriormente, veio a obra da Linha Verde, patrocinada e realizada pelo governo do Estado, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte. Temos grandes problemas na cidade, mas não podemos jogar todos esses problemas no colo do Prefeito Marcio Lacerda, seria uma grande injustiça. Naturalmente, que a oposição a ele vem a esta tribuna para atacá-lo, de forma vexatória e de forma irresponsável, porque está sendo feito um grande sistema de intervenção, que é o BRT. Em Belo Horizonte existe um veículo para cada habitante. Nenhum governo, em todo o mundo, pode conter esse avanço, quanto mais Belo Horizonte, que foi projetada em torno da Avenida do Contorno. Hoje, Belo Horizonte é uma grande metrópole. Belo Horizonte tem 2 milhões e meio de habitantes, sem contar a Região Metropolitana. Dinheiro para investimento é necessário porque são 160 pontos de gargalo na cidade, que necessitam de intervenção, mas é absolutamente impossível resolver isso em três anos. Os esforços estão sendo feitos, os investimentos estão sendo feitos. O governo Pimentel e o governo Marcio Lacerda não têm responsabilidade sobre isso, porque Belo Horizonte ficou 16 anos parada. Há muita coisa a fazer. O Prefeito Marcio Lacerda não dará conta de resolver tudo nem o próximo Prefeito que virá, porque são muitas as intervenções. São 160 pontos de gargalo. Belo Horizonte virou a cidade em que não se pode fazer nada. Projetos importantes existem, mas quando vão ser iniciadas, nada pode. No Palácio da Liberdade, há é um ponto de gargalo, também na Praça Raul Soares. Mas é só falar em fazer obra lá que os românticos da cidade não deixam. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Primeiramente, Sr. Presidente, quero trazer uma boa notícia. No próximo domingo, Dia das Mães, a Presidente Dilma se prepara para anunciar mais um pacote importante para a sociedade brasileira. Desta vez, a Presidente pretende anunciar um pacote social para a primeira infância, para crianças de até 6 anos. Lembro, Deputado Rogério Correia, que a Presidente Dilma já vem fazendo uma série de anúncios de obras e intervenções importantes para aprofundar o acompanhamento de crianças e adolescentes brasileiros, principalmente para as camadas populares, as camadas de baixa renda. Uma prova disso, Rogério, é o ProInfância. Até o final de 2014, a Presidente Dilma pretende construir creches em todas as cidades brasileiras. Aqui, em Minas Gerais, no Norte de Minas, por exemplo, quase todas as cidades já foram contempladas. As que ainda não foram já estão em processo para receber a creche do ProInfância. Na minha cidade, Manga, a creche já está pronta e funcionando; em Janaúba, já foi inaugurada uma e estão construindo outra; em Itacarambi também, bem como em Brasília de Minas, em São Francisco e em todas aquelas cidades da região. Na semana que vem, vamos inaugurar a creche do ProInfância em Espinosa, obra que já está pronta e muito bonita. A Presidente Dilma pretende dar continuidade ao projeto para que todas as cidades do Brasil possam ter uma creche do ProInfância, com toda a estrutura necessária. Não tínhamos isso no Brasil. Esse pacote que a Dilma lançará vai incentivar ainda mais as mães do Bolsa Família, porque ele vai aumentar a renda das famílias com crianças de até 6 anos. Ou seja, é mais uma ação do governo contra a miséria e a pobreza neste país. Isso tem dado resultados muito positivos. Algumas pessoas criticavam os programas do governo federal. O PSDB não tem mais coragem de criticar, mas, no início, eles soltavam os cachorros dizendo que o Bolsa Família deixaria as pessoas preguiçosas. Muito pelo contrário, em nove anos de Bolsa Família, tiramos 30 milhões de pessoas da linha da pobreza. Temos grandes programas sociais, como o Luz para Todos, o Pronaf, que é uma realidade no campo, e o ProUni. O DEM foi contra o ProUni; foi até o Supremo Tribunal lutar contra o ProUni e as cotas raciais. Graças a Deus, tudo isso está mudando a realidade do nosso país. Temos de agradecer à Presidente Dilma e ao ex-Presidente Lula, que não mediu esforços para diminuir a distância entre ricos e pobres no Brasil. Graças a Deus, mais de 30 milhões de pessoas saíram das classes E e D e alcançaram a classe média. Foram 18 milhões de empregos com carteira assinada. Só temos a comemorar. Quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que ontem, depois que fizemos um pronunciamento aqui, na Casa, fui recebido pelo Secretário de Agricultura, Elmiro Nascimento, para tratar da seca do Norte do Estado. Venho reivindicando, há mais 30 dias, uma atenção especial do governo de lançar um pacote para retirar a cobrança do ICMS sobre a venda do gado no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha e no Mucuri, porque essas regiões estão castigadas pela seca. Relatórios da Emater mostram que, se não houver uma medida imediata para que alguns produtores se desfaçam do seu rebanho, podemos chegar, até novembro, à perda de até 1 milhão de cabeças de gado no Norte de Minas. Por isso, solicitamos ao governo a isenção da cobrança de ICMS sobre a venda de gado para frigoríficos e para outros Estados, a fim de que o produtor possa vender seu gado, capitalizar-se e esperar passar os efeitos da seca para recompor seu rebanho. Esta é uma medida inteligente, e o governo tem que tomá-la agora. Não adianta o governo segurar, fingir que não está escutando e deixar para tomar essa medida em setembro, quando o gado estará magro e não terá preço. Perderá o produtor, perderá a região e perderá o Estado porque essa região já passa por dificuldades e pode quebrar de vez com essa seca que já dura cinco meses e, pelos dados que temos, ainda vai durar mais cinco meses. Não há cristão que resista a 10 meses de seca no Norte de Minas Gerais, uma região do semiárido, uma região que está muito castigada. Deixo registrado esse apelo. Agora à tarde, a Bancada do PT irá ao encontro do Deputado Dinis Pinheiro, Governador em exercício. Levarei essa reivindicação, Deputado Rogério Correia, para que o Dinis Pinheiro nos ajude a fazer uma intervenção. Como Governador em exercício, quem sabe possa anunciar essa medida para os produtores do Norte do Estado de Minas Gerais?

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.



Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, aproveitando a presença do Deputado Paulo Guedes, quero dizer que eu era Secretário de Desenvolvimento Social de Minas Gerais quando o governo federal fez o entendimento em relação ao Bolsa Família. A parte dos Estados era que eles disponibilizassem o cadastro das famílias carentes. O governo do PMDB e do PT tinha o Programa Bolsa-Escola, que atendia as famílias do Jequitinhonha e do Norte de Minas. A determinação do Governador Aécio Neves, naquela altura, foi de disponibilizar todo o cadastro construído em Minas Gerais - que não foi feito pelo nosso governo, mas pelo governo anterior -, para que fosse feita a unificação de todos os programas sociais. Eu era o Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social. O Deputado Rômulo Viegas, aqui presente, era o Secretário de Trabalho e Assistência Social do Estado de Minas Gerais. Disponibilizamos todo o cadastro das famílias carentes de Minas Gerais. Portanto, a verdade é que o PSDB apoiou a unificação dos programas sociais num programa só, que é o Programa Bolsa Família. Entramos com algumas ações do governo do Estado e, principalmente, com algo que era fundamental, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que fossem unificados os programas no nosso país, que era o cadastro de Minas Gerais. Repito: não fui eu e nem o Deputado Rômulo Viegas que construímos esse cadastro, já o encontramos pronto. O nosso papel foi transferir toda essa documentação. Guardo esse documento porque creio que a unificação foi um momento histórico brasileiro, assim como a transferência de renda das famílias mais carentes do nosso país. Esse documento foi assinado pelo Secretário Nacional de Assistência Social, o Prof. Ricardo Henrique, por mim, pelo Deputado Rômulo Viegas. Por último, agradeço a V. Exa. porque não se trata de uma questão partidária, mas de uma questão de governo, porque isso era para atender às famílias mais carentes de Minas Gerais e do Brasil. Como Presidente daquele fórum, tive a função, de alguma forma, de apoiar essa iniciativa do governo federal, e continuamos apoiando. Essa é a verdade. Quero dizer que, nos 16 anos anteriores ao governo Fernando Pimentel, Belo Horizonte já existia. Belo Horizonte existiu com os governos dos Prefeitos Ferrara, Maurício Campos, Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo. E obras foram feitas. A única obra feita pelo Prefeito Fernando Pimentel em Belo Horizonte foi destruída pelo Prefeito Marcio Lacerda para fazer o BRT, que foi a trincheira da Santa Rosa, na Pampulha. Ela não existe mais; aquela obra foi destruída em prol de outro projeto. Por fim, queria lembrar - talvez o Deputado Rogério Correia tenha memória melhor, pois era Vereador na época, e não sei se o Deputado Sávio Souza Cruz era - que, na administração Pimenta da Veiga, houve a construção de várias escolas em Belo Horizonte e, no governo Azeredo, a construção da trincheira da Contorno, aqui, tão perto. Seria bom levar para visitar essas obras aqueles que chegaram recentemente a Belo Horizonte e não conhecem a história da nossa cidade. Muito obrigado. Agradeço muito a V. Exa., Deputado José Henrique, e ao Deputado Tadeu Martins Leite, que estava inscrito. Isso era importante para mim e para o Deputado Rômulo Viegas, que ficou um pouco aflito, pois nós fizemos esse entendimento. Portanto, o PSDB não é contra. Ele apoiou - e entende que está correta - a transferência de renda para as famílias carentes de Minas Gerais e do Brasil.

O Deputado Tadeu Martins Leite - Sr. Presidente, quero agradecer-lhe. Anteriormente, escutei algumas falas no que tange à questão do trânsito em Belo Horizonte. De fato, realmente foi um transtorno para todos nós que estávamos na cidade à noite. Eu, saindo da Assembleia, tarde da noite, enfrentei um trânsito impossível para chegar até a minha casa, em Lourdes. Quero pegar o gancho do trânsito para levá-lo até outro viés: a cidade de Montes Claros. Hoje venho aqui para cobrar um pouco do governo do Estado para que cumpra, de fato, um compromisso que fez com a cidade e o Norte de Minas acerca da alça final do Anel Norte. Talvez seja, Deputado Sávio Souza Cruz, uma das poucas grandes obras que faltam em Montes Claros e região para conseguirmos melhorar o trânsito e o asfalto na cidade e, muito mais, salvar vidas. Essa alça liga a BR-135 à BR-251, passando por fora da cidade, que está em franco desenvolvimento. Precisamos dela lá. Uma comissão apartidária já foi criada em Montes Claros para discutir o assunto, e, há alguns meses, o próprio Governador Anastasia se comprometeu em construí-la. É uma obra do governo federal que se arrasta há mais de 10 anos. Havia um convênio entre o governo do Estado e o da União, entre o DER e o DNIT, por meio do Ministério dos Transportes, mas ele se findou. Agora temos que cobrar do governo a fim de que refaça esse convênio, esse contrato para iniciar as obras. Essa é uma obra importante, e já existem recursos no Ministério dos Transportes, no governo federal, dependendo apenas do governo do Estado, para iniciá-la. Não vamos deixar que esse período eleitoral tire alguma necessidade que tenhamos para a cidade e a região. Venho aqui cobrar de público porque, de fato, essa obra ajudará, e muito, o trânsito de Montes Claros e do Norte de Minas, além de contribuir para salvar vidas e para melhorar a infraestrutura da cidade e da região. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - Com a palavra, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, queria fazer uma análise de todos os pronunciamentos feitos hoje, na parte da manhã, sobre uma questão que incomodou praticamente todos os Deputados, indiferentemente de sua sigla partidária: o trânsito em Belo Horizonte. O que me deixa mais intrigado, Deputado João Leite, nosso Presidente em exercício, é que, em Belo Horizonte, falta vontade para resolver a situação. Há menos de dois anos, fizeram uma reforma nas Avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado que não chegou nem a ser inaugurada e já está sendo desmanchada para outro projeto. E estão falando em metrô. O metrô virou uma falácia de campanha. Está chegando a época da campanha eleitoral, e começaram a falar nesse assunto. Entretanto a população de Belo Horizonte sabe o que estamos falando. Eles estão modificando todo o trajeto do BRT, uma obra que foi feita agora e melhorou muito a região. Entretanto o lugar virou outro inferno, pois está novamente em obra, uma vez que alguém de algum departamento da Prefeitura ficou discutindo se a porta do BRT seria do lado esquerdo ou do direito. Decidiram que seria do lado direito e tiveram que modificar todo o trajeto, todo o investimento feito, e nós ficamos assistindo a isso passivamente. Foram mais de R\$150.000.000,00 jogados fora. Falta dinheiro para tudo porque fazem obras sem planejamento. Todos reclamam do departamento nacional da incompetência terrestre - DNIT. Se não houver uma intervenção dura do governo federal no DNIT, tudo continuará um caos, e isso tem sido causa do atraso de Minas Gerais. O DNIT tem segurado os investimentos de Minas Gerais por incompetência dos seus gestores. Eles autorizaram uma obra aqui em Betim que eu não sei como a Prefeitura de Betim, do PT, também autorizou. Refiro-me à obra daquele "shopping" feito à beira da rodovia. Não tiveram a coragem nem de afastar um pouco para haver um alargamento da rodovia, o que já é necessário. Para fazer o alargamento terão que desmanchar o "shopping" e a rodoviária. Nós que viemos do Oeste



de Minas vamos enfrentar um inferno para chegar a Belo Horizonte. Quando chegarmos a Betim, onde está sendo construída a rodoviária e o “shopping”, não vamos conseguir passar porque fizeram um “shopping” em cima da rodovia. Incompetência. Essa falta de visão dos nossos homens públicos é que precisa ser discutida. Como a Prefeitura de Betim e o DNIT autorizam uma obra daquela? Daqui a um ano, quando for inaugurado, vamos ficar daqui reclamando. Como o Gustavo disse, o trânsito engarrafou porque houve muito movimento no BH Shopping; quero ver lá, que já está estrangulado. Hoje viajamos tranquilos pela BR-262, que foi duplicada até a BR-381, mas quando chegamos a Betim não conseguimos chegar a Belo Horizonte. Levamos de duas horas a duas horas e meia para andar 70km, sendo que gastávamos 50 minutos. Ficamos reclamando, dizendo que foi o Governador, que foi o Prefeito, mas está faltando um homem de visão, de coragem para tomar decisões e que não coloque o poder econômico acima dos interesses futuros da cidade. Estou aqui denunciando essa obra autorizada pela Prefeitura de Betim e pelo DNIT. O DNIT é caso de polícia. A Polícia Federal devia fechar o DNIT para as coisas funcionarem melhor em Minas Gerais. DNIT é o departamento nacional da incompetência terrestre. O DNIT tem trazido grandes prejuízos para Minas Gerais, e ficamos assistindo a isso passivamente porque é de um partido político que nem faz parte do governo. Falei para o Michel Temer que eu ficava assustado com o fato de o Ministério do Transporte não fazer parte do governo central. Tomaram algumas providências porque quem mandava lá era um partido político, e faziam o que queriam. Tanto que a BR-262 foi feita pelo partido político, não foi feita nem pelo governo nem pelo DNIT. Um partido político decidiu de um dia para o outro e começou a obra. Até nós que brigávamos e lutávamos ficamos assustados porque não sabíamos que ela seria construída. E, pasmem os senhores, ela foi construída sem projeto executivo. Lembro-me quando mostraram o trevo. Falei que aquilo não era um projeto, era um desenho. Não havia projeto. O projeto foi sendo elaborado durante a execução da obra, que tem várias imperfeições de engenharia. Ficamos tristes ao ver a falta de vontade. No serviço público não é só o dinheiro que resolve o problema. O que resolve na coisa pública é a vontade de fazer. Quer fazer, vamos fazer. Temos o exemplo do governo atual do Prof. Anastasia. O sonho dele era construir a Cidade Administrativa. E construiu sem se preocupar com dinheiro. Caçou um jeito de arrumar o dinheiro e fez porque tinha vontade de fazer. É isso que infelizmente está faltando na Prefeitura de Belo Horizonte, é a vontade de resolver a questão da mobilidade sem fazer o que fizeram na Avenida Cristiano Machado: uma obra sem projeto, desmanchada a cada erro, depois a BRT e agora está sendo discutido o metrô. E, se o metrô for passar ali, vai se perder tudo? Precisam discutir bastante isso. Felizmente o metrô tem porta dos dois lados porque senão as portas seriam um grande problema para que a Prefeitura pudesse tomar uma decisão.

Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - A Presidência registra, com prazer, a presença, nas galerias, dos Vereadores José Maria e João, da Câmara Municipal de Extrema.

Questões de Ordem

O Deputado Luiz Carlos Miranda - Obrigado, Sr. Presidente. Este é o momento de fazermos algumas reflexões. Ouvi todos os colegas e nobres Deputados falarem sobre Belo Horizonte, e ontem também estive encravado no trânsito. Demorei quase 2 horas da Avenida Getúlio Vargas até a Assembleia. É preciso rediscutir o planejamento urbano de Belo Horizonte. Temos o comprometimento de fazer isso. Na semana passada, comemoramos o Dia Internacional do Trabalho – dia 1º de maio. Nesse dia, li alguns comentaristas e articulistas dizendo que o movimento sindical trocou um dia de luta por um dia de festas, com atrações artísticas e premiações. O movimento sindical brasileiro é mais sábio que muita gente que está aí e que não tem compromisso com ninguém nem com nada. Em Ipatinga, por exemplo, realizamos a maior festa de comemoração do dia 1º de maio, com aproximadamente 100 mil trabalhadores e trabalhadoras. Aproveitamos a oportunidade para ouvir alguns “shows” e fazer algumas premiações, mas também fizemos manifestações pela duplicação da BR-381, pela desindustrialização no Brasil e contra as ações do governo federal, que se exime de contribuir com a saúde caótica do País, jogando a responsabilidade nas mãos de Prefeitos e Governadores. O governo federal recebe 70% do arrecadado pelo suor e sangue dos trabalhadores brasileiros, mas não quer contribuir com a saúde dos nossos trabalhadores nos rincões do Estado de Minas e de todo o Brasil. Quando o movimento sindical apela para essa nova metodologia de convocar os trabalhadores para “shows” ou para outros eventos, é exatamente com o objetivo de alertá-los sobre a necessidade da unidade para a luta do movimento sindical. Isso nós fizemos e estamos fazendo. Na semana passada, nas poucas vezes em que houve acerto, foi empossado o novo Ministro do Trabalho, o neto do Leonel Brizola. Esta é a oportunidade de retomarmos, no Congresso Nacional, a agenda dos trabalhadores brasileiros, a discussão da jornada de 40 horas e a jornada de 30 horas dos trabalhadores da saúde. É o momento de retomarmos a discussão das Convenções nºs 151 e 158, que estabelecem que os trabalhadores não podem ser demitidos arbitrariamente, como vem ocorrendo. Que tudo isso volte à agenda dos trabalhadores brasileiros. É um momento muito importante para o PDT, que agora tem um jovem de 33 anos como o mais jovem Ministro da República. Um jovem que herdou o DNA extraordinário do avô e que com certeza estará em Brasília defendendo os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras. Parece que, pela primeira vez, a Presidenta acertou ao indicar um Ministro comprometido com as raízes do trabalhismo no Brasil. Com certeza, juntos marcharemos para defender os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros. Por fim, gostaria de chamar a atenção daqueles articulistas que criticam o movimento sindical. Se existe alguém que tem uma reserva moral neste país são os trabalhadores que fazem com que o Brasil, apesar das deficiências, da falta de planejamento e da ausência de programação de estudos e de políticas públicas definidas, continue sempre firme e forte na vanguarda do desenvolvimento mundial. Apesar de tudo, são eles que vêm sustentando o País com o seu suor e com o seu trabalho do dia a dia. Quero agradecer aos trabalhadores brasileiros, principalmente aos mineiros, e me congratular com todas as centrais sindicais, porque, no dia 1º de maio, levamos para as ruas do Brasil mais de 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Fizemos a festa com alegria, manifestando e repudiando a discriminação da classe trabalhadora, que é muito pouco respeitada pelo Congresso Nacional e pela Presidenta da República, que até o presente momento não discutiu o fim do fator previdenciário e a jornada de 40 horas. Estão tentando colocar essa discussão debaixo do tapete, em detrimento da classe trabalhadora brasileira. Muito obrigado, Sr. Presidente.



O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, nessa minha segunda participação hoje, trago a notícia veiculada nos jornais intitulada "Prefeitos choram perdas". Vejamos: "Os Municípios mineiros vão deixar de arrecadar R\$18.000.000,00 com a prorrogação por três meses da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI -, anunciada em 27 de março pelo governo federal. A estimativa calculada pela ANM é de que o impacto total dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios e do IPI nas cidades de Minas atingirá R\$31.000.000,00 até junho". Então, Sr. Presidente, V. Exa. conhece a nossa história, pois tivemos oportunidade de dirigir o Município de Campo Belo por quatro anos. Participei ativamente da Associação Mineira de Municípios àquela época. Fui também Secretário da Associação dos Municípios do Lago de Furnas; presidi o Consórcio de Saúde da Associação dos Municípios da Microrregião do Alto do Rio Grande - Amalg - que comporta aproximadamente 15 Municípios; e fui também Presidente da Amalg, com sede na cidade de Lavras. Só mesmo tendo passado pela experiência do Executivo para, no Legislativo, ter uma opinião bem-formada e bem-fundamentada. Só depois de ter a oportunidade de administrar uma cidade, de ouvir o clamor da população é que se sabe que o recurso é limitado e que aqueles que detêm o poder de aumentá-lo na razão da necessidade da população o fazem de forma contrária. Digo isso na razão da inversão, porque o governo federal não tem demonstrado carinho e atenção com os Municípios; e são todos os dias, a todos os momentos, em todas as ações. Perguntam-me: "Deputado, quais são todas as ações?" Os Municípios são obrigados a gastar 15% de suas receitas com a saúde, o Estado, 12%, e a União, que deveria gastar 10%, diz que não, que não gasta 10% com a população, que vai gastar da forma que achar melhor. Enquanto isso, pessoas estão morrendo nos postos de saúde. Agora vem o governo federal e concede a isenção do IPI, que vai atingir a arrecadação dos Municípios. V. Exa. ouviu aqui, Sr. Presidente, quantos milhões os Municípios vão perder. E a Presidente diz: "O problema não é meu, o problema é dos Prefeitos, o problema é da população". Creio que o governo se esquece de que os Municípios fazem parte do Estado, e que o Estado faz parte da Federação. Não há como governar o Brasil sem dar oportunidade aos Estados e Municípios de terem suas arrecadações melhoradas, e nunca subtraídas. O sonho de ser Prefeito está, a cada dia, diminuindo, a cada dia enterrado. Chegar à Prefeitura era o sonho de muitos daqueles que esperavam, com a ação do poder, melhorar as condições de seu municípios, melhorar a cidade, mas hoje isso está se transformando em pesadelo. Chegar à Prefeitura com essa baixa arrecadação e vendo ainda o governo fazer política com o dinheiro dos Municípios é uma covardia. Quando o governo consegue a isenção do IPI, ele tem de preservar a cota de transferência dos Municípios. Já retira dinheiro da saúde e agora retira do FPM. O que será dos Municípios? Quando discursamos aqui, as pessoas dizem: "Eu vi o Deputado Duarte Bechir falando na Assembleia, eu vi o Deputado Duarte Bechir reclamando, mas o Prefeito daqui não é tão bom?". Mas sem dinheiro não tem jeito de ser bom; sem dinheiro não tem condições de fazer as coisas. Não estou aqui para defender o Prefeito A ou B, mas sim para dizer que o governo federal tem de se responsabilizar mais com os Municípios. Eu sou brasileiro. Quem mora no Sul de Minas é brasileiro, quem mora no Norte de Minas é mineiro e brasileiro, assim como são brasileiros aqueles dos quais a Presidente cuida tão bem em outros Estados. Minas Gerais foi o 18º Estado a receber recursos para a saúde, e não somos o 18º em população. Minas Gerais foi o 21º Estado a receber casas do programa Minha Casa Minha Vida, e não somos o 21º em população. Caro Presidente, quanto Minas Gerais manda de recursos para o governo federal? Quanto o nosso Estado manda para compor o caixa do governo federal? O retorno não está sendo o que Minas Gerais merece. Talvez seja por isso que o pessoal da oposição diz que falamos em dívida e que queremos defender, mas isso não é verdade. Tudo está latente e na cara. A cada dia, a Presidente dá uma bola fora para Minas Gerais. Na semana passada, o povo de Uberaba esperou a sua visita. Dizem que as mulheres compraram vestidos novos e foram todas bonitas para a feira de exposição do gado zebu e que os trabalhadores estavam com a bandeira do Brasil aguardando a chegada da Presidente. Os trabalhadores rurais foram ao aeroporto, levando a ela carta de manifestação. Toda a comunidade de Uberaba foi para lá, e as pessoas diziam: "Desta vez ela vem. Ela não veio no ano passado, mas ela não deixará de vir a Minas Gerais por duas vezes". Todos foram esperar a Presidente, mas ela não chegou. E o pior é que não mandou o Vice-Presidente. Todos perguntaram: "Mas ela não é mineira? Ela não gosta de Minas?". Por isso a sua avaliação em Minas Gerais foi 15% menor que nos outros Estados. E isso procede, já que ela não tem feito por merecer. Agora os Municípios mineiros receberão R\$18.000.000,00 a menos. Quando procuram a Prefeitura para pedir medicamento, médico e dinheiro para operação, para o hospital, para o calçamento e para a escola, não há. O Prefeito não tem nem resposta nem recursos. Caro Presidente, Deputado João Leite, os discursos nesta Casa têm de ser vigorosos e com responsabilidade. Jamais trago uma fala sem trazer também a sua razão e composição. A fala tem de ser carregada de lealdade e cumplicidade com a verdade, que tem de ser preservada. Tudo o que apresentamos aqui são sintomas da verdade. O pessoal diz que Minas deixou de ser produtiva. Se o próprio governo federal nos tira a Fiat e a melhoria para a Petrobras, está contribuindo para que não arrecademos. Depois tem discurso para proferir. Pensam: "Vamos atrapalhar para termos um discurso a fazer". Isso não deve ser assim. Ser mineiro é muito mais que somente torcer por Minas Gerais. Temos de agir pelo nosso Estado. Não adianta mostrar a certidão de mineira e não fazer nada por Minas. Não adianta dizer que nasceu em Minas Gerais e não trabalhar por este Estado. Pelo amor de Deus, Presidente! Toma juízo e responsabilidade. Minas Gerais não pode continuar desse jeito. Nesta semana, a senhora virá a Betim para inaugurar as casas do programa Minha Casa Minha Vida. Fomos o 21º Estado a receber as casas. Espero que a senhora traga a Minas Gerais uma resposta para as falhas, omissões e esquecimentos. Espero isso de V. Exa., Presidente Dilma Rousseff.

A Deputada Liza Prado - Sr. Presidente, Deputado João Leite, gostaria de manifestar, como bem disse o Deputado Duarte Bechir, as dificuldades enfrentadas pelos Municípios. Ontem estive na abertura do 29º Congresso Mineiro de Municípios. É impressionante como os Municípios estão à míngua. Sou defensora da Presidente Dilma, como primeira mulher a presidir este país. Torço para que continue avançando e espero que dê mais espaço para Minas Gerais, pois aqui é a sua terra. Tenho a certeza de que o fará. Deputado Duarte Bechir, estamos aqui lutando para que os Municípios tenham mais recursos. Ontem conversei com alguns Prefeitos. É impressionante como têm de ficar com o pires na mão, pois, na verdade, a Emenda nº 29, sonho que tínhamos para termos mais recursos para a saúde, não aconteceu. Portanto a Assembleia Legislativa lançou essa campanha Assine + Saúde. Percorremos todo o Estado de Minas Gerais para trazer mais recursos para a saúde, a fim de regulamentar isso e fazer com que o governo federal ajude os seus Municípios, pois pessoas morrem nas filas e outras não conseguem tratamento. Ontem, na Comissão de Enfrentamento ao Crack, discutimos que, desde o último decreto, nenhuma instituição em Minas recebe recursos para fazer o atendimento aos dependentes



químicos. Aí, as famílias ficam à míngua. Agora, a droga também está na zona rural. Pensávamos que o povo da roça não mexia com isso. Os Vereadores João e José Maria, do Município de Extrema, que se encontram presentes, me disseram que estão tendo problema com as drogas na zona rural. É uma coisa democrática, não só Extrema, mas os 853 Municípios do Estado, têm problema com o “crack”. Sr. Presidente, ontem, na Comissão de Enfrentamento ao Crack, discutimos também a falta de clínicas e a proposta do governo federal de transformar todos os Caps em Caps-AD 24 horas. Acharmos muito interessante essa proposta, porque, hoje, se algum dependente químico ou mesmo algum portador de transtorno mental surtarem em um final de semana, não há como socorrê-los. Às vezes, a pessoa passa até o dia lá, mas os Caps-AD 3 não são como queríamos. Também discutimos as dificuldades que a família de um dependente químico enfrenta. Os Municípios precisam ter mais recursos, precisam credenciar suas instituições e ajudar a organizar a documentação delas. Deputado João Leite, há um vácuo no Município, no Estado e no governo federal em relação às drogas, porque, na verdade, não cuidaram dos doentes. Hoje é um problema de saúde pública gravíssimo. Temos de enfrentar o “crack”, as drogas e entender que a porta de entrada da droga é o álcool. É um costume na nossa sociedade. É natural uma criança buscar cerveja para o pai, para a mãe ou acompanhá-los ao bar. Todos têm um comportamento socialmente aceito. Todo o mundo diz o seguinte: “Bebo, mas socialmente”. Mas o álcool é a porta de entrada da droga. Sr. Presidente, é preciso mais recurso, é preciso clínica para os dependentes. O governo precisa capacitar as instituições terapêuticas, aquelas que não têm caráter científico, não têm médico, não têm enfermeira. Fechar tudo não é a saída. Na verdade, tem de haver um local para medicamento. A lei exige vários procedimentos que são corretos. Em Uberlândia, por exemplo, uma instituição foi fechada porque o dependente químico ficava dentro de um buraco e ainda apanhava com porrete. Outras que não tinham a documentação necessária, foram fechadas, e até morreu gente quando saiu da clínica. Como as instituições católicas, evangélicas e espíritas ocuparam esse vácuo e essa omissão dos governos, foi a saída para o povo. Mas, mesmo assim, muitos não conseguem as vagas sociais, não conseguem fazer o tratamento, porque, às vezes, têm de comprar um enxoval caríssimo. É um problema de saúde pública. A Presidenta Dilma já apresentou um projeto, e há recurso. Agora, é preciso que os Municípios se capacitem. É preciso que todos que foram credenciados recebam recursos e é preciso que a sociedade participe da Comissão Especial de Enfrentamento ao Crack, da qual faço parte. Pedimos à população que nos envie sugestões, porque estamos discutindo o tratamento, a prevenção e como funcionam os consultórios na rua. Hoje, temos verdadeiras “cracolândias” em todo o Estado de Minas Gerais, pessoas que ficam como zumbis, andando ali. Vereador João, não sei se em Extrema é assim, mas aqui temos isso debaixo dos viadutos, e as pessoas ficam perambulando. Aí, a Polícia – logicamente, não é toda a Polícia Militar - quer fazer, como foi feito em São Paulo, uma faxina social e tirar o povo da “cracolândia”. Mas, na verdade, o que tinha por trás daquilo era interesse financeiro, era valorizar aquela área, tirar os dependentes químicos daquela região para que ela fosse valorizada. A especulação imobiliária é que manda. Não estavam preocupados com as pessoas, estavam preocupados em valorizar aquela área e fazer uma faxina social. Se não salvamos as famílias, não trabalharmos em escolas, a fim de que o Proerd seja ampliado ... O Proerd é um programa bacana. Apresentei um requerimento para a realização de uma reunião especial para comemorarmos os 14 anos do Proerd. O Cap. Papadiamantopoulos, da Polícia Militar de Uberlândia, e outros policiais realizaram um trabalho de vanguarda em nossa cidade. Fizemos cursos no exterior. Ajudei na implantação do Proerd em Uberlândia, fazíamos palestras em escolas, trabalhávamos com as crianças. Hoje o Proerd está bem mais amplo, mas necessita de recursos. É necessário que parabenizemos esse trabalho realizado pela Polícia Militar. Creio que o Proerd é o maior programa de prevenção às drogas do Brasil, é um programa que deu certo. Devemos parabenizar, honrar os que estão fazendo esse trabalho, mas é preciso que colaborem para cortar esse mal da nossa sociedade. Não é possível que crianças de 8 e 9 anos estejam sendo utilizadas no tráfico de drogas. As famílias que têm um dependente químico são perseguidas por traficantes, as portas de suas casas são esmurradas, a fim de que arranjem dinheiro, senão aquele viciado será morto. As famílias estão reféns da violência, que cresceu bastante por causa das drogas. Então, no dia 25, a nossa Comissão estará em Uberlândia. No período da tarde vamos a Uberaba. Em Uberlândia, a reunião será realizada na Câmara Municipal. Agradecemos ao Vereador Vilmar Resende e aos demais Vereadores, que, gentilmente, nos cederam o espaço para a realização da audiência, que será transmitida ao vivo. Levem sugestões. Sugiro que as comunidades terapêuticas formalizem suas necessidades. É uma comissão da esperança. Temos de discutir permanentemente esse problema, que não se resolverá do dia para a noite. É necessário que ajudemos os Municípios a se organizarem. Então, no dia 25, às 9 horas da manhã, na Câmara Municipal de Uberlândia, vamos discutir qual é a melhor forma de tratamento. Vou conversar com o Prefeito Odelmo, para que tenhamos um gabinete na rua. Estão faltando médicos em todos os lugares. Sei que o pessoal está concordando com o meu pronunciamento, querem que eu prossiga, até porque falei muito pouco, mas vou encerrar, porque o meu amigo sindicalista vai fazer uso da palavra. Convido todos a participar da audiência pública que será realizada no dia 25, na Câmara Municipal de Uberlândia. Sr. Presidente, Deputado João Leite, gostaria de fazer mais um apelo. Estamos realizando outra campanha. Além da nossa participação nas Comissões Especiais de Enfrentamento do Crack e da Violência contra a Mulher, estamos também em outra frente. A minha cidade tem Procon. Estamos solicitando aos Prefeitos que criem Procons em suas cidades. Naqueles Municípios em que os Procons não estão funcionando corretamente, os Prefeitos devem trabalhar para que funcionem adequadamente. Embora Minas Gerais tenha 853 Municípios, somente 100 possuem Procons. Se os Prefeitos não tomarem providências, o Ministério Público entrará com ações contra as Prefeituras. É direito fundamental do consumidor contar com um Procon em sua cidade. Ninguém suporta mais planos de saúde que não atendem à população, aparelhos eletrodomésticos que não funcionam, sinais que caem. Ninguém merece isso. Em algumas cidades com tecnologia avançada, as pessoas não podem sequer falar em um telefone, são porcarias de produtos, mas não têm sequer um órgão para fazer reclamações. Renovo o convite para participarem da audiência pública da Comissão Especial de Enfrentamento do Crack, que será realizada no dia 25, às 9 horas, na Câmara Municipal de Uberlândia. Espero a presença de hospitais, comunidades terapêuticas, escolas, para que apresentem por escrito as suas propostas. Não basta reclamar. Vamos realizar uma grande marcha em Belo Horizonte. Sugerimos que todos os Municípios façam marchas contra as drogas, a fim de mostrar a insatisfação da população mineira com o avanço das drogas. É possível vencer o “crack”. É possível, com muito amor, dedicação, empenho, tratamento, prevenção e repressão ao tráfico salvar vidas, ajudar as famílias. Espero todos nessa audiência que será realizada em Uberlândia, no dia 25, às 9 horas, na Câmara Municipal. Obrigada.



O Deputado Luiz Carlos Miranda - Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo, porque está exercendo, depois de um longo tempo, o papel de Presidente. É um orgulho e uma alegria muito grande vê-lo coordenar os nossos trabalhos. Cumprimento a Deputada Liza Prado, por ser uma Deputada guerreira e grande companheira. Droga não é problema somente de quem está envolvido com ela, mas um problema de toda a sociedade. É preciso sair do discurso e ir para a prática. O Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga está fazendo isso. Nós reunimos todos os segmentos sociais de Ipatinga, do Vale do Aço e com certeza estaremos junto com a Comissão, levando nosso apoio, porque é um enfrentamento, é uma guerra, que não podemos perder. É uma guerra da sociedade brasileira para evitar o extermínio do futuro da sociedade, que é a juventude envolvida nesse processo por falta do que fazer, por falta talvez de políticas públicas nacionais que permitam que o desenvolvimento e o crescimento possam estar próximos das pessoas nas cidades do interior. Sr. Presidente, ontem, estive na abertura do 29º Congresso da AMM. Atentamente, escutei o Presidente da Confederação Nacional dos Vereadores e fiquei estarrecido diante do quadro por ele apresentado. Praticamente 80% das obras do PAC não foram concluídas. Nenhum dos acordos assinados foi cumprido pela Presidência da República. Ele mostrou isso com dados de tamanha grandeza, que saímos dali praticamente indignados com tanta propaganda, com tanta mídia, e com nada na prática. A saúde é um exemplo. Não há o investimento necessário no setor por parte do governo federal não só pelo simples fato de não constar na Emenda nº 29 a participação dele. Os Prefeitos têm que tirar dinheiro de outras áreas para substituir a ausência do governo federal. Isso me deixou um pouco preocupado. Cumprimento a direção da Assembleia pelo movimento que estamos fazendo por todos os Estados, a fim de tentar corrigir um erro que veio de cima. No Brasil, poucas pessoas têm acesso a algumas coisas. Em vez de se trabalhar para que a maioria das pessoas, a maioria, tenha acesso a algo extra, trabalha-se para tirar dos que já têm. O colega Rogério foi dirigente sindical, quando havia os mediadores da Justiça do Trabalho. Acabaram com a figura do dirigente, que era indicado para tentar intermediar, mas não houve substituição. Acabaram, e o trabalhador ficou no prejuízo. Estava dentro de um carro, indo para uma cidade do interior, e ouvi um comentarista político de São Paulo sentir-se alegre e feliz porque a Câmara dos Deputados cortou o 14º e o 15º salários dos Deputados. Ora, o Deputado tem um tempo passageiro. Em vez de a sociedade lutar para que os trabalhadores possam todos receber o 14º e o 15º salários, eles lhes tiram a perspectiva de melhorar a qualidade de vida. Hoje, sou Deputado. Amanhã, serei um trabalhador lá fora. Que conquistas e benefícios poderíamos ter? Não há nem condições de lutar para que todos os trabalhadores sejam inseridos no processo de crescimento. Muitas vezes, não sei a serviço de quem estão muitos dos profissionais da imprensa. A serviço de uma pequena minoria, e não da maioria da população brasileira. Quando há avanços de qualquer segmento – Juizes, Promotores, Desembargadores -, que recebem o 14º e o 15º, que isso seja louvado, mas que os trabalhadores em geral também tenham esses benefícios. Não temos que brigar para empobrecer a sociedade. Temos que trabalhar, todo o tempo, para que a sociedade cresça e avance cada dia mais. Infelizmente, tenho essa decepção, pois alguns veículos de imprensa, alguns comentaristas maldosos estão a serviço da minoria, a serviço da burguesia, em detrimento e prejuízo da maioria, que é a classe trabalhadora, que só recebe 13º salário. Precisamos rever essa postura, porque os trabalhadores, que são a reserva moral da sociedade, estão sendo usados. Pega bem esse tipo de comentário, porque dizer que o Deputado Federal deixou de receber o 14º e o 15º salários – são 513 parlamentares – fica parecendo uma vitória da sociedade. Na verdade, é uma derrota dos trabalhadores, que deveriam receber o 14º e 15º salários, reivindicação que faz parte de nossa permanente luta. Sr. Presidente, quero encerrar e insistir, como disse o nosso nobre colega Deputado Antônio Júlio, referência neste Parlamento, que temos de sair do discurso e ir para a prática. Muitas vezes, as coisas não são feitas, porque não querem fazê-las, não por falta de dinheiro. Vemos a questão da BR-381. Há muito tempo fazem licitação para projetos de trechos, mas, até agora, não há nada de concreto. Vem aí a Copa do Mundo, muito importante para todos os brasileiros, mas o dinheiro poderia ser investido de melhor forma, a serviço da sociedade, principalmente para o Leste de Minas. Este é um momento importante de, mais uma vez, cobrarmos da Presidente que coloque a BR-381 na agenda principal do governo federal. O Leste de Minas sofre em detrimento do crescimento da região, que é rica, mas não tem como escoar seus produtos. Há cerca de um ano e meio, quando a Presidente era Ministra da Casa Civil, procurei-a para falar sobre a BR-381. Aliás, fomos impedidos de adentrar o gabinete da Ministra, hoje Presidente, porque estávamos uniformizados de vermelho, pelo fim das mortes naquela rodovia. Mas ela teve sensibilidade e nos recebeu. Se não estivéssemos uniformizados pela causa, não iríamos falar com ela. Ela teve de nos receber, e lhe apresentamos alternativas. A ferrovia está aí, ligando Belo Horizonte ao Espírito Santo. A serviço de quem? De uma única companhia. O transporte de passageiros é uma lástima. Vagões depõem contra o ser humano. Disse: Ministra Dilma, por que vocês não intervêm na Vale, a serviço da população do Leste de Minas? Isso vai melhorar a qualidade do transporte de passageiros, tirando-o da BR-381. Determinem que o transporte de cargas utilize a ferrovia, o que também não foi feito; ao contrário, houve aumento do transporte de cargas na rodovia. Como disse o Deputado Antônio Júlio, falta vontade política para resolver a questão do Leste de Minas. Há grandes empresas na região: a Usiminas, a Cenibra, a Acesita, a Cemig. Por que ela não chama essas empresas e resolve o problema da BR-381, a “Rodovia da Morte”? Porque falta vontade política. Já apresentamos alternativas e soluções. Se não forem boas, podem nos procurar, porque há homens e mulheres no Leste de Minas com alternativas para acabar com as mortes na BR-381 e melhorar a qualidade de vida na região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que o há para a discussão das matérias constantes na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio, que ainda dispõe de 17 minutos e 23 segundos para o seu pronunciamento.



O Deputado Antônio Júlio - Muito obrigado, Presidente, Deputados, Deputadas, hoje pela manhã, houve vários pronunciamentos, principalmente para os que acompanham a TV Assembleia, já que o Plenário ficou um pouco vazio, em função de vários eventos na Casa e fora também. Mas isso nos dá a oportunidade de falar um pouco para os que nos acompanham neste momento. Apesar do endividamento excessivo, o governo de Minas Gerais pede empréstimo, uma discussão que estamos fazendo há mais tempo sobre a dívida do Estado. O governo federal cobra juros de agiotagem excessiva dos Estados. Vemos a discussão sobre Belo Horizonte. Não estou fugindo da discussão, pois tudo o que for falado versará sobre recursos e empréstimos. Acompanho as obras de Belo Horizonte com tristeza. Vi, e todos os que estão nos escutando também viram que desmancharam as obras da Cristiano Machado e da Antônio Carlos, com a desculpa do BRT. São obras que nem foram inauguradas. Passarelas foram desmanchadas, passarelas de R\$5.000.000,00, R\$6.000.000,00. Isso é falta de planejamento e de responsabilidade com o dinheiro público.

Estão dizendo que o BRT será a solução. Antes, estavam discutindo o metrô e, de uma hora para outra, resolveram fazer o BRT, desmanchando todas as obras feitas. O povo vê isso calado e indignado. A TV Globo fez duas reportagens, mas não houve repercussão, mostrando o desperdício do dinheiro público por falta de planejamento. Peço que fique anotado, nos anais desta Casa, que haverá problemas sérios na BR-381, em Betim, na confluência com a BR-262, indo para São Paulo. O DNIT autoriza uma construção, à beira de uma rodovia, que já está estrangulada. Ninguém fala nada. Onde está o Ministério Público, que fica tão preocupado com as coisas dos pequenos Prefeitos? Está sendo feita ali uma obra irresponsável, que parece ter sido autorizada pelo DNIT e que parece ter avançado a faixa de domínio do DNER. Estou dizendo isso porque está em andamento essa obra fantástica, com mais de 300 lojas, em cima de uma rodovia que já está estrangulada. Não há nem área de escape ali. Você vem pela rodovia e entra no "shopping", o que é mais grave. A Prefeitura de Betim também está construindo a rodoviária à beira da rodovia.

O que vimos acontecer em Belo Horizonte ontem se deve à falta de uma visão futurística. Se isso for feito, o que pode acontecer? Será que não há cabeças pensantes nesses órgãos que possam fazer essas análises simplórias, que não dependem de engenheiros nem de muita tecnologia? Visão e responsabilidade pelas coisas públicas é o que está faltando hoje em todos os níveis. Querem fazer obras imediatistas, obras que dão retornos para as campanhas. Esquecem-se de que, num futuro próximo - pensam que o futuro é de longo prazo, mas ele também é de curto prazo - vamos ter dificuldades. Quem estiver vindo de São Paulo, do Triângulo Mineiro e do Sul de Minas, daqui a um ano, vai fazer o maior sacrifício para chegar aqui. Se vierem pelo anel, também vai haver um problema sério. Podem pegar por Betim e fazer um contorno por fora, mas também vai ser terrível. Seria um problema fácil de ser resolvido se tivessem visão. Estão fazendo a alça e outro viaduto logo depois do "shopping", que já está também estrangulado. Este vai trazer um problema sério para a população de Minas Gerais, para a população que vem do Triângulo Mineiro, do Sul de Minas e de São Paulo. Isso vai virar um tormento.

O DNIT, mais uma vez, finge que não está acontecendo nada, autoriza uma obra daquele tamanho, sem nenhum planejamento. Não dá para homens públicos discutirem somente os governos da Dilma, do Anastasia e do Aécio. Acho que isso é muito pouco. Temos de debater os pontos em que podemos atuar e que podemos mudar. Quando se fala no metrô de Belo Horizonte, pergunto quando ele vai sair, porque não há nem projeto para isso. A Prefeitura de Belo Horizonte está pensando em lançar um edital para contratar um projeto para análise do solo no possível trajeto do metrô. Isso demora quantos anos? A Dilma pode vir aqui e fazer o discurso de que está liberando R\$5.000.000,00. Pode liberar até R\$500.000.000.000,00 para o metrô de Belo Horizonte, mas não vai sair porque o problema passou a não ser dinheiro. Não é mais dinheiro, é vontade de fazer. O Prefeito Lacerda não está preocupado com Belo Horizonte, está preocupado com sua reeleição, com a eleição do Presidente da República.

Esqueceram-se de Belo Horizonte. Não haverá metrô em nossa cidade. Em todas as grandes Capitais, há metrô em funcionamento ou em obras, menos em Belo Horizonte. E isso porque não há vontade política para fazer metrô. Parece que o metrô dá voto. "Vamos fazer o metrô". É como os políticos antigos. "Vamos asfaltar essa estrada aqui. Vamos fazer isso aqui". Nunca faziam, porque diziam que, quando fizessem, não haveria mais o discurso. Diziam os políticos antigos que o povo não vota na gratidão, que é a realização, que o povo vota na esperança. O político não recebe voto pelo que fez. Ai, tem de renovar a esperança sempre para ganhar votos. Mas chega o momento em que a esperança acaba.

Hoje temos conhecimento, temos informação. Fazemos nosso discurso e nos manifestamos quando o governo do Estado pede empréstimo, mas concordamos com alguns empréstimos, apesar de Minas estar altamente endividada. O governo sabe em que precisa investir. O dinheiro é escasso. O governo federal fica com boa parte do recurso, mas, se não houver planejamento, não adianta fazer empréstimo. É como quando uma pessoa está quebrando. Ela começa a pegar dinheiro aqui para cobrir o rombo ali, para acertar acolá. Passa um tiquinho, vende uma coisa para tentar cobrir. Quando vê, o rombo já é muito grande, e as coisas estão inviabilizadas. É o que está acontecendo com Minas Gerais.

Na segunda-feira, estaremos no Rio Grande do Sul, com uma comitiva da Assembleia, discutindo a questão das dívidas dos Estados. Acho que é um grande momento, mas precisamos de gente para fazer isso. Não adianta Assembleia. A Assembleia faz o momento político, mas não temos lideranças para discutir em nível nacional, no Congresso, no Senado. Não temos lideranças para falar sobre a dívida de Minas, sobre a dívida dos Estados, para cobrar da Presidente Dilma, que está brigando com os bancos, em uma demonstração de ousadia e até de muita coragem, para diminuir os juros, discussão que nosso saudoso Vice-Presidente José Alencar morreu sem presenciar, porque o Presidente Lula não quis. José Alencar sempre falava sobre isso, e agora a Dilma está assumindo o papel de rever e discutir a questão dos juros no nosso país e também os juros hoje cobrados pelo Banco Central dos Estados e Municípios.

Deputado Luiz Carlos Miranda, observo a discussão sobre a BR-381. Tive a oportunidade de participar de algumas manifestações, mas é só politicagem. Ninguém quer resolver nada, porque a BR-381 nem projeto tem. Ficaram discutindo cinco propostas de projeto: uma da Fiemg, uma do governo do Estado, outra da iniciativa privada, outra do DNIT, mas não chegaram a nenhuma conclusão, porque alguns interesses atingidos por esses projetos precisavam ser resolvidos. Como não há possibilidade de resolver, preferem não fazer.



Deputado Luiz Carlos Miranda, V. Exa. é da região. Gosto muito de comentar sobre algo que aconteceu recentemente em nossa região, Pará de Minas, no Oeste do Estado. Há mais de 10 ou 12 anos, a BR-262 também era considerada a rodovia da morte. De uma hora para a outra, a obra chegou lá. Não houve nem discussão, Deputado João Leite. Resolveram fazer e fizeram. Não foi nem o governo federal, foi o PR, partido político que mandava no Ministério antes de explodir aquele problema todo. Foi lá e fez a obra, sem planejamento, sem projeto executivo, mas fez.

Questionei. Tenho várias denúncias no Tribunal de Contas. Fiz denúncias na CGU, porque via que algumas intervenções realizadas não tinham projeto, Deputado Duarte Bechir. Com isso, foram feitos 31 aditivos ao projeto, além dos 25% previstos na contratação inicial da obra. Mas fizeram. Quando recebemos a notícia de que a obra seria iniciada, nós nos assustamos, e, no mesmo dia, havia mais de mil equipamentos no local, começando a obra em três trechos. Três consórcios trabalharam em 100km. E o que está sendo feito da BR-381 em direção a João Monlevade, o que está sendo feito? É só conversa para boi dormir. O anel rodoviário de Belo Horizonte é apenas bandeira política daqueles que militam na Capital. Onde está o DNIT, que se encontra cheio de denúncias, que deixou de investir em Minas Gerais, no ano passado, por incompetência técnica, mais de R\$1.000.000.000,00 nas nossas rodovias? E ficamos aqui reclamando, dizendo que é culpa da Dilma, do Aécio, é culpa não sei de quem... E as coisas não acontecem.

Tenho dito, às vezes com alegria, às vezes com um pouco de constrangimento, que faltam políticos de coragem, políticos que tomam decisões e queiram fazer as coisas. O dinheiro, no serviço público, não é o mais importante. O mais importante, na administração pública, é a vontade de fazer, é a decisão de fazer. Isso porque sabemos que sempre haverá dificuldade em se obter o dinheiro, mas, se há vontade de fazer, você faz. Não fizeram, agora, a Cidade Administrativa, que eu questionei muito e continuo questionando? Eu acho que foi um equívoco. Mas ela está lá, pronta, e não há mais que se questionar. Não fizeram a Linha Verde? Uma obra grande, cara. Quiseram fazer e fizeram. Não analisaram as consequências que poderiam advir daquela obra, mas fizeram-na. E temos de bater palmas para a vontade de fazer. Não fizeram essa porcaria do Independência? Ficou bonito, mas, em termos de funcionalidade, não atende. Mas fizeram. Portanto, o que está faltando na coisa pública é essa vontade de fazer. Aqui, em Minas, estamos sendo muito sacrificados. Temos um Congresso Nacional onde nossa Bancada Federal não discute os interesses de Minas Gerais, não tem coragem de enfrentar os problemas do nosso Estado, não tem coragem de cobrar do governo federal porque, às vezes, fazem parte da base de governo. E isso tem de ser feito, a base de governo tem de mostrar as dificuldades do Estado.

E Minas ainda tem um problema, Deputado João Leite, muito sério. Puseram lá o Fernando Pimentel como sendo o Ministro representante de Minas Gerais. Tivemos, no governo Lula, seis Ministros, e hoje temos apenas um, que não fala de Minas Gerais. Parece que ele não quer trazer grandes obras para Minas, e talvez esteja preocupado com o seu projeto pessoal para Governador de Minas. Está errado. Primeiro, executam-se as coisas, depois, cuidaremos do projeto político. Por que o projeto político tem de estar acima de todos os investimentos e de todas as dificuldades do povo? Ontem, Belo Horizonte paralisou, e ninguém sabe o porquê. Vemos, nas estradas, a queda de uma moto. E demoram três, quatro horas para retirá-la do local. E não é só questão de Prefeitura e de Estado. É questão do Corpo de Bombeiros, da Polícia Rodoviária, que não se preocupa em dar uma resposta imediata aos problemas que vivenciamos.

O Deputado Luiz Carlos Miranda (em aparte)* - Muito obrigado pelo aparte. Quando você se manifesta, constatamos sua sabedoria e a inteligência de um homem público preocupado com o futuro do Estado e com a coisa pública. Tenho orgulho de ser seu parceiro nesta Casa. Concordo com sua fala sobre a falta de vontade política. Agradeço-lhe por estar fazendo coro conosco na questão da BR-381.

Precisamos de mais homens públicos da sua galhardia, do seu potencial para levantar a voz, levando-a até o Congresso Nacional. Há 30 anos pertencemos ao movimento sindical, muitas reuniões aconteceram nos gabinetes das empresas, com o governo. Mas, quando vão para fora, essas coisas não são cumpridas. Quem está pagando essa terrível dívida pública é a população pobre de Minas e dos outros Estados. Além do trabalho extraordinário que vem sendo feito pela Comissão desta Casa, é preciso ouvir a voz das ruas. É preciso uma mobilização em Brasília de todo homem e mulher, do trabalhador e da trabalhadora brasileira, para fazer que seja revista essa questão do pagamento da dívida. Não quero mais ser tão radical como era no passado. Essa dívida já foi paga, o que tinha de acontecer era o calote. Mas, quando se fala em calote, as pessoas se assustam. Já pagamos cinco ou seis vezes o valor da dívida, e ela continua em três vezes o seu valor. Essa renegociação é coisa de compadre e comadre. É preciso interromper de forma muito firme, com o apoio da população mineira e dos outros Estados, essa exploração do banqueiro brasileiro, que é o governo federal.

Parabéns, Deputado Antônio Júlio, pela exposição, pelo seu brilhantismo e pela preocupação com ações públicas do Estado de Minas Gerais e do Brasil. Por isso, o senhor é esse Deputado por quem todos temos um carinho muito especial e um respeito muito grande. Esperamos que continue conosco nessa batalha, para que possamos sair do discurso, esquecer o dinheiro, partir para a vontade política e duplicar a BR-381.

O Deputado Antônio Júlio - Obrigado, Deputado Luiz, pela homenagem que V. Exa. me presta. Só para encerrar, Sr. Presidente, estamos aqui discutindo uma autorização de empréstimo para o governo estadual. Não vejo dificuldade, porque estamos discutindo a dívida de Minas e fazendo mais dívida. O governo "vendeu" o déficit zero, não havia dívida, era tudo local, tudo beleza, mas estão pedindo dinheiro emprestado para fazer algumas ações. Concordo, o governo é que sabe onde o calo está doendo e tem de resolver. Mas ficamos meio constrangidos, de certa forma: como vocês estão discutindo dívida e autorizando empréstimo? Se fizerem muitos questionamentos, ficaremos meio sem reação neste momento.

Obrigado, Deputado João Leite, pela oportunidade e por poder expressar que coisa pública não se resolve só com dinheiro. Hoje está faltando algo aos homens públicos. Minas já tem essa característica de trabalhar em silêncio. É uma característica do mineiro ser acomodado, gostar de ajeitar as coisas. Mas, enquanto estamos nessa, os outros Estados estão comendo a gente com o pé.

Então, dinheiro é importante. Mas o que falta hoje nos homens públicos de Minas Gerais é vontade de fazer. Esse é o grande discurso que precisamos empreender.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.



O Deputado Rogério Correia* - Deputado João Leite, que preside esta reunião na manhã de hoje, Deputados presentes, companheiros da imprensa, povo mineiro que nos assiste pela TV Assembleia, solicitei a discussão do Projeto nº 214/2012, do Governador do Estado, que pede para contrair crédito junto ao BNDES. Esse projeto é seguido de dois outros projetos na mesma linha de pedido de empréstimo e de crédito. Solicitei a discussão primeiramente pela importância do tema e, segundo, para comunicar aos Deputados e à população de Minas que, nós, do PT, e o Deputado Sávio Souza Cruz, que terá oportunidade de falar como Líder do PMDB, estamos, como Oposição, obstruindo os trabalhos na Assembleia Legislativa. E fazemos isso com o objetivo muito claro de denunciar e buscar que seja revogado o termo de ajustamento de gestão – TAG –, assinado entre o Tribunal de Contas e o governo do Estado, que destina menos recursos para à educação e à saúde neste ano e no próximo. Eles só serão regularizados constitucionalmente em 2014 caso haja recurso do governo do Estado. Se não houver recurso, haverá a possibilidade de, nesse termo sinistro e esquisito, assinado entre o Tribunal de Contas e o governo do Estado, por mais um ano, não se cumprir a Constituição. E o Tribunal de Contas assinou um termo de ajustamento que permite o governo não cumprir a Constituição. Então, até o final do governo Anastasia, poderemos completar o ciclo do PSDB de não cumprimento dos preceitos constitucionais da educação e da saúde, respectivamente de 25% e de 12%.

Sr. Presidente, a nossa obstrução tem o sentido claro de denunciar. Ao mesmo tempo, já que o governo quer empréstimo e mais empréstimo, queremos a revogação desse termo de ajustamento, o que significaria aplicar, já neste ano, o mínimo constitucional na saúde e na educação. Por que levantamos essa questão com tanta veemência? Vejam bem, senhores Deputados, o governo coloca na pauta, na ordem do dia, três pedidos de empréstimo que vão contabilizar R\$3.160.000.000,00, quase todos com o BNDES. Quase R\$2.500.000.000,00 são referentes a empréstimo com o BNDES. O governo do Estado tem feito uma imensa propaganda tentando justificar uma incompetência administrativa do chamado déficit zero e choque de gestão. Essa incompetência tenta se justificar a partir de uma dívida contraída e que o governo não teria recursos para Minas Gerais avançar, embora a propaganda seja “Minas Avança”. O próprio governo reconhece que não consegue avançar em Minas e procura jogar a culpa numa dívida feita por governos anteriores e renegociada na época em que o Deputado Federal Eduardo Azeredo governava Minas Gerais. Por incrível que pareça, a justificativa é que, naquela época, teria sido um bom acordo, mas que hoje é um mau acordo, portanto não haveria condições de se fazer o pagamento da dívida nos juros propostos, embora tenham limite na receita de 13%, sem alteração. Eu já disse que isso é uma mera desculpa do governo. É uma incompetência gerencial e política. A partir do déficit zero e do choque de gestão, durante oito anos do governo Aécio e quase dois anos do governo Anastasia, agora confessam a Minas Gerais que a incompetência do déficit zero ou do choque de gestão ou a mentira do déficit zero e do choque de gestão, que foi o arrocho no serviço público, não permitira que Minas Gerais se desenvolvesse. Portanto o governo quebrou Minas Gerais. O Estado está quebrado, e o governo diz que não tem condições de pagar os juros da dívida. A Presidente Dilma até acenou para que, ao invés de se pagar pelo IGP-DI, se pague pela taxa Selic. Queria fazer um parêntese dizendo que, à época, tanto o PMDB quanto o PT votaram contra - o Deputado Antônio Júlio era Deputado à época – esse acordo de dívida feito entre Azeredo, Fernando Henrique Cardoso e o Fundo Monetário Internacional, o famigerado FMI, que estava por trás desse acordo. Foi a época do neoliberalismo, em que os tucanos diziam que o importante era privatizar, pegar dinheiro emprestado e pagar juros para o FMI. Depois que o Presidente Lula assumiu, ficamos livres do FMI e desse endividamento maluco feito internacionalmente. Aqui em Minas isso continuou. Foi feito esse acordo entre o FMI, Fernando Henrique Cardoso e Azeredo, ou seja, tudo entre os tucanos. Agora, como o Estado está quebrado – por opções equivocadas do déficit zero e do choque de gestão -, o governo quer dar uma desculpa de que não governa Minas por causa de dívidas feitas no passado, blá-blá-blá. E vão com esse blá-blá-blá afora.

A pergunta que faço, Deputado Antônio Júlio, é a seguinte: se o governo reclama que não tem recursos para pagar a dívida com o governo federal, por que pede ao governo federal, colocando isso na pauta da Assembleia, mais R\$3.200.000.000,00 para serem aprovados agora, em três projetos de lei? E R\$2.500.000.000,00 do BNDES, ou seja, vai pedir ao governo federal empréstimo. Isso tem lógica? Como podemos aprovar um empréstimo que o governo do Estado pede ao governo federal, se ele próprio está dizendo que não tem condições de pagar a dívida que já existe? Ele próprio está reconhecendo que o Estado está quebrado. O próprio governo de Minas faz um termo de ajustamento de gestão para burlar as Constituições Federal e Estadual e aplicar menos recursos na educação e na saúde. Só para terem uma ideia, povo mineiro que nos assiste pela TV Assembleia, o tal termo de ajustamento de gestão, se for aplicado ainda neste ano, dará um prejuízo à educação e à saúde públicas em torno de R\$1.500.000.000,00. Esse é o valor que vai deixar de ser investido na educação e na saúde de Minas com o tal de termo de ajustamento de gestão. O governo deixará de colocar R\$1.500.000.000,00, que é o limite constitucional, na educação e na saúde. E ainda quer pegar do governo federal R\$3.000.000.000,00 para pagar juros depois. Sabem quando vai começar a pagar os juros? No próximo governo. O empréstimo tem a carência exata do período em que Anastasia está governando com o PSDB. Ou seja, só iniciarão o pagamento desses juros depois. E ainda não colocarão o dinheiro constitucionalmente obrigatório na educação e na saúde. Só neste ano serão R\$1.500.000.000,00. Juntando-se aos R\$15.000.000.000,00 que se devem do passado à educação e à saúde, teremos, ao final dos governos Anastasia e Aécio Neves, sem levar em consideração o processo inflacionário, R\$16.500.000.000,00 que não foram investidos na educação e na saúde públicas. Esse é o déficit do governo tucano com a educação e com a saúde. E querem agora dinheiro emprestado. Mas o problema de Minas não é a dívida? Eles não querem deixar de pagar os juros da dívida? Não estão fazendo propaganda com o dinheiro da Assembleia Legislativa dizendo que o problema de Minas é a dívida? Para que querem mais dívida se não estão conseguindo pagar essa, se não conseguem investir na educação e na saúde? Vão jogar isso onde? Isso também não está claro no projeto.

Para pedir dinheiro emprestado para objetivos eleitorais, pode. Queria saber se esse investimento vai permitir que se melhorem as condições de educação, saúde e segurança no Estado de Minas Gerais, que estão precárias. Apenas para citar, a educação, como já vimos dizendo. E o empréstimo não vai abarcar os problemas educacionais. O Deputado Sávio Souza Cruz costuma dizer que para educação, saúde e segurança, em vez de recursos, empréstimos e dinheiro, é choque de gestão. Para esses, corta, é choque de gestão, são salas multisseriadas, projeto magistério com fome. O povo de Minas conhece o magistério com fome, aquele em que a professora



e o professor não podem se alimentar com a merenda escolar do aluno porque tem que economizar. O magistério com fome é uma novidade do governo do Estado, e só existe em Minas. Magistério com fome. Fiquei preocupado de eles exportarem isso para outros Estados. Pelo amor de Deus: magistério com fome é só em Minas Gerais. Estive numa reunião de Deputados Estaduais do PT, em oposição aos governos tucanos, e ficou provado que os nossos tucanos são piores que os outros, porque nenhum Estado tem o magistério com fome, somente Minas Gerais tem esse magistério com fome. Todos estranharam, então expliquei como era o programa. Eles perguntaram: “A professora não pode se alimentar?”. Eu respondi que não, e que dizem que a culpa é da Dilma. Eles disseram: “No meu Estado, as professoras se alimentam, e a Dilma não foi lá falar nada disso”. Eu respondi que, em Minas, é o magistério com fome, as professoras não podem comer a merenda dos alunos na escola. Imaginem! Isso só acontece em Minas Gerais, é uma perseguição às professoras. Corta! É choque de gestão.

Agora trouxeram novamente as salas multisseriadas, um absurdo. Os alunos ficam misturados. Aqueles que estão aprendendo a ler ficam com outros que estão na 8ª série. O Deputado Sávio Souza Cruz estava explicando como a professora dá aula, e fiquei imaginando. A professora vai ensinar os alunos de 1ª à 4ª série: “Meus queridos alunos de 1ª à 4ª série, que estão do lado esquerdo: ca, co, se, si, da, de, di, do, du. Aprenderam direitinho? Façam o dever de casa. Agora, vocês do lado direito, da 8ª série, que vão aprender trigonometria: a hipotenusa ao quadrado é igual à soma dos quadrados dos catetos”. Aí os alunos da esquerda perguntam: “Catetos, professora?”. Ela responde: “Não, os catetos são somente para a turma grande, nada de cateto aqui”. Eles perguntam: “Como é que escreve cateto?”. A professora responde: “ca, co, ce, si, tá, te ti, to, tu”. E os outros alunos perguntam: “Professora, e os quadrados e os catetos?”. E por aí vai, é uma “mistureba” de trigonometria com o aprendizado do aluno que ainda não sabe ler. E assim vai. São as salas multisseriadas a grande invenção tucana para a educação em Minas Gerais. E as professoras vêm bater prato, junto com o magistério com fome.

Esses são os dados que levaram os Deputados Estaduais a sucumbir à minha provocação e dizer: “Realmente os tucanos mineiros são piores que os tucanos nacionais”. Nem o Alckmin e o Serra conseguiram, em São Paulo, inventar o magistério com fome e retornar com as salas multisseriadas. Isso só existe em Minas Gerais. Mas é o choque de gestão, é o corte. Na sala multisseriada e no magistério com fome, tem que cortar.

Sou a favor de aumentar o recurso federal da saúde para 10%. Há uma campanha nacional e sou a favor disso. Mas isso não justifica fazer um TAG em Minas Gerais, no qual deixamos de aplicar os recursos constitucionais da saúde da Emenda nº 29. O problema de querer mais recursos federais não retira do Estado a sua obrigação de aplicar o mínimo constitucional. Ora, os Municípios também ficariam desobrigados de aplicar o mínimo constitucional? Anularemos conquistas importantes da educação e da saúde em Minas Gerais? É uma Constituição à parte? Os mínimos constitucionais não valem para Minas Gerais? A desculpa para tudo isso é a Dilma. Fico bobo de ouvir a base de governo do Anastasia, que, aliás, é mais Aécio que Anastasia. Dizem que foi publicado no jornal, não sei se é verdade, um diálogo entre o Governador Anastasia e o Senador Aécio Neves. Não sei se os Deputados viram isso na imprensa. No diálogo, o Senador Aécio Neves reclamou com o Anastasia que o Estado estava parado, como realmente está, não tem dinheiro para tocar obra, não tem dinheiro para a saúde nem para a educação. Então o Prof. Anastasia foi ríspido e respondeu ao Senador: “Mas o senhor deixou o Estado quebrado”. O próprio Governador Anastasia não pode dizer isso, porque o planejamento é fazer com que o Aécio seja candidato em 2014. O governo de Minas não governa, é um comitê do Aécio. Tudo tem que ser pensado em termos do comitê do Aécio Neves, e não do governo de Minas.

Quero encaminhar a votação contrária a esse projeto de pedido de empréstimo. Não vejo justificativa em aprovarmos mais empréstimos para um governo que reclama que o seu grande problema é o pagamento de juros de dívida. Se esse é o seu grande problema, como o governo diz que é, por que quer pegar mais empréstimos? Não é assim que se governa, não se pode governar pegando empréstimos e pagando juros, pegando empréstimos e pagando juros. Isso era o que o Brasil fazia na época do FMI. Quando o Lula assumiu, o Brasil tinha uma dívida externa imensa. Vocês se lembram disso? O grande problema era a dívida externa. O governo Fernando Henrique vendia as empresas estatais para pagar juros de dívidas, fazia mais dívidas no FMI, que mandava fazer determinadas coisas. Era mais ou menos como a crise atual da Europa.

Quando o Presidente Lula assumiu, mudamos a lógica da política econômica: em vez de ficar pagando juros ao FMI, o Brasil resolveu o problema da dívida externa; parou de obedecer ao comando do FMI; passou a ter um projeto de desenvolvimento econômico, com divisão de renda; deu renda aos pobres para comprarem alimentos; construiu casas populares; instituiu o Bolsa Família, o Pronaf, enfim, desenvolveu projetos que permitiram que a massa mais pobre tivesse recursos para fazer a economia girar. Com a economia girando, nas palavras do ex-Presidente Lula, os pobres tiraram o Brasil da crise, e o País pôde ter seu desenvolvimento econômico. Hoje, ele tem índices de desemprego de fazer inveja a qualquer país europeu ou aos Estados Unidos da América. Os índices de desemprego são baixíssimos, como nunca, fruto do desenvolvimento econômico do País, quando abandonou a política do FMI e a política de endividamento e de pagamento de juros.

Agora, aqui em Minas, o governo não planeja um desenvolvimento econômico real. Minas Gerais vive de mentiras, de propagandas enganosas. O Estado viveu oito anos falando do choque de gestão e do déficit zero. O déficit zero, entretanto, foi desmascarado, e o próprio governo, Deputado Antônio Júlio, teve de reconhecer que ele não existe. Agora, está reclamando da dívida, que é enorme, impagável. Desmanchou-se aquele castelo de areia e mostrou-se que Minas está quebrada. Já sabíamos disso: Minas está quebrada, e aquilo era um castelo de areia. Quanto ao choque de gestão, diz o Karl Marx que tudo que é sólido se desmancha no ar, e isso é verdade. O choque de gestão, que parecia tão sólido, desmanchou-se no ar, pois era uma mentira. Ele, na verdade, consistia em um arrocho no serviço público. As professoras, os professores, os servidores da saúde e os da segurança pública desmancharam o choque de gestão. A educação fez uma greve de 112 dias, e a Polícia Civil, uma de 70 dias, desmanchando o choque de gestão e mostrando que os recursos não existem, que não existe delegado de polícia nas cidades, que não há gasolina para mover os carros da Emater, que existe um magistério com fome e salas multisseriadas. A imagem do choque de gestão diluiu-se no ar. Tudo o que é sólido se desmancha no ar. É verdade: desmanchou-se no ar o choque de gestão que nem sólido era, já era pueril.



Ele acabou, e agora o governo precisa de uma nova bandeira. E qual é ela? A bandeira do governo passou a ser a dívida: "não podemos governar porque temos dívida com a União que inviabiliza o Estado". Essa é a atual bandeira do governo. Qual a solução do governo para isso? Fazer mais dívida. Se o problema é a dívida, vamos fazer mais dívida. Alguém consegue entender essa política? Faz-se mais dívida para fazer propagandas e depois alega-se que está mais endividado; xinga-se o governo e faz mais outra dívida. Xingam a Dilma e pegam o dinheiro. Se fosse a Dilma, diria: chega, não é possível, vocês têm que resolver o problema em Minas; parem de reivindicar tudo do governo federal. Não podem pagar os professores e alegam que a culpa é da Dilma; não podem investir na saúde e alegam que a culpa é da Dilma; não podem resolver o problema das estradas e do trânsito e alegam que a culpa é da Dilma; tudo é problema do governo federal. Para que existe o governo do Estado? Para dizer que não consegue governar. Vemos hoje que o governo de Minas só serve para dizer que não consegue governar. Isso funciona em três meses de governo. São os famosos 100 dias. O Prefeito ou o Governador entra e tem 100 dias para apresentar um balanço simbólico. No balanço dos 100 dias o Prefeito ou o Governador vai dizer que em 100 dias encontrou a situação do Município ou do Estado precária, com a dívida tal, que tomou tais e tais proposições acerca disso, renegociou, pediu emprestado, fez isso, aquilo, procurou arrumar a casa e agora tem mais um planejamento para seguir com o Estado. Depois de seis meses, aos 180 dias, faz outro balanço e vai arrumando as soluções. Terminado o primeiro mandato, se for reeleito, já estará com a casa arrumada e vai fazer ainda mais. Esse é o ideal de um bom governo.

O que vemos em Minas Gerais depois de oito anos do governo Aécio/Anastasia, agora governo Anastasia, é voltar a discutir como se o governo estivesse se iniciando agora. Ele diz que não consegue governar porque Minas está quebrada, que os juros da dívida são muito altos, que Minas está parada e precisa de mais dinheiro emprestado. Vão à Presidenta Dilma, a quem estão culpando porque existe uma dívida que foram eles que renegociaram na época do Azeredo com o FHC e o Fundo Monetário Internacional, e dizem: "Não conseguimos pagar isso, mas queremos mais dinheiro emprestado". São mais R\$3.160.000.000,00 para os programas que o governo não consegue tocar em Minas. Pedem mais empréstimo e continuam com as propagandas dizendo que não conseguem pagar à Presidenta Dilma e que ela é a culpada da dívida. Como podemos votar favoravelmente a isso? A Presidenta Dilma provavelmente não está sabendo que a única coisa que o governo de Minas faz hoje em dia é reclamar do governo dela em vez de planejar. É engraçado que os outros Estados não reclamam.

O Nordeste fez um plano de desenvolvimento. Todos os governadores do Nordeste estão de parabéns, não apenas os do PT. O Nordeste está crescendo. Consegue recursos, se desenvolve, está parecendo a China. O Nordeste se desenvolveu de tal maneira que os índices sociais, os problemas que existiam, os índices de mortalidade infantil diminuíram muito. Outro dia fiquei satisfeito ao ler que o Nordeste estava resolvendo esses problemas.

Minas estagnou. O Presidente da República é o mesmo, era o Lula e agora a Dilma. Se o Nordeste e outros Estados se desenvolveram dessa maneira, porque Minas Gerais estagnou, se tem condições, como o segundo Estado, de fazer um plano de desenvolvimento? Não fez. Minas vive da exportação do minério. O PIB de Minas depende do minério. Se o preço estiver bom, o PIB cresce, se não estiver, o PIB decai. Por causa da crise internacional, Minas cresceu menos que o Brasil. O Deputado Sávio Souza Cruz mostra sempre os dados da Fundação João Pinheiro que demonstram que Minas cresceu menos que o Brasil no governo Aécio e agora cresce menos ainda por causa do plano de exportação do minério. O preço do minério está em queda por causa da China, que já não está com um crescimento tão grande como antes. O preço do minério tem diminuído para o Japão e para a China, e isso faz cair o PIB de Minas. Minas vive apenas disso, não há um projeto de desenvolvimento. É possível ter um projeto diferenciado de desenvolvimento para Minas? É claro que é. Outros Estados têm. Minas poderia fazer um planejamento agrícola extraordinário, mas não temos um planejamento para a agricultura familiar. O governo federal alimenta os pequenos produtores com o Pronaf. Minas recebe mais ou menos R\$1.200.000.000,00 do BNDES para a pequena produção, para a agricultura familiar. É uma quantidade bastante satisfatória. Temos mais recursos para outros programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa de Crédito Fundiário e outros. O governo do Estado poderia fazer um planejamento de desenvolvimento da agricultura familiar e trazer mais recursos para esses setores, o que alimentaria ainda mais a nossa agricultura familiar, promovendo um desenvolvimento especial para os pequenos Municípios.

Um planejamento simples de ser feito, mas que está paralisado com a crise do Iter e da Secretaria de Regulação Fundiária, que piorou ainda mais a situação. Eles falaram que só criticamos, mas eu já dei uma sugestão. A Secretaria de Reordenamento Agrário, embora sob a direção do Secretário, do Deputado Wander Borges, a quem apreciamos muito, deveria ser transformada numa Secretaria que cuidasse das questões da agricultura familiar. Eles poderiam levar para lá a Emater e dar prioridade à agricultura familiar em Minas. Dessa forma haveria uma Secretaria para tratar dos pequenos produtores. Existem muitos recursos do governo federal para isso. Nesse caso, ainda poderia ser mais bem planejado o problema da seca. Aliás, o Deputado Paulo Guedes hoje deu grandes ideias ao governo. Assim como existe o Ministério do Desenvolvimento Agrário, também haveria, em Minas, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário para o pequeno produtor e para o agricultor familiar. Só assim haveria um planejamento do desenvolvimento para a área da agricultura familiar e não apenas para o latifúndio. Aliás, o latifúndio também não tem planejamento. Ele vive por si próprio. Se dependesse do governo, também não haveria um planejamento real. Mas, com certeza, quem mais precisa de planejamento é a parte dos pequenos agricultores. Essa é uma ideia.

Sobre o desenvolvimento industrial, estão reclamando a desindustrialização de Minas. Fizeram até um seminário para culpar a Dilma. A Dilma agora é a culpada da desindustrialização de Minas. O governo do Estado não planeja a industrialização do Estado? O governo do Estado existe para quê? O modelo federativo é exatamente para que o Estado também tenha o seu planejamento de desenvolvimento. Esse é o papel fundamental do governo do Estado, que fica esperando que a Dilma faça um planejamento de industrialização do Estado e ainda reclama quando Pernambuco e a Bahia assim o fazem. Quando os Estados do Nordeste passam na frente, o governo de Minas reclama que as coisas estão indo para o Nordeste, mas elas vão para o Nordeste justamente porque aqui não existe planejamento. Assim, Minas Gerais fica limitada ao minério. Minas é dependente do minério.

Existe mais um ponto sobre esse projeto de lei que gostaria de ressaltar. A solicitação do prazo de três anos de carência vai remeter o início do pagamento dos juros dessa dívida para o próximo governo. Novamente, o Estado está se endividando, um Estado que já se considera endividado o suficiente para não ter condição de pagar, segundo disse o próprio governo. Aliás, o governo alega que seu maior problema são os juros da dívida, embora eles representem apenas 13% da receita. Uma mera desculpa. Agora os 13% da dívida nacional serão acrescidos de mais juros. Já deve haver uns 3%, 4% de juros da dívida que o Aécio fez e que também precisa ser paga anualmente, mais o que o Governador Anastasia fará. É assim que vamos inviabilizando Minas Gerais na sua capacidade de pagamento de juros de dívida. Fora a dívida da Cemig e outras que o Estado também projetou. Vejo com muita estranheza essa proposição do governo de solicitar à Assembleia Legislativa mais empréstimo no momento em que ele próprio considera que Minas Gerais está sem condição de efetuar o pagamento. É por isso que vamos votar contrariamente.

Nesse minuto que me falta, quero ressaltar que a nossa obstrução, além das questões referentes ao empréstimo, também diz respeito ao TAG. Este, sim, julgamos inadmissível. Uma invenção que não pode prosperar. Já tomamos medidas contra isso. As Bancadas do PT e do PMDB foram ao Ministério Público Estadual para discutir esse assunto, e a ida ao Ministério Público Federal está marcada. Estamos fazendo obstrução. Na semana que vem, ajuizaremos uma ação popular contrária ao TAG. A ideia é fazer obstrução e tomar as medidas políticas e jurídicas cabíveis. Os movimentos sociais também foram chamados a resistir a esse TAG. Esperamos que ele seja considerado ilegal e, dessa forma, suspenso, para que o montante de 12% na saúde e de 25% na educação seja respeitado no Estado de Minas Gerais e que não sirva de mau exemplo para as Prefeituras.

Com isso, agradeço aos Deputados e telespectadores a paciência e encaminho contrariamente à votação de todos os projetos de pedido de empréstimo do governo. Peço à população que também se mobilize contra esse absurdo do TAG, que vai tirar mais recursos ainda de duas áreas essenciais para o povo mineiro, especialmente os mais pobres, que são a educação e a saúde. Muito obrigado, Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente nas galerias e especialmente mineiros telespectadores da TV Assembleia, nessa meia hora que me cabe discutir mais um pedido de empréstimo que o governo do Estado encaminha a esta Casa, eu gostaria de historiar o que vem acontecendo na gestão das finanças em Minas Gerais.

Ao contrário do que tem sido apregoado pela maciça propaganda, pelo império do “marketing” que se instaurou a partir de 2003 em Minas Gerais, o primeiro governo Aécio Neves foi o primeiro, desde o governo Francelino Pereira, a receber o governo do Estado numa situação financeira razoavelmente confortável. Os técnicos da Secretaria de Fazenda que estiverem me ouvindo sabem muito bem que é um anseio antigo que nas rodas, nas Secretarias de Fazenda, de Planejamento se buscava e sempre se comentou que se tentava ter um IPVA livre, que não estivesse, quando arrecadado, já comprometido. E isso, desde Francelino Pereira, veio ocorrer apenas no primeiro mandato de Aécio Neves. Essa era, portanto, naquele momento, uma possibilidade de uma forte, robusta reestruturação, reformatação das finanças de Minas Gerais. Era uma oportunidade de se construir realmente um projeto de desenvolvimento de Minas Gerais. Os pressupostos estavam colocados. Mas, infelizmente, Deputado Antônio Júlio, fez-se a opção pela renúncia a um projeto real de desenvolvimento e se fez, lamentavelmente, a versão pelas versões publicitárias. Optou-se pela construção do mito em detrimento de um projeto real de desenvolvimento. E aí estamos chegando ao ponto atual, estamos chegando quase que a uma falência definitiva de Minas Gerais.

Esse projeto de autorização de empréstimo não é o primeiro, não é o segundo, não é o terceiro, não é o décimo que chega a esta Casa desde a posse do Senador Aécio Neves. Já em 2005, R\$510.000.000,00 com o Bird; ainda em 2005, US\$10.000.000,00 com o BID; ainda em 2005, mais US\$10.000,00 com o BID; 2005, mais US\$100.000.000,00 com o BID; em 2006, US\$63.143.000,00 com o Banco do Brasil; em 2008, R\$1.900.000.000,00 com o Bird; ainda em 2008, US\$40.000.000,00 com o BID; em 2008, US\$50.000.000,00 com o BID; em 2009, R\$178.180.000 com o BNDES; 2009, R\$1.078.000.000,00 com Bird; em 2009, US\$9.225.000,00, com o BNDES; em 2009, US\$260.000.000,00 com o BID; em 2009, US\$267.700.000,00 com o BNDES; em 2011, US\$18.000.000,00 com o BID; em 2011, US\$1.750.000.000,00 com o Bird e mais US\$300.000.000,00 com o Credit Suisse e a Agência Francesa de Desenvolvimento; em 2011, US\$700.000.000,00 mais US\$80.000.000,00 com o BID; em 2011, US\$1.350.000.000,00 com o BNDES; em 2011, US\$300.000.000,00 com o Japan Bank; em 2011, R\$250.000.000,00 com o BNDES; e, agora, em 2012, os três Projetos de Lei nºs 3.060, 3.061 e 3.062, montando em algo de US\$3.500.000.000,00 com o BID, Bird e BNDES.

Portanto, os mineiros que nos ouvem devem parar para pensar. Durante anos a propaganda oficial pintou aos mineiros e, de Minas, projetou para fora a existência de um Estado sem problemas, equilibrado e gerido de forma espartana e técnica. Com essa gestão espartana e técnica, havia logrado alcançar o equilíbrio e o chamado déficit zero através do grandioso choque de gestão. O choque de gestão e o déficit zero nos levaram a essa situação: R\$16.000.000.000,00 de novos empréstimos somados à dívida que o Estado já tinha renegociado, como todos sabem, em 2007, com o governo federal, de forma incompetente, de tal forma que, de uma dívida inicial de R\$14.500.000.000,00, o Estado já pagou quase R\$30.000.000.000,00 e deve mais de R\$60.000.000.000,00. Com mais os empréstimos contraídos e o saldo dos fundos, que hoje são apenas contabilidade virtual, e mais os precatórios não pagos, ousaria dizer que a dívida do Estado se aproxima dos R\$80.000.000.000,00.

Deputado Antônio Júlio, isso leva Minas Gerais a uma situação dramática de ser o ente federado mais endividado de todos. A nossa relação PIB-dívida é a mais dramática de todos os Estados da Federação. Essa é a obra de Aécio Neves. Se, de fato, estiver na condição de pleiteante à Presidência da República, terá de responder isso ao País. O que ele conseguiu com esse forte endividamento? Haverão de dizer que esse endividamento deverá ter promovido um forte crescimento de Minas Gerais e que a economia deve ter-se robustecido a ponto de tornar fácil e não sacrificante o pagamento da dívida. Deputado Antônio Júlio, isso não ocorreu. Minas Gerais está empobrecida. Se retirarmos a mineração da nossa economia, que também atacam com a ação arrecadatória, criando uma inconstitucional taxa de mineração, Minas Gerais passa a ser, dos Estados da Federação, o 14º.

Pasmem os mineiros, Minas Gerais é mais pobre do que a média da Federação. Temos 10,5% da população do País, mas só temos 9,1% do PIB, o que significa que os mineiros, na média, são 10% mais pobres do que os brasileiros. Infelizmente nós, mineiros, respondemos por 15,4% da dívida dos Estados com a União. Mais dramático ainda, Deputado Antônio Júlio, é que, além de sermos 10% mais pobres que os brasileiros na média, também somos, na média, 50% mais endividados que os brasileiros. A que situação dramática nos levou essa obsessão pela campanha presidencial do Senador Aécio Neves: 10% mais pobres e 50% mais endividados que os brasileiros. Até onde essa obsessão vai continuar a nos levar, até que ponto? É essa a pergunta que deve ser feita pelos mineiros. E agora mais um pedido de endividamento.

Aí, retomo aquela negociação feita em 1997 por dois governos tucanos em Minas, sob o comando de Eduardo Azeredo, e no governo federal, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso. Naquela época, foi negociada toda a dívida do Estado com os diversos credores, não sem antes impor ao Estado a constrangedora situação de abrir mão dos seus bancos, seus agentes de fomento, a constrangedora situação da Cemig, que, diga-se de passagem, foi revertida na Justiça. Foi negociada para começar a ser paga no governo seguinte. Durante todo o governo Eduardo Azeredo, não se pagou um centavo da dívida. E agora a negociação tem a mesma característica, Deputado Antônio Júlio. Todos esses empréstimos que estão sendo pedidos novamente têm carência de três anos. Ou seja, o governo que, de forma dramática, está agudizando a quebraadeira de Minas, que vai mergulhando no caos das finanças de Minas, está preparando uma bomba de efeito retardado para explodir em 2015. Isso porque em 2015 esses empréstimos terão de começar a ser pagos. Eles não vão pagar nada, vão contrair os empréstimos, fazer o programa Caminhos de Minas, que é importantíssimo, investir no programa rodoviário – aliás, desses farão muita publicidade, porque nisso são imbatíveis – e vão deixar que a conta comece a ser paga em 2015. Aonde Minas Gerais vai chegar?

Esse quadro, se somado ao que já está sendo feito, razão da obstrução da Oposição nesta Casa, leva a uma situação em que, provavelmente, Minas Gerais não escapará de uma intervenção federal. Chegamos ao ponto de suspender a vigência da Constituição em Minas Gerais por três anos. Este governo acha que pode suspender a obrigação de investir o mínimo constitucional em saúde e educação, mas o faz até o próximo governo. Olhem a armadilha que está sendo montada. Acho que têm certeza de que não vão continuar no governo, porque o pagamento dos novos endividamentos terá de começar em 2015. Na cabeça deles, em 2015 a Constituição voltará a entrar em vigor, com os mínimos constitucionais para a saúde e para a educação. E aí, como vão fazer essa conta? Agora, todos os mineiros são testemunhas de que esta própria Casa tem patrocinado intensiva propaganda em todos os meios de comunicação, jornais, rádio, televisão, promovido encontros pelo interior afora e até em outros Estados, para vender a ideia de que a dívida com a União sufoca a economia dos Estados. Em larga medida, isso é verdade. Depois, quero voltar nessa questão com mais tempo, já que ainda tenho muito tempo para falar. Se entrarmos nos elevadores da Assembleia, veremos escrito que a dívida significa menos escolas, a dívida significa menos saúde, a dívida significa menos segurança, mas agora o Governador pede mais dívida. Quem votar a favor estará votando por menos saúde ainda, menos segurança ainda, menos educação ainda. Essa é a tônica da propaganda patrocinada pela Assembleia, Deputado Duarte Bechir. A dívida é sinônimo de menos saúde, menos educação, menos segurança. Agora, o Governador pede mais dívida. De forma desleal e irresponsável, do ponto de vista gerencial, o governo programou o pagamento para ser feito pelo próximo Governador. São três anos de carência. Quem vai pagar é o próximo Governador. Quem terá de cumprir os mínimos constitucionais também será o próximo Governador.

Isso é responsabilidade fiscal? Isso é choque de gestão? Deus me livre. Há uma irresponsabilidade política desse grupo que hoje governa Minas Gerais, do PSDB, do Senador Aécio Neves e etc. O PMDB e o PT votaram contra essa negociação, que, agora, tardiamente, quase uma década e meia depois, esse grupo denuncia como lesiva aos interesses de Minas. Quando votamos contra, quando no início do Governo Itamar denunciou-se que essa dívida era impagável, qual foi a reação do PSDB, desse grupo que agora vem denunciar essa dívida como impagável? Foi o escárnio, foi a desmoralização, foi chamar o Governador de louco. Quantas vezes, neste Plenário, Deputado Antônio Júlio, sob a sua Presidência, a liderança da Oposição, do PSDB, tentou ridicularizar o Governador Itamar: eles eram modernos, o Governador Itamar representava o atraso, fez a bolsa cair em Londres, porque disse que não tinha como pagar essa dívida, que agora dizem que é impagável, mas dizem isso com 15 anos de atraso.

Essa dívida, esse mal poderia ter sido cortado pela raiz quando ainda montava em 14 bilhões, foram pagos quase 30 bilhões, hoje é mais de 60 bilhões. O Governador Itamar, o governo do PMDB estava certo ou errado, Deputado Antônio Júlio? Eles não têm a dignidade de admitir, não têm a dignidade política de vir a público e dizer: olha, o Governador Itamar Franco estava certo, mais uma vez teve a visão de estadista, que é enxergar à frente. Eles têm de ter a desfaçatez de dizer: não, aquilo foi o melhor na época, não erramos. As coisas é que mudaram, porque era imprevisível. O que era imprevisível? Era imprevisível que o tempo iria passar? Nunca imaginei que o passar do tempo fosse imprevisível.

Deputado Antônio Júlio, um limite de 13% é imposto na receita para o pagamento da dívida, que é remunerada à taxa de 7,5% mais IGP-DI, mas decotado em quase 13% da arrecadação. Esse decote nunca permitiu que a amortização se fizesse integralmente no mês, ou seja, a cada mês o estoque da dívida cresceu. Todos os santos meses, mês a mês, a dívida cresceu. Desde janeiro de 1999 essa dívida vem crescendo. Portanto não é de agora que esse contrato se tornou lesivo aos interesses de Minas, mas desde o primeiro momento. Identificamos isso lá atrás, denunciemos isso em janeiro de 1999, quando Minas não havia gasto um centavo e quando se poderia ter cortado o mal pela raiz. Naquele momento, quando Minas podia ter se unido, quando Minas, aliás, tentou liderar o movimento dos Governadores de oposição, fez uma reunião - na mesma Porto Alegre onde haverá uma reunião das Assembleias Legislativas, conforme mencionado pelo Deputado Antônio Júlio -, liderada pelos Governadores Itamar Franco e Olívio Dutra; enfim, naquele momento o Presidente Fernando Henrique Cardoso comprou a cisão do Governador do Rio, Anthony Garotinho, a esse movimento. E como? Com o famigerado "royalty" do petróleo. Essa foi a gênese da regulamentação do "royalty" do petróleo. Antecipou-se R\$2.000.000.000,00 de "royalties" de petróleo para o Rio de Janeiro, a fim de que ele fizesse essa indecente ruptura e mantivesse a lógica da dívida e a lógica do "royalty". Essa lógica, que até hoje privilegia o Rio, faz com que o Município de Campos receba mais que Minas Gerais. E que, mais uma vez, o Senador Aécio Neves quer manter, até hoje. Se mantida, com o pré-sal, levará



o Rio de Janeiro a receber, apenas em "royalty" de petróleo, praticamente o mesmo que Minas Gerais tem em todo o seu orçamento, ou seja, quase R\$50.000.000.000,00 em "royalties" de petróleo. Aí sim é preciso que Minas Gerais possa se unir.

Mais uma vez, deixo uma sugestão ao Presidente Dinis Pinheiro, que hoje exerce as funções de Governador do Estado de Minas Gerais. Sugiro que esta Casa possa liderar uma campanha e, a partir daqui, Minas Gerais também possa liderar uma campanha pela urgente regulamentação da redistribuição dos "royalties", tirando do Rio de Janeiro esse privilégio inominável de receber os "royalties" do petróleo, que são nacionais por estarem em águas territoriais nacionais nos termos da Constituição brasileira.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - O Deputado Sávio Souza Cruz faz uma explanação baseado no que lê e entende, portanto não podemos afirmar que a colocação de V. Exa. esteja fora da realidade. Entretanto cabem ressalvas. A primeira delas, Deputado, é que, ao final do governo, Itamar Franco, procurando alguém de valor e de responsabilidade para dirigir os destinos de Minas Gerais, alguém com olhos de estadista e com o coração de mineiro, não teve dúvidas em escolher Aécio Neves para sucedê-lo. Foi o governo que Itamar Franco escolheu, naquela oportunidade, para dar sequência ao trabalho que vinha desenvolvendo em Minas. Itamar Franco e seu privilégio de enxergar. É dele a frase "ninguém vai igualar as montanhas de Minas", porque ele sabe dos valores de Minas. Ele apoiou Aécio Neves para Governador. Ele venceu e o apoiou para Senador da República, já estando ele fora do PMDB e vinculado ao PPS. Da mesma forma, Aécio apoiou Itamar. Mais uma vez, ele se tornou Senador da República, pois já o fora anteriormente; Deputado, Senador e Presidente da República.

Pois bem, nesse assunto não cabe discutirmos por que Itamar escolheu Aécio, pois é claro que ele enxergou sua capacidade. O que me traz a apartear V. Exa. é esclarecer aos telespectadores, Deputados e pessoas presentes uma mudança de visão. Ao final, poderemos estabelecer um paralelo e ver se meu ponto de vista está errado ou o de V. Exa. Primeiro ponto, é legal afirmar que não estamos aprovando na Assembleia Legislativa um novo dinheiro. É mentira afirmar que estamos tomando um novo empréstimo. Na verdade, Deputado Sávio Souza Cruz, do valor original que aprovamos, no ano passado, nesta Casa, Minas Gerais está retirando R\$40.300.000.000,00. Trago a V. Exa. e aos demais pares as seguintes informações, Deputado Sávio: no BID estaria aprovado 1.200; no BNDES, 1.350; o banco japonês, em virtude do "tsunami", deixou de ser financiador de aporte de 548. Em seu lugar, estamos tentando obter com o CAF os mesmos 548. Porém, da totalidade que aprovamos no ano passado, estamos retirando R\$40.000.000.000,00. Quem está nos vendo agora pode pensar que Minas está tirando novo empréstimo, mas não, esse empréstimo foi aprovado no ano passado. Estamos consignando valores diferentes, porque o BID prefere financiar itens como a segurança pública, Deputado Sávio. O Deputado que poderia estar aqui, do PT ou do PMDB, representante do Norte de Minas, está esperando a efetivação dessa lei, porque vamos contemplar aquela região com mais investimentos.

Pergunto a V. Exa.: o trabalhador que recebe o seu vencimento, o seu salário, tem direito de comprar algo parcelado? São investimentos necessários para o bem do povo mineiro - quero repetir, para o bem do povo mineiro. É dinheiro que temos de solicitar do aporte internacional dos fornecedores, dos financiadores. Minas tem capacidade de pagamento. Quem delegou a Minas essa capacidade? É uma aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional e do Senado. Por que temos capacidade de financiamento? Por que podemos ir aos mecanismos internacionais para buscar empréstimo? Porque o choque de gestão, Deputado Sávio, fez sucesso, houve equilíbrio da receita e da despesa. Hoje o Estado recebe mais do que gasta. Antigamente ele gastava mais do que recebia. Hoje ocorre o contrário, é possível o Estado buscar recurso junto a organismos internacionais para financiar o seu desenvolvimento. Se o governo busca mecanismos internacionais para nos ajudar a financiar, "beleza", é para melhorar a vida do povo mineiro, especialmente no que diz respeito à segurança, ao transporte, à mobilidade. No nosso projeto de lei constam todos os itens contemplados com o financiamento.

Para encerrar, gostaria de agradecer a V. Exa. e afirmar que não estamos fazendo novo empréstimo. Isso não é verdade. Não é novo, já foi. Aliás, é menos do que esta Casa autorizou o governo de Minas a fazer no ano passado. Não é novo, é menos, e o recurso muito bem empregado para a melhora da qualidade de vida em Minas e de todo o povo mineiro. Se nos falta o apoio do governo federal, vamos buscar nos mecanismos internacionais os recursos necessários para melhorar a condição de vida em Minas.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Deputado Duarte, o seu aparte já tem 5 minutos.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Terminando, os Prefeitos têm acesso ao BDMG e têm a mesma carência. O BDMG dá a mesma carência aos Prefeitos. Se não houver carência para se fazer a obra, não há como fazer hoje e começar a pagar amanhã. Não há de se discutir a carência e a legalidade do empréstimo. Agradeço a V. Exa. o aparte que me concedeu.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sou eu quem agradece a V. Exa. Queria ponderar primeiro a respeito da sua lembrança de que o Governador Itamar Franco apoiou o Senador Aécio Neves. É a pura verdade. Devo reconhecer que a escolha do sucessor não está entre os talentos do ex-Presidente Itamar Franco, que escolheu para a sua sucessão na Presidência o Fernando Henrique Cardoso e, aqui, o Aécio Neves. Não é das suas melhores qualidades. Além disso, não é possível dizer que não fomos nós que já aprovamos esse empréstimo. Votamos contra. Foram vocês que o fizeram. Mas quero dizer que, se não foram ainda contraídos, são novos. Está em tempo de não aprovarmos esses novos empréstimos. Já que não foram contraídos e os agentes financiadores não os financiaram, serão novos, se contraídos. Teremos chance de evitar que esses empréstimos sejam contraídos, se não aprovarmos os novos pedidos que chegam à Assembleia para apreciação.

Para finalizar, Deputados João Leite e Duarte Bechir, quero dizer que esse endividamento promovido por Aécio e Anastasia não gerou desenvolvimento. Minas cresceu, com disse, menos que o Brasil. Durante o Governo Aécio, o PIB do Brasil cresceu, em média, 3,5% ao ano, enquanto o de Minas cresceu 3,3%. Mas isso serviu para construir um mito, porque o investimento feito na personalidade e no culto à figura do Governo Aécio Neves foi enorme. Isso foi feito pelo erário, pela publicidade oficial. Esse investimento foi monumental, quase R\$2.000.000.000,00 de investimentos em publicidade para construir um mito. Nessa obsessão presidencial, o Senador Aécio Neves fez isso. Ele queria ir, de qualquer jeito, para a Presidência da República. Ressalvando, mais uma vez, que o Governador Anastasia, a quem tenho em alta conta, continua sendo uma vítima dessa apropriação indébita que o grupo do Senador Neves, o chamado grupo duro, faz. De certa forma, ele parasitou o governo de Minas, para usá-lo como instrumento do Senador, mas ainda continua manietando o governo, usando todos os instrumentos, dominando as instituições em Minas Gerais, a

imprensa. Isso tudo é feito para levar essa obsessão presidencial à frente. Dominam esta Casa, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, censuram a imprensa e dominam os recursos públicos, a ponto de revogarem a Constituição, não cumprirem o mínimo da saúde, da educação. Agora, agravam, ainda mais, o endividamento do Estado, sempre a favor do Senador Aécio Neves. Muito obrigado, Deputado João Leite, muito obrigado, pelo aparte, Deputado Duarte Bechir.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até às 13h59min. Com a palavra, para discutir, o Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir - Caro Presidente, Deputado João Leite, que preside os trabalhos nesta quarta-feira, Deputados Antônio Júlio, Adalclever Lopes, Sávio Souza Cruz, telespectadores da TV Assembleia, ouvimos atentamente os Deputados Rogério Correia e o Deputado Sávio Souza Cruz, que foram mais incisivos no assunto em pauta. Ouvimos, com atenção, o Deputado Antônio Júlio, cujo conhecimento nessa área nos enriquece. Ouvi atentamente o Deputado Antônio Júlio. Mas os dois Deputados que me antecederam tocaram mais na ferida do projeto em debate. O Deputado Antônio Júlio buscou a consequência da efetivação do projeto, quando falou das rodovias, da construção da rodoviária de Betim. Mas a ferida desse projeto ainda não foi aqui mencionada. Primeiro, vale lembrar aos nossos Deputados que o governo de Minas aprovou nesta Casa, no ano passado, a possibilidade de buscar, junto aos mecanismos internacionais, recursos para melhorar o Estado. Nós a aprovamos. O Deputado Sávio Souza Cruz votou contra, mas o resultado da maioria é tido como a votação da Casa, a fala da Casa. Mesmo havendo 1, 2, 10, 15 votos contrários, a Casa, a Assembleia mineira concede ao Governador Anastasia o direito de buscar junto aos mecanismos internacionais os recursos para fazer face às novas diretrizes do governo, como segurança, mobilidade, transporte, Copa do Mundo; portanto nós assim autorizamos. O que motivou o projeto ser novamente discutido nesta Casa? O Japão passou por momentos difíceis, situação que todo o mundo acompanhou, com o “tsunami” que destruiu boa parte do País. Foi necessário reconstruir estradas, cidades, rodoviárias e aeroportos. Como o governo japonês ainda não havia concedido o empréstimo, manifestou ao governo de Minas que não teria condições temporárias de honrar e dedicar empréstimos às melhorias de Minas Gerais. Daí, então, foram retirados R\$740.000.000,00 do que estava pactuado, e o governo teve de buscar um novo financiamento, do mesmo valor, anteriormente aprovado por esta Casa.

Na totalidade dos recursos que estão sendo buscados no exterior, estamos tratando agora de um valor menor do que foi aprovado no passado. No final do ano, esta Casa autorizou o Governador a buscar junto aos mecanismos internacionais o valor total de R\$3.179.000.000,00. Com a nova lei, a que estamos discutindo, ao invés de R\$3.179.000.000,00, estamos buscando R\$3.138.000.000,00 – R\$40.351.000,00 a menor. Portanto, dizer que é uma nova dívida... Se fosse, eu perguntaria: Para quê? Para quê? Respondo: O Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha receberão recursos da ordem de quase R\$500.000.000,00. Esse dinheiro vai para lá. O Deputado Tadeuzinho Leite estava aqui agora, satisfeito, eufórico, doido para efetivar a aprovação, porque o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha receberão R\$500.000.000,00. O governo agirá lá com o Programa de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais, o PDI 2.

Se os moradores do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, seus representantes nesta Casa e os Prefeitos se dirigissem ao governo e dissessem: “Governador, não queremos esse recurso aqui; o senhor está fazendo esse empréstimo, mas não queremos”, eu arrumaria até quem votasse contra, porque entenderia que era um pedido do povo. Mas isso não vai acontecer. O governo de Minas ainda está com o mesmo programa de infraestrutura de rodovia – R\$1.980.000.000,00 - o Caminhos de Minas. Nas cidades cujas estradas serão asfaltadas agora, todo o mundo está esperando o programa Caminhos de Minas.

Quando quero adquirir alguma coisa e me oferecem parcelamento; você, que é trabalhador e vai contrair um parcelamento; você, que vai adquirir alguma coisa para melhorar sua casa, por falar em casa, você, que vai comprar sua casa; claro que financiaremos o que é grande para obter de uma vez. E agora o Estado adquiriu condições de fazê-lo de forma parcelada.

Deputados Rogério Correia, Adalclever Lopes, Sávio Souza Cruz e Antônio Júlio, talvez seja este o melhor momento para discutirmos o choque de gestão, que alguns Deputados têm colocado em dúvida. A comprovação do choque de gestão é que o Estado pode fazer o financiamento. V. Exa. sabe, Presidente, que a Secretaria do Tesouro Nacional e o Senado têm de aprovar essa capacidade. Dizer que o Governador tem maioria nesta Casa e aprova de qualquer maneira... Não, não é de qualquer maneira. O Senado e a Secretaria do Tesouro Nacional primeiramente devem dar o veredito dizendo se Minas Gerais tem condições, tem capacidade de fazer o endividamento proposto. Se podemos fazer o empréstimo é porque conseguimos organizar o Estado, conseguimos equacionar receitas e despesas.

Quando o Governador Aécio assumiu e convocou Anastasia para ser um de seus auxiliares diretos, tínhamos, no momento, o seguinte retrato de Minas: o Estado gastava mais do que arrecadava, causando um prejuízo anual. Lembro-me de uma das últimas ações do nosso memorável estadista Itamar Franco. O governo federal enviou recursos para serem utilizados na manutenção das rodovias, e o Governador Itamar reverteu-os para o pagamento do 13º salário dos funcionários do Estado, à época. Não podemos, em nenhum momento, nos esquecer dos pontos importantes na construção de Minas Gerais. Itamar Franco foi importante. Mas dizer que o Estado de Minas não gastava mais do que arrecadava quando Aécio chegou... Pedro também negou Jesus por três vezes. E a Oposição, ao querer afirmar que esses recursos são endividamentos, que o Estado está em dificuldades, é exatamente o contrário. Quando o trabalhador vai a uma loja comprar um eletrodoméstico ou quando vai financiar a sua casa, dele é exigido que comprove o que ganha para se verificar se seu salário comporta o valor da prestação que está assumindo. Assim é a vida, e não é diferente nos mecanismos internacionais a que os Estados vão buscar recursos.

Os Municípios mineiros vêm ao BDMG buscar recursos para a melhoria de suas cidades, mas eles têm a carência. Alguns Prefeitos pensam que, se tomarem os recursos, caso não ganhem as eleições, é outro que os pagará. Não são questionamentos que foram criados para projetar, para dar a Minas Gerais uma condição especial. É assim que acontece em todos os empréstimos e financiamentos. É regra. Quando assumimos nosso mandato nesta Casa dissemos, com a mão estendida, que cumpriríamos a lei e dela seríamos guardiões, que cumpriríamos a Constituição do Estado e a Constituição Federal. E questionarmos o cumprimento da lei? Quando um



Deputado questiona a lei, penso: será que ele se esqueceu de seu compromisso de posse? Será que ele, ao participar de um debate, esquece a sua principal atribuição nesta Casa, qual seja, a de fiscalizador, a de fiscal da lei e de seu cumprimento? Questionar uma lei aprovada é querer cuspir ao vento e voltar-se contra si próprio.

No final do ano passado aprovamos o empréstimo para melhorias em Minas, e o Deputado Sávio diz que votou contra. Mas, após a votação, alguns Deputados vão para casa e dizem: quem votou foram os que ficaram lá, eu estou fora. Não, a decisão é do Colegiado. E como chegamos aqui, Deputado Sávio? Fomos escolhidos pela população. Dizer que o governo tem ampla vantagem é querer crucificar o povo que votou em nós. Fiz campanha para o Anastasia, fiz campanha para o Aécio e para Itamar Franco. Esses candidatos estavam estampados em meu santinho. Chego aqui, na Casa, e vou honrar aqueles que ajudei e que continuam merecendo minha ajuda. Isso é diferente. Questionar se o governo tem nesta Casa base de apoio maior que a Oposição é questionar a vontade popular. É querer dizer ao povo: vocês não podem mais votar nesse Deputado ou não deveriam ter votado. Não cabe esse tipo de coisa. A eleição é livre. O eleitor escolhe o Governador, o Deputado Federal, o Deputado Estadual, o Senador. Estamos aqui para cumprir o nosso mandato.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Agradeço o aparte. Só para repor um pouco os fatos, não foi usado o recurso de manutenção de estradas para pagamento de 13ª salário. Foi feito o seguinte: o Estado de Minas Gerais assumiu trechos que eram federais e recebeu os recursos dessa estadualização. Esse dinheiro, portanto, entrou no caixa sem carimbo, poderia ser usado em qualquer destinação. Evidentemente, o Estado não poderia gastar mais que arrecadava pela simples razão de que o Estado de Minas Gerais não faz política monetária. O Estado não pode emitir moeda, o que é monopólio da União. Se o governo Itamar Franco, durante os quatro anos, não contraiu um centavo de empréstimo, como fechou as contas? Ele é que pagou o último 13ª salário do governo Azeredo e pagou o seu próprio 13ª salário – portanto, pagou 13º salários. Pagou seus fornecedores, fechou suas contas e entregou o governo com o IPVA liberado na íntegra para o primeiro governo Aécio Neves. Logo, não é verdade. Ele o entregou em condições que não se viam em Minas Gerais desde o governo Francelino Pereira. Sendo assim, Minas Gerais só gastava o que recebia porque não faz política monetária, não emite moeda e porque não contraiu empréstimo.

Em segundo lugar, é verdade que juramos cumprir a lei. E a lei maior é a Constituição. É por isso que estamos nos insurgindo contra o TAG, que é uma forma canhestra de descumprir a Lei Maior, a Constituição, que dispõe que se tem de destinar 25% para a educação e 12% para a saúde, que o governo insiste em descumprir. Quanto ao choque de gestão, Deputado, pelo amor de Deus! Sala multisseriada, magistério com fome, cortar gasolina de viatura, explosão da violência. Belo Horizonte tem o maior índice de homicídio contra a mulher no Sudeste. Belo Horizonte tem o maior índice de violência de todas as capitais do Sudeste. Minas Gerais é o único Estado onde a violência cresce. Caos na saúde, na educação, voltamos à turma multisseriada. É isso que se chama choque de gestão? O fato é: choque de gestão, déficit zero, PIB da China, Minas quebrou e ainda cresce menos que o Brasil. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Duarte Bechir - Deputado Sávio Souza Cruz, eu não iria tocar na questão do TAG, mas, se V. Exa. provocou, cabe a mim responder. Aliás, no dia em que eu não puder participar de uma resposta ou que não a tiver, vou assumir e dizer a V. Exa. que concordo ou não. E, mais uma vez, não concordo com V. Exa. O Termo de Ajuste de Gestão – TAG – foi aprovado por unanimidade dos Deputados desta Casa no final do ano passado. Dizer, no dia da votação do TAG, que não sabia ou votou contra novamente, espera aí, não estou discutindo. O mecanismo que o governo vai utilizar no TAG é o que foi aprovado aqui. Esta Casa aprovou o Termo de Ajuste de Gestão. E a sua aplicação está prevista, é legal. Está inserido na nossa Constituição Estadual o Termo de Ajuste de Gestão, foi aprovado aqui. Se aprovamos e depois não queremos a sua aplicação, é diferente. Tem gente que se arrepende. Tem casamento que é dissolvido. Se o produto comprado pelo consumidor vem com um pequeno defeito, ele vai lá reclamar. Mas a Casa pautou esse assunto, nós aprovamos o Termo de Ajuste de Gestão no ano passado nesta Casa. O Deputado Sávio não concorda com o termo “ajuste de gestão”. O que ele prevê? O governo gastava com saneamento básico, e esse valor era inserido no cômputo do gasto com a saúde. Então a Emenda nº 29, que a Presidente fez o Congresso votar, diz que os recursos destinados ao tratamento de água e esgoto não podem ser inseridos na saúde. A lei federal diz, e o governo de Minas tem que cumprir. Eu pergunto ao Deputado Sávio se esse valor que era gasto com o tratamento de água e esgoto pode ser quebrado, pode ser jogado para longe ou tem que continuar sendo gasto, mais a diferença computada dele vai para o valor que não é somado. Vamos supor que gastávamos com saúde R\$10.000.000.000,00, e R\$4.000.000.000,00 eram gastos com tratamento. E veio a lei maior e disse que esses R\$4.000.000.000,00 não somavam mais, que tem que gastar R\$10.000.000.000,00, mais R\$4.000.000.000,00 novos. O governo tem que honrar aqueles R\$4.000.000.000,00, mais a variação de um ano para o outro, e o exercício será de 6% a 7%, e gastar, de uma vez, mais R\$4.000.000.000,00. Eu fui Prefeito, o que muito me ajudou. Os Vereadores vinham e diziam que eu deveria fazer isso e aquilo. E eu dizia que não tinha capacidade financeira, que a receita do Município não dependia da minha vara de condão. Eu falava que recebíamos sobre aquilo que produzíamos, sobre aquilo que vendíamos. O governo federal nos mandava o Fundo de Participação dos Estados e tínhamos ainda o comprometimento com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com 12% na saúde, 25% na educação. É assim que funciona. Qual é a proposta do Deputado Sávio? Que o governo continue gastando. É claro que ele tem que gastar, no tratamento de água e esgoto, os R\$4.000.000.000,00, e que arrume outros R\$4.000.000.000,00 novos para poder somar. E aí, Deputado João Leite, como numa varinha de condão, fala que não quer nem saber, que é da Oposição e que quer apenas reclamar e cobrar, pedir que o governo crie condições para atender a Oposição. Não é assim, o orçamento público não é feito dessa forma. O orçamento público é feito com programação.

A lei foi aprovada no final do ano passado e o seu cumprimento é imediato. O que a lei anterior previa, Deputado Sávio? A lei anterior, da PEC nº 29, dizia que os Estados e Municípios teriam prazo para se adequar aos novos valores. Quando eu era Prefeito, começamos com 12% para chegar a 15%. A lei federal diz que o Estado começa a gastar os 12% a partir do ano que vem. Então o governo assinou o TAG propondo que esse valor que a PEC nº 29 estabeleceu seja gasto numa parcela em 2012, e outra em 2013, adequando. Mas aquele valor que já era gasto em saneamento básico e tratamento de água, que era pelos governos anteriores aceito como saúde, vai continuar sendo gasto. É muito fácil entender. Queremos que o governo produza mais dinheiro para atender à PEC nº



29. Em Minas Gerais, existe um instrumento que esta Casa aprovou, o TAG, que permite que esta diferença retirada da água e do esgoto possa ser parcelada nos exercícios primeiros e nos seguintes. E a Oposição não aceita, mas a lei federal fala que, quando os Municípios tiverem que chegar a 15%, isso foi gradativamente, subindo degrau por degrau. O debate é muito sadio, é algo que nos dá oportunidade de manifestar nossos posicionamentos, nossas ideias, mas querer que o governo, numa varinha de condão, crie mais recursos só para atender ao que a Oposição acha que tem de ser gasto é um absurdo.

Ainda na manifestação do Deputado Sávio, à qual quero responder, ele fala que o Estado está com turma multisseriada. Vou convidar o Deputado Sávio para, junto comigo, fazer uma visita a Ana Lúcia Gazzola, Secretária de Educação, e perguntar a ela: “Secretária, as salas multisseriadas são em detrimento de algumas terem dois, três, quatro ou cinco alunos ou é uma regra? São exceções ou regra, Secretária? Gostaria que a senhora trouxesse os casos de turmas multisseriadas que existem em Minas Gerais e que diga, à luz da verdade, quantas e quais são, onde e quais as condições que levaram a haver essas salas. Qual foi o objetivo ao propiciar a oportunidade de termos salas multisseriadas? Eram pouquíssimos alunos em algumas salas, três, quatro ou cinco, ou foi por que o Estado adotou como regra de economia criar essas turmas? Gostaria que a senhora me respondesse, Secretária”. Vou levar o Deputado Sávio à Secretária. Ela terá de responder e comprovar.

Sei que a minha palavra será a da verdade. Ao subir à tribuna e falar aos mineiros, falo com minha convicção, mas carrego comigo a luz da verdade. Oposição por oposição não faço. Reclamo da Presidenta Dilma como mineiro. Não aceito o que está feito com Minas Gerais. Somos o 18º Estado a receber recurso de saúde e o 21º em casas populares.

Ficou dois anos consecutivos sem vir a Uberaba, na Expozebu. Todos os ex-Presidentes vieram, mas, quando não compareceram, mandaram seus vices para representá-los. Olha, gente, Minas Gerais é do Brasil, faz parte dos Estados federados, pertence, repito, ao Brasil. Aliás, quando falo em Minas Gerais, falamos de homens que ajudaram a construir este país, que morreram por ele, como Tiradentes. Se a Independência foi conquistada, se houve mortes, foi mineiro que estava envolvido. Não podemos então ficar esquecidos.

Sofro, morro, luto por Minas Gerais. Vou defender aqueles que lutam e morrem por esta terra, mas jamais pactuaremos com posicionamentos que não versem a verdade e que busquem confundir aqueles que estão hoje nos vendo e que decidirão se o Estado deve ou não continuar prosseguindo o caminho do futuro e bem administrado como está.

Portanto, afirmar que estamos fazendo novo empréstimo não corresponde à verdade dos fatos. O empréstimo foi autorizado o ano passado, até, aliás, a mais. Estamos fazendo a menos. Quando se fala em empréstimo, os senhores já notaram em casa que não se fala aquilo que será construído com o dinheiro? Ninguém subiu aqui ainda para dizer o porquê do empréstimo. Ninguém discutiu comigo ainda quais são os encaminhamentos que serão contemplados com os recursos que o governo está buscando, e o está porque tem capacidade de buscar. Isso não se discute. É muito mais fácil atirar uma pedra do que bater uma palma. É muito mais fácil reclamar do que parabenizar, é mais cômodo. Dizem até, meu caro Presidente Deputado João Leite, que ser Oposição é mais fácil, muito mais. Reclama-se, reclama-se, reclama-se. Ontem falei aqui de uma música que me lembra muito minha época dos anos 80: “Veja como a vida passa / E a solidão aumenta / E você só pensa em criticar / Fala mal daqui / Fala mal dali / Vive a resmungar e a se lamentar / Só se realiza / Quando abre a boca para reclamar” A reclamação tem de vir da Oposição. Os descontentes têm de estar em sua maioria, clara e esmagadora, na Oposição. Não é porque nós, da Situação, não queiramos reclamar, mas as pedras, as reclamações vêm, notadamente, com maior intensidade da Oposição.

Na semana retrasada o Deputado Fabiano Tolentino, de Divinópolis, propôs uma audiência pública porque a empresa que está fazendo a terceirização da rodovia não está cumprindo com suas obrigações. Vieram aqui os Secretários debater a questão e já foram reiniciadas as obras. É assim que construímos, que debatemos. Prestem atenção: dizer que esse empréstimo é novo não é verdade. E tanto não é verdade que ele é menor do que o que autorizamos no ano passado, que foi menos do que o Governador está tirando agora.

Concluindo a minha fala, pois concederei aparte a V. Exa., veja bem: Programa de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - PDI 2, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. O outro recurso, Programa de Infraestrutura Rodoviária, atenderá o Caminho de Minas e a Copa do Mundo. Agora, o que é mais importante: os juros. V. Exa. pautou esse assunto e quero responder-lhe. No primeiro financiamento, o juro será de 6% ao ano. O empréstimo será tomado junto ao nosso BNDES. O segundo financiamento será feito pela Libor, que é mais ou menos 1% ao ano, e o “spread” varia entre 1% e 2%, no máximo 3% ao ano sobre o valor do segundo empréstimo, que é o Projeto de Lei nº 3.061/2012. O terceiro, que é o nº 3.062/2012, é a Libor mais o “spread”, que é a taxa de risco cobrada. Nos últimos anos, o que tem sido dado de juros a cobrar? Mais ou menos 2% ou 2,5% ao ano, Deputado Antônio Júlio, enquanto o governo federal cobra 7% daquilo que devemos.

Quando mostramos a verdade, o entendimento fica mais fácil. Portanto, quero dizer que o encaminhamento é de todos nós. Agora encaminhará o Deputado Adalclever Lopes, que terá 30 minutos para fazê-lo. Como tive de responder as propostas do Deputado Sávio Souza Cruz, peço desculpas ao Deputado Rogério Correia porque até agora não lhe respondi. E, faltando apenas 1 minuto para o término do meu pronunciamento, peço vênias a V. Exa. por não tê-lo feito porque sempre gosto de fazê-lo. Estamos discutindo o projeto de lei que já foi aprovado no ano passado. Pelo fato de o banco japonês não poder manter a palavra de emprestar, o governo mandou um novo fomento no lugar daquele do banco japonês, que é menor do que aquilo que aprovamos no ano passado. O melhor desse empréstimo é que veremos a segurança pública, as estradas e Minas Gerais cada vez melhores. E melhor do que isso é poder afirmar, alto e bom som: se o governo está indo lá buscar o recurso é porque temos capacidade de pagamento não auferida por esta Casa, não manifestada pelo Ministério Público Estadual, mas a nossa possibilidade de arrumar recursos no exterior é manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional, órgão ligado à Presidência da República. Na comissão do Senado que dará o veredito se poderemos ou não, também o governo de Minas não tem maioria. A Oposição não tem maioria no Senado. Ou seja, uma vez autorizada Minas Gerais a buscar recursos no exterior para construir as coisas boas aqui, será porque o governo federal disse que nós, Minas Gerais, temos a certidão para podermos buscar recursos, pois temos como pagá-los. Hoje a receita de Minas é maior do que a despesa. E, com essa diferença, o governo busca incrementar e melhorar o Estado, dando aos mineiros uma melhor condição de vida. Essa é a verdade. Muito obrigado a todos pela atenção.



O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Adalclever Lopes.

O Deputado Adalclever Lopes* - Sr. Presidente e queridos mineiros, venho aqui primeiro para concordar com o Deputado Duarte Bechir quando fala da ferida. Realmente há uma ferida, para não dizer que há uma fratura exposta. Quero falar também do “tsunami”, o que é uma verdade. O “tsunami” aconteceu não só no Japão como também nas contas de Minas. Foi um verdadeiro “tsunami”, talvez maior que o do Japão, uma devassa na economia do Estado de Minas Gerais.

Como bem disse o Deputado Sávio Souza Cruz, Minas ficou mais pobre que o Brasil, o PIB, que era o PIB da China, não era verdade, o choque de gestão era uma verdadeira mentira, o que muito nos assusta. Será que nossos filhos, nossos netos, as próximas gerações terão de herdar mais essa dívida? Um banco já não autorizou, porque o Estado não tinha capacidade de contrair o empréstimo. Passaram para 2013. Deputado Antônio Júlio, Deputado Gilberto Abramo, Deputado Sávio Souza Cruz e Deputado Rogério Correia, será que a Assembleia Legislativa, por meio dos nossos pares, vai endividar também as próximas gerações, meus filhos e meus netos? Será que nessa data de 2018, 2025, o Estado terá 25% da sua renda comprometida para pagamento de juros?

Temos que discutir a falta de investimento na segurança pública, na educação. Gostaria de sugerir que fizéssemos um projeto em Minas, começando pelos parlamentares da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, denominado Alimento Seu Mestre. Existe agora um decreto proibindo os professores de se alimentar. Então, pediremos aos alunos de Minas Gerais que levem a merenda para seu professor. Conheço professores de Caratinga – e é necessário realmente haver investimento em educação – que saem de lá, pegam uma carona até o trevo que liga a cidade a Vargem Alegre e vão para o Distrito de São Cândido pegando carona, às vezes em caminhão de leite. E é essa professora que será proibida de se alimentar, depois de ter saído de casa às 5 horas da manhã para começar a lecionar às 7 horas?

São salas multisseriadas, Deputado Rogério Correia. Conversando com vários colegas da região de Caratinga, lembrei-me de que há 30 anos as pessoas tinham vergonha de dizer que estudavam em salas multisseriadas, pois isso acontecia apenas no Distrito. Lembro-me de que havia em São Cândido, em Santo Antônio, no Imbé, em Santa Rita, em Santa Bárbara, em Entre-Folhas, em Vargem Alegre. Foi uma vitória quando conseguiram acabar com a sala multisseriada, e agora o governo diz que isso é inovação, é moderno. É um absurdo total. Então, Deputado Gilberto Abramo, fico pensando: será que faremos, como disse o Deputado Duarte Bechir, uma economia de palito? Estão economizando em um investimento necessário e prioritário: a educação, para prejudicar as próximas gerações.

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte) - Caro colega Deputado Adalclever Lopes, essa falta de investimento na segurança pública que V. Exa. mencionou é tão grave que está afetando os salários dos Coronéis, cujo desespero é tão grande que alguns estão sendo obrigados a montar empresas de segurança. Como, por lei, alguns são impossibilitados, estão usando terceiros para fazer isso a fim de sobreviver. A falta de investimento automaticamente mexe com o bolso do próprio Coronel. Portanto, temos de olhar com carinho esse investimento na segurança pública.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Adalclever Lopes, não tive tempo de falar durante o aparte do Deputado Duarte Bechir, cujo raciocínio se prolongou, mas fico mais à vontade de fazer aparte a V. Exa., mesmo porque teria de fazer um aparte à luz da verdade, como disse o Deputado Duarte Bechir, e ficaria um pouco incomodado. Perguntei ao Bispo Gilberto se a luz da verdade pode estar entre nós, mas ele me respondeu que considera isso difícil. Então, com o Deputado Duarte Bechir, diante da luz da verdade e de tanto fundamentalismo governamental, eu ficaria um pouco incomodado. Fico mais à vontade com V. Exa., que é mais terreno e torna mais fácil eu concordar ou não. É mais mundano, do ponto de vista da terra.

Fico impressionado de ver como está a criatividade de um governo que não funciona. Só funciona o Minas sem Governo. Eles vão, portanto, sendo criativos. Primeiro, a culpa é da Presidenta Dilma. Tudo é culpa dela. Como não conseguem governar, colocam a culpa em alguém. Depois de 10 anos no governo, querem fazer o povo acreditar que a culpa é da Presidenta, que assumiu o governo agora. Não satisfeitos com isso, agora é culpa do “tsunami”. Não conseguiram dinheiro no Japão por causa dele. A questão é internacional: houve um “tsunami” no Japão, e o governo de Minas não conseguiu o dinheiro emprestado. Aí, vai pedir à Presidenta Dilma. É claro que ela não fará como o Fernando Henrique Cardoso, que cobrou juros exorbitantes a Minas Gerais, na época de Azeredo e do FMI. Então, vão até a Presidenta Dilma, que eles ainda atacam - são mal-agraçados -, para pedir o empréstimo que o Japão não fez.

Mas isso não aconteceu por causa do “tsunami” no Japão, não. V. Exa. acertou em cheio: foi por causa do “tsunami” das contas de Minas, que está quebrada. Houve um “tsunami” aqui, com um choque de gestão junto: o corte na educação, na saúde e na segurança pública, muito bem lembrado pelo Deputado Gilberto Abramo. Não só os Coronéis foram afetados, já não há Delegados de Polícia no interior. A Polícia Civil não tem dinheiro para colocar gasolina. E eles fazem o quê? Pedem mais dinheiro emprestado ao BNDES. Trata-se daquela história: vende-se o almoço para pagar a janta. E vão se endividando, assim como o FHC fez com o FMI. Foi preciso o Lula chegar e resolver o problema.

Aqui em Minas, temos de dar um jeito nisso. Mas não podemos aceitar que sejam votados novos empréstimos. Se não foram feitos, são novos. Não entendi o que disse o Deputado Duarte Bechir, deve ser por causa da luz da verdade, que deve ter queimado um pouco de seu cérebro. O empréstimo que foi feito é novo. Eles tentaram o antigo com o Japão, mas o “tsunami” não deixou. Segundo ele, foi o “tsunami”, mas acredito que tenha sido o “tsunami” das contas do Estado.

Agora estão querendo um novo empréstimo. Nós vamos aprová-lo para quem está tão endividado? E esse novo empréstimo resolverá o problema do TAG? O Deputado Duarte Bechir disse que nós votamos um TAG para ferir a Constituição, mas eu não votei nenhum TAG para isso. Aliás, isso nem foi votado aqui. Quem assinou o TAG foi o Prof. Anastasia, Governador do Estado, e o Tribunal de Contas, cujo relator foi o meu amigo, o Deputado Mauri Torres, Líder do Governo, que continua Líder do Governo no Tribunal de Contas.

Pediria apenas mais um minuto, Deputado Adalclever Lopes, só para esclarecer o conteúdo desse problema da saúde, porque, no tocante à educação, eles nem justificam nada. Em relação à educação, a própria base do governo não tem o menor argumento para justificar por que não estão investindo 25% na educação. Na saúde, eles falam que o problema é novo em razão da recente



regulamentação da Emenda nº 29. Essa foi a fala do Deputado Duarte Bechir. Portanto, no caso da saúde, seria necessário um prazo para se adaptar à nova regra, o que não é verdade nesse caso, e vou explicar o motivo. Não se trata de uma regra nova, nem de investimento de dinheiro do Estado em saneamento básico, porque com isso nós concordamos. O que o governo vinha fazendo era algo que não podia desde o princípio da Emenda nº 29, que era utilizar o recurso da Copasa como se fosse do caixa do governo. Isso nunca pôde. Desde 2003, o Tribunal de Contas vem dizendo que isso não pode.

Quanto à questão de se utilizar o recurso para o próprio saneamento do Estado, isso, sim, era um problema que estava em suspenso, digamos assim. Mas agora, com a regulamentação da Emenda nº 29, é claro que isso não pode. Vamos dar um desconto. Já sobre a utilização do dinheiro da Copasa como orçamento do Estado, isso nunca pôde. Você não pode pegar o dinheiro da Petrobras e dizer que é receita orçamentária do governo federal. É claro que não. A mesma coisa não pode ser feita com o dinheiro da Copasa e da Cemig, e é o que eles faziam. Assim, eles justificavam o gasto da Copasa em saneamento como se fosse da saúde – um gasto próprio da empresa. Está claro. É evidente que essa é uma análise equivocada desde o início. Aliás, desde 2003 o Tribunal de Contas vem dizendo que isso não pode. O problema não está sendo adaptado à nova realidade da regulamentação da Emenda nº 29, Deputado Duarte Bechir. Eles não estão fazendo isso. A regulamentação da Emenda nº 29 é dinheiro do Estado, que não mais poderá ser aplicado em saneamento. Daqui para a frente, isso não será mais possível. Entretanto, é um problema pequeno, porque eles nunca usaram o dinheiro do Estado para o saneamento. Nunca usaram. Eles usavam o dinheiro da Copasa. Essa é a diferença que gostaria de contabilizar. O truque que sempre foi usado, mas nunca foi permitido, no caso da saúde.

Quanto à educação, o recurso da Previdência também nunca pôde ser utilizado como despesa educacional, isto é, como investimento na educação. É claro que não, porque é o dinheiro do pagamento do aposentado da Previdência. Isso nunca pôde ser feito em lugar nenhum. E agora o governo faz um TAG com o Tribunal de Contas, dizendo que ele não precisará utilizar os 12% e os 25%, para se adaptar a algo que nunca pôde acontecer. Dessa forma, o Tribunal de Contas dá um aval ao governo do Estado para que ele continue descumprindo a Constituição. Isso não foi votado por esta Casa. Nenhum Deputado votou isso aqui. Aliás, não sei de onde o Deputado Duarte Bechir tirou essa ideia. O que foi votado nesta Casa foi a possibilidade de um TAG que não fira a lei nem a Constituição, é óbvio, para ajuste de gestão de uma prefeitura ou do governo. Agora, poder não cumprir a Constituição, realmente, é uma novidade.

Os Deputados Estaduais do PT que convivem com os tucanos de outros Estados elegeram Minas Gerais como o Estado dos piores tucanos. Os tucanos mineiros foram eleitos unanimemente pelos petistas de São Paulo e até de Goiás, onde o Cachoeira tem lá os seus tentáculos com o Marconi Perillo, todos disseram que os tucanos mineiros são mais neoliberais, mais conservadores. E esse título ganhou também o Prof. Anastasia e o seu governo também, com o TAG e com o magistério com fome. As professoras não podem se alimentar. As pessoas acham que estou mentindo. Falam: “Ô, Deputado, isso é coisa da Oposição, vê se um Governador vai proibir uma professora de se alimentar na escola!”. Sim, mas lá está proibido, há orientação da Secretaria. Não pode, e as professoras bateram prato vazio na Assembleia Legislativa. E eles falaram: “Ô, Deputado, V. Exa. inventa cada uma...”.

Passamos por mentirosos, ainda. Como alguém vai acreditar que uma Secretária de Educação oriente uma Diretora de escola a não deixar uma professora comer da merenda do aluno? Vão dizer que a culpa é da Dilma, que há uma lei. Mas eles dizem que no Estado deles, não. O Alckmin não autorizou isso em São Paulo, não, nem o Perillo, do Cachoeira, fez isso em Goiás; nem o Demóstenes Torres. Fizeram isso só em Minas. Governadores do PT, é evidente que não. Se um Governador do PT fizer um negócio desse, deixar professora sem comer, eu vou lá tirar satisfação. Não deixo isso ocorrer, não. Nem onde os tucanos governam houve isso. Perguntaram se no Rio Grande do Sul houve, na época da Governadora Yeda Crusius. Lá, professora também podia comer. Só em Minas Gerais uma professora não pode se alimentar. E a culpa é da Dilma.

O que o Prof. Anastasia está fazendo do governo? O que o Governador Anastasia está fazendo aqui? Agora ele está em Paris. Será que ele foi lá sorver um vinho tinto, branco, na Praça La Madeleine, junto ao Senador Aécio Neves? O Senador Aécio Neves está apertado agora porque há o caso do Cavendish - ele estava falando do Governador Cabral e agora terá de explicar os R\$311.000.000,00 do Sadala, braço direito do Cavendish. Está chegando aqui também o Cachoeira. Falaram do Cachoeira.

Enfim, Sr. Deputado, quero parabenizá-lo por tal abordagem. Por que, realmente, assinar um TAG e possibilitar que a Constituição Federal simplesmente inexistia no item da saúde e da educação? Ou que seja aplicado menos do que algo que desde 1988 foi consagrado na Constituição? Nós temos mesmo é que fazer obstrução, o que V. Exa. vem-nos ajudando a fazer. Espero que esse empréstimo não seja conseguido de novo, porque é mais empréstimo para que o governo se enalacre mais e deixe para o próximo governo mais dívida e uma solução sem problema, como uma bola de neve. Muito obrigado.

O Deputado Adalclever Lopes* - Deputado Rogério Correia, a lógica parece aquela de que aos amigos tudo, aos inimigos o rigor da lei. Interpretaram uma lei federal de tal forma - porque direito não é matemática e é preciso haver entendimento da lei. Assim, entenderam que o inimigo era o professor. Eles têm ódio do professor, o PSDB tomou birra dos professores, e com isso há um massacre, uma perseguição aos professores de Minas Gerais. Os professores estão sendo perseguidos, os professores têm sido humilhados. Os professores de Minas Gerais hoje têm vergonha de chegar em casa com o salário que recebem. Daqui a pouco vão dizer, como disseram em outros governos, que as professoras são mal casadas, não é?

Creio que temos de refletir muito antes de conceder esse empréstimo, como disse o Deputado Duarte Bechir, da ferida. Para mim é fratura exposta, e ele está minimizando. Há a fratura exposta da segurança pública. Hoje, Deputado Sávio Souza Cruz, se você tiver um problema no Belvedere, com uma ocorrência policial, num final de semana, você tem de ir para Vespasiano, porque não há um Delegado de plantão. A Polícia Civil acabou. O investimento em segurança pública diminuiu. A Polícia Militar também está sofrendo. Se o Prefeito não fornecer a gasolina e não ajudar a consertar a viatura, não há nenhum Município em Minas Gerais que consiga sustentar a sua segurança pública. Hoje o débito da segurança pública é do Prefeito. O Prefeito é que tem de pagar a segurança pública do Estado. E, se não pagar, inicia-se um boicote: “Ah, então, não vamos mandar viatura, não vamos mandar policial”. E o Prefeito é chantageado porque ele é que está, em primeiro lugar, em contato com a população, e aí parece que a culpa é dele. O Prefeito, além de ser responsabilizado pelos apertos que o Município passa, tem de sustentar a segurança pública, que é obrigação do Estado. No



interior do Estado, não há educação e saúde proporcionados pelo Estado. Deputado Rogério Correia, não há segurança pública no interior. Os dados foram retocados para que a segurança pública tivesse o mínimo necessário. Parecia que havia uma sensação pior, a de que, de fato, não existia segurança. Existia, sim, a insegurança.

Deputado Sávio Souza Cruz, em hipótese nenhuma podemos deixar que isso aconteça. A Oposição é necessária para que o poder não fique cego e ditador. Minas Gerais passa por um período pior que a própria ditadura. Como V. Exa. disse: pior que os canhões da ditadura é a mordalha que ganhou a mídia mineira em relação a qualquer assunto que atinja o governo do Estado.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado Adalclever Lopes, agradeço o aparte. É um prazer sempre renovado vê-lo na tribuna.

O Deputado Duarte Bechir, em sua fala, disse que, ao ver os Deputados da Oposição, vem a sua mente uma música, que não recorde bem. Curiosamente, acontece o mesmo comigo ao ver certas manifestações dos Deputados da base, pois me recorde daquela marchinha: “mamãe, eu quero mamar”. Sempre me lembro dessa música quando assisto a certas manifestações dos Deputados da base do governo.

O Deputado Duarte Bechir falou sobre o TAG e disse que a Casa o aprovou por unanimidade. Ele está confundindo as coisas. O que a Casa aprovou por unanimidade foi o instituto, o instrumento, ou seja, a possibilidade de o Tribunal de Contas, preventivamente, durante o mesmo exercício, fazer pequenas correções, sobretudo com as prefeituras do interior, que não têm estrutura e mão de obra qualificada para realizar pequenos ajustes, sempre de acordo com a lei. Não se trata de fazer um TAG com o Governador do Estado, autorizando o descumprimento da Constituição até o fim do seu mandato. Ninguém votou isso aqui. Eu não votei, e ninguém votou, até porque isso é inconstitucional, imoral e indecente. Ninguém votaria isso aqui.

Foi dada uma autorização ao governo Anastasia para continuar descumprindo, como tem sido feito desde 2003, desde a posse do Aécio Neves, em seu primeiro mandato, o mínimo constitucional da saúde e o mínimo constitucional da educação. É isso o que está sendo, em tese, autorizado, como se isso não fosse previsão expressa da Constituição Federal como caso de intervenção nos Estados. Isso está previsto. Está sujeito a intervenção o Estado que descumprir o mínimo constitucional na saúde e na educação. Minas Gerais está se submetendo ao risco de intervenção desde 2003. Aécio Neves é réu no processo por não ter cumprido a Constituição, e o Governador Anastasia também o será. Isso é o que estamos alertando.

Além disso, está sendo armada uma bomba para explodir no próximo governo, pois estão projetando o cumprimento para o próximo governo. A carência dos empréstimos será também para o próximo governo. Gostaria que os mineiros julgassem se o que está sendo aprovado aqui é ou não o mesmo empréstimo. Em dezembro foi aprovado esse empréstimo, que não foi contraído. Agora, há outro projeto para autorizar o empréstimo com outro financiador. Trata-se do mesmo empréstimo, isso de autorizar um empréstimo que não foi contraído ainda, para ser contraído? Ele é ou não o mesmo empréstimo? Estaremos autorizando o mesmo empréstimo que já foi autorizado?

É claro que estamos autorizando um novo empréstimo, pois ele ainda não foi contraído. Isso é o óbvio ululante, como dizia Nelson Rodrigues. Está sendo autorizado um novo empréstimo, já que ainda não foi contraído.

O Deputado Duarte Bechir registra que o empréstimo com a União é regido pelo IGP-DI mais 7,5% e que, agora, o BNDES emprestará a 6%. Portanto, ele pontua a diferença do governo atual para o governo do Fernando Henrique Cardoso. O governo atual empresta a 6%, e o governo do Fernando Henrique, o IGP-DI mais 7,5%. Ele próprio se encarrega de mostrar a diferença do tratamento que o governo atual dá a Minas Gerais em relação ao que deu o Fernando Henrique Cardoso. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Adalclever Lopes* - Deputado Sávio Souza Cruz, escutei V. Exa., o Deputado Rogério Correia e o Deputado Duarte Bechir, que falou com muita modéstia no seu pronunciamento, reconhecendo que há uma ferida e que ela está na educação, na saúde, principalmente na segurança pública. Tenho certeza de que os nossos conterrâneos de Campo Belo estão passando muito aperto com a segurança pública. Os sítios, as fazendas e as residências estão sendo assaltadas por bandidos que vêm de São Paulo. E a viatura não tem gasolina ou está quebrada. Os índices de violência no Estado aumentaram assustadoramente. Assalto à mão armada, um número estrondoso. A verdade é que Minas Gerais virou refém dos bandidos. A segurança pública é um caos no Estado. Não adianta V. Exa., eu ou qualquer um falarmos diferente. Os dados mostrados na mídia, que é muito bem paga, são diferentes da realidade de Montes Claros, Deputado Tadeu Martins Leite. Lá, se o Prefeito Municipal não sustentar a Polícia Militar e a Polícia Civil, eles ameaçam tirar tudo. Aí é que a população vai ficar sem nada. Tenho certeza de que quem sustenta a segurança pública no Município são, em grande parte, os Prefeitos. E essa é uma função do Estado.

O que é TAG? TAG é termo de ajustamento de gestão. Se você tem que ajustar, é porque estava desajustado, porque tem algo errado. Da mesma forma, o TAC, termo de ajustamento de conduta. Só se ajusta o que está desajustado. Então, o governo do Estado reconhece que havia alguma coisa desajustada no seu governo e fez um TAG para maquiagem novamente os dados financeiros do Estado. Deputado Duarte Bechir, o banco já disse que o Estado só tem capacidade de pegar empréstimo a partir de 2013, porque ele não tem crédito nem capacidade de endividamento. Isso é mentira. Dizer que está renovando também é mentira: ele está fazendo um novo empréstimo.

O Estado está numa situação crítica. O grande plano de gestão, o déficit zero, também é mentira. Quem tem déficit zero não deve. Não precisa ser economista para saber isso. Se tem déficit zero, por que está devendo tanto? É uma mentira. O Estado vive uma situação, não tem investimento, hoje não tem sequer um plano de gestão verdadeira, a não ser aquele virtual. Tem um plano virtual e um, prático. Como disse V. Exa., a prática é economizar, economizar palito na educação e na saúde, que é um caos. Deputado Rogério Correia, como já disse, não precisa ser anunciado de forma diferente porque lá, no Município onde as pessoas vivem, elas procuram saúde, mas não têm. Para as professoras, coitadas, está sendo uma humilhação – esse decreto é humilhante –, elas não têm direito de se alimentar.

Deputado Sávio Souza Cruz, houve um pedido de CPI nesta Assembleia, com a assinatura de 40 Deputados, mas, de uma hora para outra, foi um corre-corre para tirar assinatura, uma coisa violentíssima. Não sei se é ou não verdade, mas o zum-zum que houve no



Plenário era esse: “Tira a assinatura que te dou um (- Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente.)”. Essa é a grande verdade. Não acredito nisso. Acho que aqui ninguém faz isso.

Questão de Ordem

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, tendo em vista que não há quórum para continuar a reunião, solicito, de plano, o seu encerramento. Agradeço ao povo mineiro a oportunidade de poder falar a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Tadeu Martins Leite) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 14 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, de forma responsável e muito consciente, este Parlamento não pode e não deve, em alguns momentos, esquecer que a nossa fala e nossas ações são sempre de respeito e dentro da ordem. Infelizmente, o Deputado Adalclever Lopes dizer que alguns Deputados talvez recebessem ou receberam algum (- Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente.). Peço a retirada disso dos anais da Casa.

O Sr. Presidente - A Presidência determina a retirada da citação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/5/2012

Presidência do Deputado Jayro Lessa

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questões de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Jayro Lessa - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bruno Siqueira - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Jayro Lessa) - Às 20 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, quero comunicar a V. Exa. e aos demais colegas Deputados que, a partir desta data, entraremos em total obstrução até que a PEC nº 23 seja pautada. É inadmissível. A PEC nº 23 não é de um Deputado desta Casa, ela está subscrita por 76 Deputados. É a PEC que determina a publicidade e a transparência dos salários, dos vencimentos e de todas as vantagens de qualquer natureza de Promotores, Procuradores, Juizes, Desembargadores, Conselheiros dos Tribunais de Contas, Secretários de Estado, ou seja, de funcionários dos Poderes, do Tribunal de Contas e do Ministério Público. Ademais dos Diretores desta Casa, dos servidores públicos desta Casa, do Tribunal de Contas, do Judiciário e do Executivo. A PEC, relatada de forma brilhante pelo Deputado Sebastião Costa, tem apenas um parágrafo, acrescenta um parágrafo, que é o § 4º, ao art. 73 da Constituição do Estado. Sr. Presidente, enquanto faço uso da tribuna, gostaria que a assessoria me fornecesse a Constituição do Estado, porque faremos aqui a leitura do art. 73, que é uma linha da Constituição. Penso, Presidente, que não dá para entender isso. Hoje conversamos com o Presidente Dinis Pinheiro - estávamos eu e o Deputado Inácio Franco ao lado do Deputado José Henrique, que preside esta Casa de forma interina -, e foi feito um acordo para que a PEC nº 23 fosse pautada. Sr. Presidente, projeto entra na pauta por determinação do Presidente deste Poder. Até então tínhamos acertado e alinhavado essa questão com o Presidente Dinis Pinheiro, hoje Governador interino, e o Presidente José Henrique. Mas parece que sempre que queremos avançar com uma proposta que traz transparência ao poder público, Deputado Rômulo Viegas, alguém nos bastidores, de forma escamoteada, de forma velada, não deseja a transparência nas contas públicas. É bom que o cidadão que nos está assistindo saiba que havia um acordo para colocar a PEC nº 23 em pauta. Que PEC é essa? É a PEC que determina a publicidade de todos os salários de todos os Poderes e órgãos da administração



pública do Estado de Minas Gerais e também dos servidores. Sr. Presidente, veja o que diz o “caput” do art. 73 da nossa Constituição: “A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz”. Que obediência? Que transparência? Que transparência é essa de conseguir 76 assinaturas de uma proposta de emenda à Constituição e levar 10 meses para que o parecer seja relatado? Graças a Deus, o Deputado Sebastião Costa o fez, de forma brilhante, em apenas um parágrafo. Ele acrescenta um parágrafo, que é o § 4º, ao art. 73. O que os Deputados desta Casa estão temendo? De quem estão vindo essas informações? Quem são as pessoas que não têm interesse em que essa PEC seja votada? Então, Sr. Presidente, é muito triste apresentar uma matéria e levar a cada Deputado desta Casa... Os Deputados assinam, e nós avançamos. V. Exa. que está presidindo esta reunião neste momento é um dos grandes apoiadores dessa proposta de emenda à Constituição, assim como vários outros Líderes da Casa. Parece-me que não se sabe de onde vêm as informações. O Deputado José Henrique me liga agora, faltando 15 minutos para as 18 horas, para dizer: “Deputado, estamos com um probleminha. Não se vai poder pôr a PEC nº 23 na pauta”. De onde vêm esses problemas se comunicamos ao Governador interino, o então Presidente de fato e de direito desta Casa, e se havíamos conversado com o Deputado José Henrique? E aí, na calada e na surdina, surge alguém que não quer a transparência. Quero dizer a V. Exa. que, a partir desta data, já me inscrevi para discutir todos os projetos na pauta. Todo e qualquer projeto que estiver aqui estaremos emendando, discutindo por uma hora e encaminhando por 10 minutos até que alguém apareça e diga: “Sou contra a PEC, Deputado Sargento Rodrigues. Acho que não devo, apesar de 76 Deputados a terem assinado”. Então estou comunicando a V. Exa., e, quem sabe, os Deputados José Henrique e Bonifácio Mourão e os demais Líderes da Casa tomem conhecimento de que o Deputado Sargento Rodrigues estará empenhado em obstrução 24 horas por dia nesta Casa. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, estou protocolando na Mesa um pedido de providência, tendo em vista que hoje, na primeira etapa da Comissão de Direitos Humanos, foram votados na contramão do que prescreve o Regimento Interno requerimentos que não poderiam ter sido apreciados naquele momento. Na Comissão de Direitos Humanos havia hoje uma audiência pública, e só poderia ser votado, conforme prescreve a Instrução Normativa nº 15, no momento correto. Então estou pedindo o cancelamento dos atos que foram apreciados em descumprimento com o Regimento Interno por entender que, acima de tudo, ele nos conduz e nos guia, mostrando os passos que nós, Deputados, temos de tomar. Ser regimentalista é cumprir o Regimento acima de tudo. Quem não o cumpre não pode levantar a bandeira de ser regimentalista hora alguma. Dentro do prazo que a lei prescreve, estamos solicitando o cancelamento daquilo que foi votado em desacordo com o Regimento Interno. O que foi votado hoje não poderia ter sido apreciado naquele momento. Considero um desrespeito aos membros da comissão. Fomos à reunião às 22 horas, às 4 horas. No entanto, não convém aceitar, como não poderia, que as coisas sejam votadas da forma que um Presidente quer, diferentemente do que prescreve o Regimento Interno. Nós aqui, Presidente, temos de andar de acordo com a prescrição dele. Não podemos analisar outra matéria senão a que está prescrita nele. Quero dar mais um exemplo a V. Exa. O limite para iniciar-se uma reunião nesta Casa tem de estar dentro do horário em que os funcionários estejam prontos. Convocar funcionário para vir aqui às 4 horas da manhã! Qual é o encaminhamento que se faz às 4 horas da manhã, Sr. Presidente? Para que reunir e chamar funcionário às 4 horas da manhã? Diga-me o porquê. Acredito que, com o tempo, as respostas cada um vai dando. Sr. Presidente, por notar que não há mais quórum, peço o encerramento, de plano, da reunião. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 274 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.060, 3.061 e 3.062/2012, uma vez que permaneceram em ordem do dia por quatro reuniões. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao Projeto de Lei nº 3.060/2012 uma emenda do Deputado Sávio Souza Cruz, que recebeu o nº 2, e uma do Deputado Rogério Correia, que recebeu o nº 3, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, a Presidência encaminha as emendas com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer; que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao Projeto de Lei nº 3.061/2012 uma emenda do Deputado Rogério Correia, que recebeu o nº 2, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer; que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao Projeto de Lei nº 3.062/2012 uma emenda do Deputado Rogério Correia, que recebeu o nº 3, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer; e que a emenda encaminhada pelo Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 3.062/2012 por meio da Mensagem nº 222/2012, publicada em 27/4/2012, foi incorporada ao parecer da Comissão de Justiça e será arquivada nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno.

- O teor das emendas apresentadas é o seguinte:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 3.060/2012

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º - Os arts. 1º e 2º da Lei nº 19.969, de 26 de dezembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar duas operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, no valor total de até R\$2.449.816.000,00 (dois bilhões quatrocentos e quarenta e nove milhões oitocentos e dezesseis mil reais), a serem aplicados na execução dos seguintes programas:

I - 2º Programa de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - PDI II -, no valor de até R\$469.773.000,00 (quatrocentos e sessenta e nove milhões setecentos e setenta e três mil reais);

II - Programa de Infraestrutura Rodoviária, no valor de até R\$1.980.043.000,00 (um bilhão novecentos e oitenta milhões e quarenta e três mil reais).

Parágrafo único - As operações de que trata o “caput” têm por objetivo financiar atividades e projetos do Estado de Minas Gerais, em especial as ações definidas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, relacionadas às ações de Modernização do Sistema Prisional, Segurança na Copa e Disseminação de Acesso aos Sistemas de Informação.””.

Sala das Reuniões, 9 de maio de 2012.

Sávio Souza Cruz

EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

“Art. ... - O contrato e demais documentos jurídicos firmados para a realização da operação de crédito autorizada pelo art. 1º desta lei serão enviados à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa e mantidos disponíveis para acesso público por todo o período de vigência da operação.”.

Sala das Reuniões, 9 de maio de 2012.

Rogério Correia

EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 3.061/2012

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

“Art. ... - O contrato e demais documentos jurídicos firmados para a realização da operação de crédito autorizada pelo art. 1º desta lei serão enviados à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa e mantidos disponíveis para acesso público por todo o período de vigência da operação.”.

Sala das Reuniões, 9 de maio de 2012.

Rogério Correia

EMENDA Nº 3 AO PROJETO DE LEI Nº 3.062/2012

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

“Art. ... - O contrato e demais documentos jurídicos firmados para a realização da operação de crédito autorizada pelo art. 1º desta lei serão enviados à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa e mantidos disponíveis para acesso público por todo o período de vigência da operação.”.

Sala das Reuniões, 9 de maio de 2012.

Rogério Correia

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 10, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 10/5/2012.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/5/2012

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Bosco, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.669/2012, de autoria popular. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovada a Proposta de Ação Legislativa nº 1.669/2012 na forma de requerimentos apresentados pelos relatores (relator: Deputado André Quintão; relatores parciais: Deputados Carlin Moura e Duarte Bechir). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre o ocorrido em assembleia de bancários em Betim, em 21/4/2012, e sobre o papel desempenhado pela corporação; e é adiada a votação de requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater a situação da Faculdade de Engenharia da UEMG de João Monlevade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2012.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Duarte Bechir.



ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/5/2012

Às 14h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Gustavo Perrella, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei n°s 3.060 a 3.062/2012 são retirados da pauta por determinação do Presidente, por não cumprirem pressupostos regimentais, assim como os Projetos de Lei n°s 175/2011 e 2.781/2012, em face de requerimento do Deputado Romel Anízio, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, dos Projetos de Lei n°s 568 e 1.561/2011 (relator: Deputado Romel Anízio), 2.056/2011 (relator: Deputado Antônio Júlio), 2.196/2011 (relator: Deputado Doutor Viana, em virtude de redistribuição) e 2.729/2011 (relator: Deputado Antônio Júlio, em virtude de redistribuição); pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei n°s 2.169/2011 (relator: Deputado Ulysses Gomes), 2.730/2011 (relator: Deputado Gustavo Perrella), 2.731/2011 e 2.856/2012 (relator: Deputado Romel Anízio) e 2.907/2012 (relator: Deputado Doutor Viana, em virtude de redistribuição); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei n°s 490/2011 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda n° 1, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (relator: Deputado Gustavo Perrella), 2.344/2011 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Antônio Júlio), 3.033/2012 (relator: Deputado Doutor Viana, em virtude de redistribuição), 3.056 e 3.058/2012 (relator: Deputado Gustavo Perrella) e 3.057/2012 (relator: Deputado Romel Anízio, em virtude de redistribuição). Na fase de discussão do parecer em que o relator, Deputado Romel Anízio, conclui pela rejeição do Projeto de Lei n° 1.270/2011, no 1º turno, o Presidente defere pedido de vista do Deputado Doutor Viana. O Projeto de Lei n° 532/2011 é convertido em diligência ao Corpo de Bombeiros Militar, a requerimento do relator, Deputado Ulysses Gomes, aprovado pela Comissão. O Deputado Gustavo Perrella retira-se da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Contas pedido de informações sobre as aposentadorias do Sr. Elmo Braz, ex-Deputado e ex-Conselheiro dessa Corte; e Antônio Júlio em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre a empresa Laticínios Vale do Carangola Ltda. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2012.

Doutor Viana, Presidente - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Sargento Rodrigues - Tiago Ulisses.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 15/5/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para homenagear a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais pelo transcurso do Dia Nacional da Defensoria Pública.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento n° 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 28/5/2011, intitulada "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento n° 1.269/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao Ministério Público pedido de informações sobre o andamento das investigações sobre a presença de pó de metal em pacotes de açúcar comercializados em algumas cidades do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.291/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o acidente ocorrido em dezembro de 2009 no Município de Nanuque, em que uma criança de 8 anos teve seu corpo queimado por substâncias químicas em área pertencente a essa empresa. Solicita, ainda, que a Cemig informe se houve assistência ou algum tipo de indenização à criança e sua família. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.313/2011, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo pedido de informações sobre os trâmites para a pré-seleção das subseções da Copa no Estado, de forma a permitir ações de articulação com os Municípios interessados em pleitear a candidatura a "base camps". A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.321/2011, da Comissão de Esporte, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre o número de quadras poliesportivas e equipamentos esportivos existentes nas escolas públicas estaduais, indicando o endereço da unidade, a situação física dos referidos equipamentos e os eventuais projetos de recuperação, construção ou instalação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.330/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, que solicita seja inserido nos anais da Casa o artigo "Humanismo Transigente", da historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado, publicado no jornal "Estado de Minas" de 6/8/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.342/2011, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre o tempo médio de permanência das viaturas da Polícia Militar nas delegacias, a classificação das ocorrências por tipo penal, as ocorrências encerradas pelos Centros de Operações - Copoms - por falta de viaturas, o tempo médio de espera pelos Copoms para despacho de viatura, bem como outras informações que auxiliem no diagnóstico de situações relacionadas com denúncias feitas a essa Comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto, com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.061/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.960, de 23/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.062/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento - CAF - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 13/2011, do Deputado Anselmo José Domingos, que altera a composição do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, mediante alteração da Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.667/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera dispositivos da Lei nº 11.963, de 30/10/95, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santa Cruz do Escalvado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 767/2011, do Deputado Wander Borges, que institui a política estadual para a população em situação de rua. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.784/2012, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar ao Município de Matias Cardoso o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.916/2012, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 17.701, de 4/8/2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.917/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.918/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.958/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.959/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.961/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 15/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.010/2012, da Deputada Liza Prado.

Finalidade: debater os constantes roubos a caixas eletrônicos nas agências bancárias.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.023/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.582/2011, do Deputado José Henrique; 2.935/2012, do Deputado Antônio Júlio; 2.952/2012, do Deputado Luiz Henrique.

Requerimentos nºs 2.753/2012, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 2.826/2012, do Deputado Doutor Viana; 2.905/2012, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 21/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 69/2011, do Deputado Fred Costa; 92/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 608 e 625/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.250 e 1.251/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.325/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.818/2011, do Deputado Fábio Cherem; 2.128/2011, do Deputado Delvito Alves; 2.624/2011, do Deputado Arlen Santiago; 2.855/2012, da Deputada Liza Prado; 2.889/2012, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.955/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.004/2012, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.077/2012, do Governador do Estado; 3.079/2012, do Deputado Leonardo Moreira; 3.084/2012, do Deputado Dilzon Melo; e 3.085/2012, do Deputado Romel Anízio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 420/2011, dos Deputados Neilando Pimenta e Fred Costa; 2.569/2011, do Deputado Rômulo Veneroso; 3.092/2012, do Deputado Rômulo Viegas; 3.096/2012, do Deputado Arlen Santiago; 3.101/2012, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.105/2012, do Deputado Luiz Henrique; 3.109 e 3.110/2012, do Deputado Fred Costa; e 3.114 e 3.115/2012, do Deputado Gustavo Corrêa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 15/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.984/2012, do Deputado Bosco; 2.999/2012, do Deputado Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.003 e 3.006/2012, da Comissão de Participação Popular, e 3.009/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Finalidade: debater, com convidados, a situação da Superintendência Regional de Ensino do Município de Janaúba.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.857/2011, do Deputado Fabiano Tolentino.

Requerimentos nºs 2.832/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 2.833/2012, da Deputada Rosângela Reis; 2.843/2012, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; 2.857; 2.858; 2.859; 2.860; 2.861; 2.862; 2.863; 2.864; 2.865; 2.866; 2.867 e 2.868/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 2.904/2012, do Deputado Carlin Moura; 2.913 e 2.914/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 2.915; 2.916 e 2.917/2012, do Deputado Fabiano Tolentino, do Deputado Neider Moreira e do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.918/2012, do Deputado Bosco; 2.959/2012, do Deputado Doutor Viana; e 2.996/2012, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 15/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 181/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.927/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.791/2012, do Deputado Antonio Lerin; e 2.980/2012, do Deputado Antônio Júlio.

Requerimentos nºs 2.994/2012, do Deputado Luiz Henrique e do Deputado Glaycon Franco; e 2.995/2012, do Deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 16/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir, com a presença de convidados, o Sargento PM Hermon Eltz Santos, lotado no 16º Batalhão, o qual está sofrendo ameaças de morte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 17/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 15/5/2012, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e dos Requerimentos nºs 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 28/5/2011, intitulada "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo; 1.269/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao Ministério Público pedido de informações sobre o andamento das investigações sobre a presença de pó de metal em pacotes de açúcar comercializados em algumas cidades do Estado; 1.291/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o acidente ocorrido em dezembro de 2009 no Município de Nanuque, em que uma criança de 8 anos teve seu corpo queimado por substâncias químicas em área pertencente a essa empresa, solicitando, ainda, que a Cemig informe se houve assistência ou algum tipo de indenização à criança e sua família; 1.313/2011, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo pedido de informações sobre os trâmites para a pré-seleção das subsedes da Copa no Estado, de forma a permitir ações de articulação com os Municípios interessados em pleitear a candidatura a "base camps"; 1.321/2011, da Comissão de Esporte, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre o número de quadras poliesportivas e equipamentos esportivos existentes nas escolas públicas estaduais, indicando o endereço da unidade, a situação física dos referidos equipamentos e os eventuais projetos de recuperação, construção ou instalação; 1.330/2011, do Deputado Celinho do Sintrocel, que solicita seja inserido nos anais da Casa o artigo "Humanismo Transigente", da historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado, publicado no jornal "Estado de Minas" de 6/8/2011; e 1.342/2011, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre o tempo médio de permanência das viaturas da Polícia Militar nas delegacias, a classificação das ocorrências por tipo penal, as ocorrências encerradas pelos Centros de Operações - Copoms - por falta de viaturas, o tempo médio de espera pelos Copoms para despacho de viatura, bem como outras informações que auxiliem no diagnóstico de situações relacionadas com denúncias feitas a essa Comissão; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei Complementar nºs 13/2011, do Deputado Anselmo José Domingos, que altera a composição do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, mediante alteração da Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006; e 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte; dos Projetos de Lei nºs 767/2011, do Deputado Wander Borges, que institui a política estadual para a população em situação de rua; 1.667/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera dispositivos da Lei nº 11.963, de 30/10/95, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santa Cruz do Escalvado; 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica; 2.784/2012, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar ao Município de Matias Cardoso o imóvel que especifica; 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - o imóvel que especifica; 2.916/2012, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 17.701, de 4/8/2008; 2.917/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.918/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.919/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.958/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas o imóvel que especifica; 2.959/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.960/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.961/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências; 3.061/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.960, de 23/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências; e 3.062/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento - CAF - e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 14 de maio de 2012.

Dinis Pinheiro. Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Violência contra a Mulher

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Luzia Ferreira, Rosângela Reis e Maria Tereza Lara e o Deputado Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/5/2012, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de conhecer a rede de prevenção e acompanhamento sociofamiliar à mulher em situação de violência doméstica e sexual, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2012.



Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir, Luiz Carlos Miranda e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 16/5/2012, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir o despejo de 350 famílias da Ocupação Eliana Silva, localizada no Bairro Barreiro, nesta Capital, ocorrido no dia 11/5/2012, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 9/5/2012

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados; pessoal do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas de Minas Gerais, que comparece a esta Casa na expectativa de votarmos o projeto, e público que nos acompanha pela TV Assembleia.

Ontem, mais uma vez, ocorreu o que toda semana os Deputados e as Deputadas vêm anunciando e do qual têm cobrado providências do governo federal. Ontem, no Km 2, próximo ao Bairro Buritis, houve mais um acidente no Anel Rodoviário. Esse Anel Rodoviário mata todos os dias, é a avenida da morte; além da rodovia da morte, a BR-381. O ex-Presidente Lula esteve em Belo Horizonte dizendo que liberaria recursos. E o Prefeito Marcio Lacerda propôs ao ex-Presidente e à Presidenta Dilma que se passasse o Anel Rodoviário para a responsabilidade da Prefeitura de Belo Horizonte, que cuidaria dele, o recuperaria e faria a sua manutenção.

No entanto, providência nenhuma foi tomada. Colocaram alguns radares na descida próxima ao Bairro Betânia, no intuito de evitar novos acidentes. Mas ali passam muitos caminhões que vêm do Rio de Janeiro e de São Paulo, e o pessoal não conhece aquela descida, bastante íngreme. O intuito era parar aqueles caminhões.

Durante as chuvas do final do ano, vimos que várias barreiras caíram, não só próximo ao Bairro Buritis, mas na BR-040. Na BR-381, todos os dias morre gente, é a rodovia da morte. Vidas sendo ceifadas, e o governo de braços cruzados.

A novela do metrô de Belo Horizonte dura 26 anos. Tivemos a visita de vários Ministros, que compareceram ao Palácio para anunciar a liberação de recursos para a conclusão do metrô. Na época, o Ministro Dutra iria se reunir com o Governador Aécio, mas quem o recebeu foi o Vice-Governador Anastasia. Fui ao Palácio, pois já sabia que ele iria anunciar, mais uma vez, recursos para o metrô. Falei que iria desmenti-lo cara a cara, mas o pessoal do governo me pediu para não fazê-lo. Eu ia fazer mesmo, mas o Governador ficaria constrangido. Então falei que não ficaria ali porque iriam prometer mais uma vez, e o dinheiro não chegaria. E foi o que aconteceu. Já se passaram mais de quatro anos, mas só tem a promessa.

Há poucos dias, a imprensa noticiou que a Presidenta Dilma liberaria o recurso para o metrô. Agora, o governo está dizendo que não existe projeto para o metrô, portanto não vai liberar o recurso. Vejam a situação. E quando chega a época de eleição, é aquela conversa de sempre: “O metrô está chegando!” Eu me lembro do Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Roberto Carvalho. A região do Barreiro tinha cerca de 120 faixas anunciando que o metrô estava chegando. Isso faz oito anos. Mas o metrô não chega de jeito nenhum.

Precisamos, Deputado João Leite, do prometido rodanel, que desafogará o Anel Rodoviário, que desviará esse nosso trânsito caótico. Ontem vimos a situação de Belo Horizonte. Deputados desta Casa demoraram para chegar ao Sion, à região Leste, cerca de 1h30min, 2 horas. Se cai uma chuvinha, embola tudo e ninguém consegue se locomover. Queremos que a palavra dada seja cumprida. Há projetos. Todos podem ir à CBTU. Eu e o Deputado João Leite coordenamos a Frente Parlamentar em Defesa do Metrô em Belo Horizonte e na Região Metropolitana. Realizamos várias audiências públicas, e vários projetos foram apresentados. Está havendo boicote a Belo Horizonte, boicote a Minas Gerais, para que as obras não sejam concluídas.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Célio Moreira. V. Exa. traz a este Plenário nesta tarde tema de extrema importância para todos nós. Esse discurso do governo federal de que não há projetos já virou uma constante. Pobres coitados dos Prefeitos que estão para receber os valores da segunda etapa para obras de suas cidades! Dizem sempre que os Prefeitos não têm projetos. Isso é impressionante. Os Prefeitos conseguem fazer projetos para o governo de Minas, assinam convênios, mas não conseguem fazê-lo para o governo federal. Isso é impressionante. Basta fazer uma pesquisa com todos os Prefeitos do Brasil, e vocês perceberão os resultados dessa parceria.

Simultaneamente, vale lembrar que em 2009 o então Governador Aécio Neves, ao lado do atual Prefeito Marcio Lacerda, levou ao Presidente Lula o projeto do metrô, que foi engavetado. Agora estão anunciando - está em minhas mãos - a liberação de R\$2.800.000.000,00 para o metrô de Belo Horizonte, sendo R\$1.000.000.000,00 pelo governo federal e R\$1.100.000.000,00 de contrapartida pelo governo do Estado, além de recursos da Prefeitura de Belo Horizonte. Por enquanto tudo é discurso.

O Deputado Célio Moreira* - De Belo Horizonte e Contagem.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Belo Horizonte está aguardando. Ficamos aqui, a manhã inteira, ouvindo parlamentares da Oposição falar muito sobre os empréstimos que Minas está tomando. Falaram da dívida de Minas. V. Exa., como a maioria dos Deputados, deve ter recebido convite da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul - não foi da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A Assembleia do Rio Grande do Sul fará seminário, no dia 14 de maio, para discutir as dívidas públicas dos 27 Estados da



Federação. Minas Gerais não é o único Estado que possui dívida pública. Vinte e sete Estados estão endividados. O Rio Grande do Sul tem uma dívida pública de R\$40.000.000.000,00, conforme consta no fôlder de propaganda daquela Assembleia. A dívida pública do Rio de Janeiro é de R\$48.000.000.000,00. Eles farão propostas para encaminhar ao governo federal. Será verificada a sensibilidade do governo federal nesse quesito tão importante para os Estados.

Vale apenas registrar que, quando Aécio Neves assumiu o governo em 2003, a dívida pública já existia. Essa dívida já vinha sendo arrolada há muito tempo. Repito para os que nos assistem: não apenas Minas Gerais possui dívida pública. Os 27 Estados da Federação têm dívida pública com a União, em cifras expressivas. Precisamos verificar a sensibilidade do governo federal para com esse quesito de extrema importância para o bem-estar dos Estados. Deputado Célio Moreira, V. Exa. que é um Deputado incansável ao tratar das demandas das cidades mineiras, especialmente das de Belo Horizonte, sabe muito bem da importância de separarmos déficit zero de dívida pública. Isso tem de estar claro. São coisas distintas.

Agradeço o aparte a mim concedido por V. Exa. Parabeno-o por seu pronunciamento.

O Deputado Célio Moreira - Muito obrigado, Deputado. O governo federal hoje é um grande agiota, cobra caro, muito caro, dos Estados. Caravanas de Municípios todos os meses vão a Brasília, a fim de pedir dinheiro para a saúde, para a infraestrutura, etc. Hoje quem tem dinheiro é o governo federal, que faz convênios e contratos com Estados e Municípios, da forma que lhe convier. Quanto a essa questão de ser oposição ou situação, estamos aqui para lutar pelo bem de Minas Gerais, para que esse tenha segurança, saúde, boas condições de meio ambiente, infraestrutura.

E esses juros exorbitantes que V. Exa. expõe aqui poderiam ser aplicados na saúde e no funcionalismo público. Mas o governo federal retém esse recurso, que, com toda certeza, está fazendo falta - e muita -, tanto para o governo de Minas Gerais, quanto para os governos dos outros Estados. A Presidente Dilma, que é do PT, puxou a orelha do Governador da Bahia, porque ele estava, junto com outros Governadores, pedindo para baixar os juros. Foi puxada a orelha dele e a do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, a quem a Presidente Dilma chamou e disse: "Você é do nosso partido, por isso não pode cobrar." Ele respondeu: "Mas, Presidente, não tenho dinheiro para pagar as dívidas do Estado, pois tudo está indo para a União." Agora, os Governadores vão reunir-se no Rio Grande do Sul, vão fazer um documento e apresentá-lo ao governo federal. Vamos pedir aos nossos Senadores e aos Deputados Federais que eles sejam mais firmes na cobrança ao Ministro e à Presidente. Concedo aparte ao Deputado Doutor Wilson.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Meu caro Deputado Célio Moreira, parabeno-o pelo pronunciamento e reativo o compromisso das cidades de nossa região, tais como Muriaé, Ervália e Viçosa. Além disso, gostaria de destacar o descuido do governo federal com as rodovias federais do nosso Estado. A BR-356, que vai de Muriaé até Ervália, possui trechos nos quais não existe asfalto. Nesses trechos ocorrem inúmeros acidentes graves; neles inúmeras pessoas já perderam suas famílias. Há anos cobramos providências voltadas para a melhoria dessa estrada.

Hoje a OAB desencadeou uma reivindicação tendo em vista a resolução desse grave problema nas estradas, e nós, como representantes dessa região, somos alvos também dessa cobrança, que é justa, porque nenhuma providência tem sido tomada e nenhum sinal tem sido dado para essa resolução. Frequentemente, quando venho a Belo Horizonte, passo por essa rodovia e nela vejo placas. Nós, Deputados, representantes da região, somos cobrados por faixas nas estradas. Muriaé, Ervália e Viçosa têm quatro Deputados, e nada é feito pela rodovia. Inúmeras vezes, passamos essa cobrança ao DNIT e até já a levamos para Brasília. Infelizmente, o governo federal não tem dado atenção a nenhuma reivindicação da nossa região.

Temos aqui fotos que mostram a estrada alagada e caminhoneiros com caminhões atravessados nas rodovias, porque nela não há mais condições de tráfego. Pacientes que são transferidos de Viçosa, de Ervália, enfim, de toda a região para os hospitais de referência em Muriaé não conseguem, muitas vezes, passar com a ambulância por aquela estrada. Então, essa é uma reivindicação justa da população da região. A OAB, por meio do "site" www.br356urgente.com.br, apresenta vídeos, mostrando o estado calamitoso em que se encontra aquela rodovia. Esperamos que o governo federal tenha sensibilidade e faça algo para resolver a situação dessa estrada e melhorar a qualidade de vida das pessoas que passam por ela quase diariamente. Obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Muito obrigado, Dr. Wilson. Sou testemunha disso, pois estive há 10 dias na cidade de Guiricema, próxima à Ervália, e realmente vi essa situação. A Presidente Dilma, com os pulmões cheios, fala: "Sou mineira." Porém ela precisa fazer alguma coisa por Minas Gerais, porque este Estado não aguenta mais essa situação. Minas Gerais tem 853 Municípios, e o governo do Estado, sozinho, não aguenta tudo isso. Nosso Estado tem a maior malha rodoviária do País e ainda quer assumir as BRs e o Anel, que é de responsabilidade do governo federal, e este não oferece essa possibilidade.

Sr. Presidente, para concluir, a Presidenta Dilma vem aqui, buscando jornais, televisões e rádios e dizendo que liberaria R\$2.000.000.000,00, R\$3.000.000.000,00, R\$1.000.000.000,00, mas cadê o dinheiro? O dinheiro não chega aos cofres. E quando todo o mundo está naquela expectativa, na hora que chega no DNIT nada acontece. Aliás apresentei um requerimento, e o Deputado Adalclever Lopes, Presidente da Comissão de Transporte, já o aprovou na Comissão. Vamos realizar uma audiência pública com o DNIT para dar explicações. Será o DNIT um departamento nacional de incompetência? DNIT: departamento nacional de incompetência terrestre. Não é possível um departamento do governo federal empurrar com a barriga tantas pessoas que passam todos os dias pelas rodovias federais. Então, se não tem competência, passe para o governo estadual, que ele fará as obras; se não tem competência, passe para o Município, que ele fará as obras e dará atenção às pessoas que ali circulam. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Carlos Miranda* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, companheiros e companheiras do Tribunal de Contas, trabalhadoras e trabalhadores, podem ter certeza de que eu, como dirigente sindical e agora como Deputado, estarei atento ao Projeto de Lei nº 2.601/2011 junto com vocês, para que se possa fazer o melhor. Como eu disse pela manhã, a reserva moral deste país se chama trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, podem ter certeza de que estaremos mais uma vez juntos a vocês nesse momento tão importante.

Venho à tribuna para saudar a todos os trabalhadores de Minas e do Brasil pelo 1º de maio. Estou Deputado pelo povo e com a força do trabalhador. Em 1972, com 17 anos, fui morar em Ipatinga, onde consegui emprego como metalúrgico na Usiminas. Acreditando



na possibilidade de melhores condições de trabalho para todos, ingressei no movimento sindical e acabei vencendo seis eleições para a Presidência do maior sindicato do Estado de Minas, o Sindipa. Na entidade sindical sempre lutei por garantias e melhoras concretas para a classe trabalhadora, conseguindo alguns acordos históricos com a Usiminas, como o fim do turno fixo, a jornada de 40 horas que tanto almejamos e que está emperrada no Congresso Nacional, mas em Ipatinga ela já é realidade há mais de 10 anos.

E é com a alma preenchida que retorno de nossa querida Ipatinga, onde realizamos o maior 1º de maio de Minas Gerais. Em sua 10ª edição, a Festa da Família Metalúrgica e a Festa do Trabalhador promovida pelo Sindipa reuniram quase 100 mil pessoas na Avenida Pero Vaz de Caminha, no Bairro Bom Retiro, em Ipatinga.

Alguns articulistas têm dito que o movimento sindical trocou a luta pela festa e pelos prêmios. Isso não é bem verdade. Isso é competência do movimento sindical para atrair trabalhadores e trabalhadoras que acham que só manifestações não seriam suficientes. Então, é com esse espírito que o movimento sindical tenta atrair trabalhadores e trabalhadoras para celebrar o 1º de maio. Mas nessa celebração, nessa premiação e nas apresentações dos artistas brasileiros está o protesto contra os baixos salários, contra a desindustrialização do Brasil, pelo fim do fator previdenciário, pela aprovação das Emendas nºs 151 e 158 e pelo reajuste da aposentadoria desse pessoal tão explorado que ajudou a construir este país.

Gostaria de fazer um agradecimento muito especial ao nosso grande companheiro e hoje Governador interino, Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa, que brilhou no nosso evento, esteve em Ipatinga, como sempre atento, enchendo de orgulho a todos os presentes.

Aproveito este espaço para manifestar ainda minha alegria pela indicação do Deputado Federal Brizola Neto como o novo Ministro do Trabalho e Emprego, por sua trajetória política feita com responsabilidade, dedicação e coerência. Seu nome traz a força de importantes setores do movimento trabalhista nacional, entre eles a Força Sindical, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e o Movimento Sindical do PDT-MG. Brizola Neto representa a força e a luta do legado deixado por seu avô, Leonel de Moura Brizola, grande líder trabalhista e fundador do PDT. Como membro da Direção Estadual e Nacional do PDT e um dos fundadores da Força Sindical, acredito que o novo Ministro do Trabalho chega com novo gás e disposição para lutar por mais avanços, incluir o trabalhador nas grandes discussões nacionais: jornada de 40 horas, fim do fator previdenciário, aprovação das Convenções 151 e 158, jornada de trabalho de 30 horas para os profissionais da saúde. Tudo isso está adormecido no Congresso, mas agora, com o novo Ministro, será colocado em pauta novamente. É importante o trabalhador se qualificar, estudar, fazer cursos, pois o mercado está cada vez mais exigente. Estamos vivendo uma conjuntura favorável para a formalização e a modernização das relações trabalhistas em nosso país. Então quero saudar aqui a Presidenta Dilma por sua sábia e excepcional escolha de um jovem líder que tem o DNA do trabalhismo. Saudamos o novo Ministro. Com certeza, os interesses dos trabalhadores serão, mais uma vez, inseridos na discussão nacional.

Na reunião de ontem, quando a AMM fez uma abertura excepcional, o que escutamos foi o debate sobre o discurso do Presidente desta Casa e Governador em exercício. Esse jovem Governador e Presidente do Legislativo mineiro ressaltou a sua preocupação com os excluídos de Minas. Ele tem proporcionado a esta Casa e ao povo mineiro debates importantes, entre eles sobre o combate à pobreza e sobre a dívida do Estado. Portanto o ilustre parlamentar Dinis Pinheiro nos orgulha por sua conduta nesse período peremptório em que comanda o governo de Minas.

Antes de conceder aparte aos colegas, quero abordar, mais uma vez, a questão da BR-381. Infelizmente, a região Leste de Minas é uma das mais esquecidas e empobrecidas do Estado. Tem uma rodovia conhecida como rodovia da morte, planejada e construída na década de 50 pelo saudoso Presidente Juscelino Kubitschek. Naquela época, trafegavam pela BR cerca de 10 mil carros por mês. Hoje, são aproximadamente 500 milhões de carros. E a rodovia é a mesma. Quantos trabalhadores perdemos nessa estrada! Quantos trabalhadores se deslocam do Vale do Aço e do Vale do Rio Doce para procurar emprego em outras regiões, porque não é possível promover desenvolvimento se não houver acesso fácil. Há um mês, perdemos 16 trabalhadores que deixaram o Vale do Aço para procurar emprego em outro lugar devido à falta de desenvolvimento que passa exclusivamente pela BR-381.

Então gostaria de convocar aqui todos os parlamentares e o povo mineiro, afinal precisamos reagir diante dessa situação. Não podemos ficar a vida inteira fazendo só discursos. Vejo aqui o colega Deputado Délio Malheiros, que tem uma vida política ativa, participativa, uma das pessoas que está discutindo a questão da dívida de Minas. Disse de manhã e repito: não acredito muito em discurso, não acredito em conversa de bastidores e em conversa de escritório. Se a população de Minas Gerais não for a Brasília invadir aquele Congresso, o Palácio e exigir que haja uma discussão da questão da dívida, ficaremos anos e anos discutindo esse assunto. Enquanto isso, a população continuará morrendo, continuará sendo excluída.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Ilustre companheiro Luiz Carlos Miranda, em primeiro lugar, como Líder da bancada, gostaria de registrar a nossa satisfação e orgulho de ter V. Exa. nos quadros do PDT, principalmente porque V. Exa. tem no seu DNA também as bandeiras do trabalhismo do nosso partido. Portanto, quero aqui referendar todos os pontos da fala de V. Exa. na tribuna desta Casa e dizer que, para nós, V. Exa. engrandeceu o PDT e, obviamente, conta com o nosso apoio.

Logo no início, V. Exa. disse que estaria aqui atento à votação do projeto de lei que trata da questão dos nossos servidores do Tribunal de Contas. Tanto V. Exa. como este Deputado viemos de movimentos de trabalhadores e sabemos exatamente o que é essa luta. Então quero cumprimentá-lo porque V. Exa. esteve sempre atento e, de imediato, já direcionou sua fala aos trabalhadores do Tribunal de Contas, dizendo que o PDT estará firme na votação favorável ao projeto de lei. Gostaria de dizer que sua presença nos alegra, que é um parlamentar consciente, mas, acima de tudo, V. Exa. engrandece os quadros do nosso partido porque traz na essência aquilo que nós, do PDT, defendemos como principal bandeira de luta: a defesa do trabalhador.

Portanto, mais uma vez gostaria de externar aqui a nossa alegria de ter V. Exa. como parlamentar mineiro. Que V. Exa. possa permanecer nesta Casa por muito tempo, pois sua bandeira se confunde com a bandeira do nosso partido. Parabéns, Deputado Luiz Carlos Miranda.

O Deputado Luiz Carlos Miranda* – Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Concedo um aparte a esse ilustre colega e parlamentar que nos orgulha muito, Deputado Délio Malheiros.



O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado Luiz Carlos Miranda, não foi surpresa para ninguém que V. Exa. se tenha revelado um grande líder nesta Casa e um Deputado vocacionado para defender o trabalhismo. Portanto, V. Exa. está de parabéns.

Neste curto espaço de tempo, gostaria de dizer a V. Exa. que, em relação à dívida do Estado de Minas Gerais, acabamos de receber um telefonema de um jornalista ambicioso, cuidadoso e astuto do jornal "Hoje em Dia", da Capital Federal. Ele acaba de descobrir que a Presidente Dilma enviou um comunicado para o Congresso Nacional. Trata-se de um risco da ação no Supremo que impetramos – e que a própria União reconhece – no valor acima de R\$50.000.000,00, que a União está retendo ilicitamente de Minas Gerais. E, por força da Constituição, a Presidente teve de comunicar ao Congresso Nacional que essa ação representa um risco enorme porque é uma ação que está fundamentada na Constituição, fundamentada na lei e na jurisprudência do Supremo.

Por último, gostaria de cumprimentar esses valorosos trabalhadores do Tribunal de Contas de Minas Gerais e dizer que eles não precisam agradecer a nós, especialmente a mim, funcionário também de carreira. Afinal, o que esta Casa está fazendo é cumprindo a sua obrigação de atender aquilo de que eles mais necessitam neste momento, que é o seu plano de carreira, consubstanciado no Projeto de Lei nº 2.601/2011. Tenham certeza de que esta Casa aprovará esse projeto sem ressalvas, porque é tudo que o senhores merecem. Deputado Luiz Carlos Miranda, muito obrigado e parabéns pelo seu trabalho.

O Deputado Luiz Carlos Miranda* - Muito obrigado, companheiro Délio Malheiros.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Serei rápido em virtude do tempo. Quero parabenizar o Deputado Luiz Carlos Miranda pelo pronunciamento. Como a discussão que V. Exa. traz é voltada ao direito dos trabalhadores, quero aproveitar também para saudar o Sr. Antônio Andrada, Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais - TCE -; os valorosos servidores do sindicato e os membros do TCE. Quero dizer que estamos nesta luta com vocês e que aprovaremos aqui, o mais rapidamente possível, o projeto que modifica o plano de carreira dos servidores do Tribunal de Contas.

Deputado Luiz Carlos Miranda, quero apenas trazer uma informação: o Deputado Federal Weliton Prado está hoje reunido com o Sr. Valmir Campelo, Ministro do Tribunal de Contas da União - TCU -, que é o relator do processo que trata da devolução dos valores cobrados indevidamente nas contas de luz. O TCU apontou um erro no método do cálculo da tarifa no período de 2002 a 2009: constatou-se que nesse período houve cobrança indevida aos consumidores de todos os Estados de mais de 7 bilhões, que hoje, corrigidos, ultrapassam R\$12.000.000.000,00. Então, o Deputado Weliton Prado está agora com o relator para pedir apoio a fim de revertermos esse processo. Fizemos a correção na época. Quando fui Deputado Federal, membro da CPI que investigou a composição das tarifas de energia elétrica em todo o Brasil, enviamos um requerimento ao Tribunal de Contas, que confirmou o erro na cobrança da tarifa. Durante os trabalhos da CPI, o Presidente da Cemig também assumiu o erro. Fizemos a correção, mas até agora os consumidores não tiveram devolvidos os valores cobrados a mais. O Deputado Elismar Prado está, neste momento, discutindo essa questão com o Ministro relator. Ele também é autor de um decreto legislativo que obriga a devolução dos valores cobrados a mais e já teve apoio de mais de 300 Deputados. O projeto tramita em caráter de urgência. É só para informar. Depois trataremos novas notícias sobre esse processo, que é de grande interesse para os consumidores de todo o Estado. Parabéns, Deputado Luiz Carlos Miranda; parabéns, trabalhadores do TCE.

O Deputado Luiz Carlos Miranda* - Sr. Presidente, quero apenas concluir. Obrigado, Deputado Elismar Prado. Quero chamar a atenção dos trabalhadores porque eu estava no carro e ouvi a notícia de que haviam cortado o 14º e o 15º salários dos Deputados Federais. O repórter achou que isso havia sido uma grande vitória. Primeiro, Deputados são passageiros, estão aqui hoje e amanhã não são mais Deputados; estou aqui Deputado, mas amanhã não serei mais. O que precisamos discutir no Brasil é que todos os trabalhadores deste país tenham o 14º e o 15º, e não brigar para que meia dúzia perca o que já tem. A ideia é de cortar do Desembargador, do Juiz, do Ministro, e os trabalhadores perdem a perspectiva de avançar, de melhorar a qualidade de vida. Somos maioria. Se alguém avança para ter uma conquista maior, vamos fazer com que a maioria dos trabalhadores seja incluída nessa conquista. Ficamos, infelizmente, com a pobreza e com a pequenice. Precisamos ter a grandeza de ser mais e lutar para ganhar mais, e não retirar direito, porque direito perdido com certeza é um desastre para o trabalhador brasileiro. Nossa luta precisa ser: vamos avançar, vamos ser trabalhadores conscientes, vamos brigar pelos nossos direitos, vamos fazer com que a dona de casa, a faxineira, a varredeira, os funcionários do Tribunal de Contas, os metalúrgicos tenham 14º, 15º e 16º e que sejam respeitados porque, felizmente, ainda somos o orgulho do Brasil. A única reserva moral deste país chama-se trabalhador do Brasil. Obrigado e boa tarde.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez* - Muito boa tarde a todas e a todos, boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Quero saudar de maneira muito especial os trabalhadores do TCE e o sindicato que está aqui representado. Sejam bem-vindos, aqui é nossa Casa.

Antes de fazer o meu pronunciamento, queria comunicar-lhes que nós do Partido dos Trabalhadores e do PCdoB, e sou o Líder da Minoria, estamos em obstrução aqui na Casa. Trata-se de um procedimento regimental deste Parlamento. Isso está ocorrendo em função dos pedidos de empréstimo do governo do Estado e também do TAG, mediado pelo próprio Tribunal de Contas. Nós do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB, abrimos uma exceção apenas para votar o projeto de lei de vocês. Continuaremos, depois, em obstrução. Faço esse comunicado de que fizemos um acordo com a Mesa, entre todos os Deputados, para votarmos o projeto de lei que os trouxe aqui. Continuaremos a obstrução porque queremos debater, entender a questão do empréstimo e do TAG. Tudo isso em nome do povo de Minas Gerais. Assim, daqui a pouco, votaremos o projeto de lei que os trouxe aqui e tenho a certeza de que será aprovado. Sejam muito bem-vindos.

Sr. Presidente, senhores telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia em todo o Estado, tenho duas mensagens hoje. A primeira é para falar sobre a visita à Capital, ontem, dos Vereadores da cidade de Muzambinho, acompanhados pela Marina, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Belo. Nessa visita, entregamos um abaixo-assinado ao Presidente da Cemig, ao Presidente José Henrique, que nos recebeu, bem como os Vereadores de Muzambinho e os trabalhadores de Monte Belo, de forma muito carinhosa. Agradeço-lhe, Sr. Presidente, de público. Agradecemos, também, ao nosso Governador em exercício, o nosso querido companheiro Dinis Pinheiro. Ele nos recebeu muito bem ontem, no Palácio. Era o aniversário dele, mas abriu uma exceção



para nos receber com o abaixo-assinado que levamos ao Governador. Esse abaixo-assinado pede à Cemig, ao governo do Estado, providências imediatas com relação à rede elétrica em todo o Estado. Todos sabem que a rede elétrica da Cemig está precária em muitas cidades de Minas Gerais. No Sul de Minas, então, está pior ainda. Na cidade de Muzambinho houve um acidente grave que levou à morte uma trabalhadora no mês de janeiro. Além disso, a cidade tem sofrido constantes apagões, o que levou a Câmara de Vereadores a realizar duas audiências públicas.

Agradeço e parabeno especialmente o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Muzambinho, Vereador Gilmar Labanca, os Vereadores João e Marcinho, enfim, todos os Vereadores daquele Município, que estão empenhados na solução desse problema. O documento assinado pela maioria dos moradores de Muzambinho pede providências imediatas, substituição dos cabos da rede elétrica, dos postes e contratação de empregados da Cemig.

O que tem acontecido lá, Sr. Presidente, é o que tem acontecido no Estado inteiro. Quando acontece qualquer problema de apagão com a rede elétrica, o consumidor da Cemig liga para o 116. Quando consegue falar, é atendido por uma secretária eletrônica que pede para digitar mais um número, mais outro e nunca resolve. Os apagões têm trazido prejuízos para muita gente, especialmente para os trabalhadores do campo de Muzambinho. Recentemente, os produtores de leite, que têm um resfriador, perderam 2 mil litros de leite, o que para aquela comunidade é uma perda muito grande. Além disso, há o constante medo em que a comunidade vive. Para se ter uma ideia, na Sexta-Feira da Paixão, na Semana Santa, todas as solenidades programadas para a cidade de Muzambinho foram canceladas porque um cabo se rompeu e começou a sair fogo dos cabos da rede elétrica. O povo, que já tinha na memória o acidente grave e fatal ocorrido em janeiro, foi embora para suas casas, e a Sexta-Feira da Paixão teve de ser cancelada. Isso acontece em muitas cidades, inclusive aqui na Capital do nosso Estado.

Então, fomos ao Presidente da Cemig ontem, que nos recebeu, assumiu o compromisso conosco de revisar a rede elétrica, de colocar um empregado da Cemig em todas as cidades do Estado para atender ao povo e acabar com esse 116, que não resolve nada, e também fazer os investimentos necessários. Esperamos que o Presidente cumpra esse compromisso. Também o Governador, Dinis Pinheiro, o nosso Presidente, José Henrique, assumiram compromisso com os consumidores da Cemig. Recentemente, criamos a Associação de Clientes da Cemig no Estado de Minas Gerais. Pagamos caro pela energia elétrica - a nossa é uma das mais caras do Brasil -, mas a qualidade do serviço tem deixado a desejar. Foi por isso que se criou a Associação de Clientes, para que a Cemig passe a ouvir e a respeitar mais os seus clientes.

Também conversamos sobre Bandeira do Sul, onde, no Carnaval do ano passado, 16 pessoas morreram após um acidente com a rede elétrica. Eu disse ao Presidente da Cemig que o desfecho desse caso foi terrível. Como um Delegado de Polícia pode dar uma conclusão sobre uma questão tão complexa como a rede elétrica? Disse, então, ao Presidente da Cemig e ao Governador que o caso de Bandeira do Sul pesa nas costas da Cemig e do governo do Estado, que devem dar uma resposta à altura e uma explicação não só para os moradores de Bandeira do Sul, mas para todos de Minas Gerais. Estamos exigindo que a Cemig reabra o caso de Bandeira do Sul e dê as explicações necessárias a todos os consumidores da Cemig no Estado.

Mas, Sr. Presidente, venho a esta tribuna também por outro motivo, este muito alegre. Após falar sobre a Cemig, quero falar sobre a cidade de Alfenas, que ontem recebeu uma notícia muito importante da Presidência da República. A partir da Rio-92 - a ECO-92 -, foram criados os Objetivos do Milênio, conhecidos pela sigla ODM, a fim de melhorar a qualidade de vida do nosso planeta e zelar pela preservação do meio ambiente. Alfenas, entre 918 cidades, foi uma das 5 que receberam esse prêmio, por um programa muito importante, que tem a ver com a saúde e a qualidade de vida. O Prefeito Luizinho criou o Programa de Acompanhamento da Gestante - Page - para combater e diminuir a mortalidade infantil, que no Brasil ainda é muito alta, com uma média de 19 crianças com menos de um ano de vida em cada mil nascidas vivas. É muito alta! E a mortalidade infantil não é causada apenas por questões clínicas; ela tem também uma causa social, que precisamos enfrentar.

Em Alfenas, o Prefeito criou um programa que integra diversas Secretarias - Saúde, Educação, Ação Social e, especialmente, Habitação. Todas as mulheres que ficam grávidas são incluídas no programa. A partir daí, se a gravidez for considerada de risco, clínico ou social, ela passa a receber uma atenção especial. Se há um problema de moradia precária, a Secretaria de Habitação vai cuidar da casa da gestante para melhorar as condições de habitabilidade, ou, se for o caso, alugar outra casa - e temos centenas de casas alugadas. Se a gestante tiver crianças em idade escolar, a Secretaria de Educação providencia para que nenhuma criança fique fora das creches, a fim de que a gestante tenha condição de cuidar melhor da sua saúde. Se ela tiver um problema de saúde, a Secretaria de Saúde se dedica especialmente àquela gestante. Por fim, após o nascimento, desde o seu primeiro dia de nascida, a criança também passa a fazer parte desse programa e a receber cuidados especiais. Também a Secretaria de Ação Social tem um papel nesse programa. Ela cuida para que não falem alimentos e fraldas e para que a gestante e a sua família recebam um cuidado todo especial. Com isso, a cidade de Alfenas reduziu a taxa de mortalidade para apenas 3 crianças em cada 1.000 nascidas vivas.

Disse que, no Brasil, a média ainda é, infelizmente, de 19 crianças por cada 1.000 nascidas vivas, até completarem 1 ano de idade. A cidade de Alfenas atingiu o índice de apenas 3 crianças por cada 1.000 nascidas vivas, o que ainda é muito. Precisamos zerar esse índice. O ODM é um programa da ONU, do Vaticano e também do governo brasileiro. No dia 30 de maio, o Prefeito Luizinho, acompanhado de toda a sua equipe, irá até Brasília e receberá das mãos da Presidenta Dilma o prêmio do ODM. Isso vira referência para outros Municípios. Se Alfenas conseguiu fazer, por que os demais Municípios também não podem tentar? A mortalidade infantil ocorre não apenas por questões clínicas. Ela ocorre, sobretudo e principalmente, por questões sociais. Então, esse prêmio que o Prefeito Luizinho, de Alfenas, recebeu é muito importante para o povo de Alfenas e, especialmente, para as mulheres e as crianças que terão a oportunidade de serem bem olhadas e a chance de sobreviver. O Vaticano se preocupa com isso, a ONU se preocupa com isso, e também a Presidenta Dilma, nos seus programas sociais, tem a preocupação com as gestantes. Esta semana especialmente, Sr. Presidente, comemoraremos, no próximo domingo, o Dias das Mães. Quantas mães poderão ter seus filhos nos braços, em razão desse programa da cidade de Alfenas? Quantas também serão, no Brasil? E a mortalidade infantil, no País, era muito maior ainda. Estamos, cada vez mais, reduzindo-a. Então, quantas mães poderão ter, nos seus braços, os filhos? Deputado Doutor Viana, já lhe concedo um aparte. Quero lembrar que, na semana passada, o Brasil inteiro comoveu-se, chegando às lágrimas, quando vimos que conseguimos



salvar a vida daquela criança que nasceu com 360g e apenas 5 meses de gestação. Então, esse fato é possível, pois há tecnologia para isso. É preciso vontade política. É isso que o Prefeito Luizinho teve.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Agradeço o aparte. Levanto-me, neste instante, na condição de Deputado e, muito mais, na de médico pediatra, para parabenizar Alfenas por essa conquista e dizer que realmente essas questões sociais são importantes. Na minha cidade de Curvelo, temos uma estatística que também é semelhante a da cidade de V. Exa. Em Curvelo, exerci a pediatria durante 30 anos e digo que, nos últimos 10 anos, deixamos de internar e perder crianças por causa da merenda escolar, da assistência médica, do Programa Saúde da Família e do programa de médicos de gestante e da infância e adolescência. Todos esses programas sociais, a merenda escolar e a medicação nos postos de saúde ajudaram a população. Então, realmente hoje as nossas crianças estão morrendo menos. Melhoramos o nosso índice, em Minas e no Brasil. Então, quando vemos uma situação como essa de destaque, na cidade de Alfenas com o Prefeito Luizinho, peço que V. Exa. leve até ele o nosso abraço. Parabéns, Alfenas, por esse trabalho extraordinário que salva as nossas crianças.

O Deputado Pompílio Canavez* - Obrigado, Doutor Viana.

O Deputado Celinho do Sinttrocel (em aparte)* - Também agradeço ao Deputado Pompílio Canavez este aparte. Também quero parabenizá-lo por essa brilhante exposição que faz sobre as condições de trabalho, principalmente no que diz respeito ao setor de energia elétrica de Minas Gerais. Nesta oportunidade, quero dizer que, durante a reunião da Comissão do Trabalho desta Casa, tive a oportunidade de apresentar um requerimento para que seja realizada, na Assembleia Legislativa, o mais rápido possível, uma audiência pública para debater o grave problema enfrentado pelos trabalhadores, na indústria de fogos em Santo Antônio do Monte. Tivemos a infelicidade de conviver, na data de ontem, com dois acidentes com fatalidades.

Precisamos discutir, de forma firme e séria, esse índice altíssimo de acidentes que vêm acometendo os trabalhadores do Brasil e de Minas Gerais.

Quero também deixar registrado o meu apoio e a minha manifestação favorável a todos os trabalhadores do Tribunal de Contas. Teremos hoje, aqui, a oportunidade de votar o plano de carreira dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, que têm nosso apoio. Com certeza estaremos colocando um fim nesse projeto que hoje é tão importante para essa categoria. Muito obrigado.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, apenas para concluir, quero agradecer a vocês pela presença. Sejam bem-vindos. Daqui a pouco estaremos, todos os Deputados, tenho certeza que por unanimidade, aprovando o projeto de lei que tanto interessa a vocês. Boa tarde e obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de fazer a leitura de um trecho de um relatório da Polícia Federal em Minas Gerais com relação às denúncias que estamos apresentando na Comissão de Direitos Humanos, em que cinco policiais militares e um policial civil vêm denunciando a máfia dos caça-níqueis e jogos de bicho em Juiz de Fora. Para a nossa tristeza, uma comissão parlamentar de inquérito, cujo requerimento contava com 40 assinaturas, hoje conta com 25, pois 15 Deputados retiraram a assinatura. Mas tornarei pública a gravidade das denúncias que estamos fazendo, Deputado Celinho do Sinttrocel, cuja assinatura permanece no requerimento, e obviamente queremos que sejam apuradas, não só V. Exa. como outros 24 Deputados que querem a CPI.

Lerei apenas um trecho do relatório de inteligência da Polícia Federal constando a gravidade dos fatos: (- Lê:): “As máquinas caça-níqueis e videobingos instaladas tanto nas lojas de jogo do bicho, quanto em outros estabelecimentos comerciais - padarias, bares, mercearias, etc. - espalhados pela cidade, sobretudo pela periferia, são, em sua quase totalidade, de propriedade ou estão sob a administração das bancas de jogo do bicho. Já aquelas máquinas instaladas nas casas especializadas denominadas popularmente apenas de bingos, localizadas na região central da cidade, não há o monopólio dos bicheiros, eis que existe a exploração feita por outros empresários, alguns deles ligados diretamente ao ramo de montagem e manutenção dos citados equipamentos.

Ficou constatado que alguns dos banqueiros de bicho e seus funcionários, bem como alguns dos empresários investigados, possuem estreito relacionamento com policiais civis e militares lotados na cidade. Tal relacionamento efetiva-se pela prestação de serviços de segurança dos estabelecimentos onde os jogos são explorados, pela escolta do transporte de máquinas e outros.

Para compreender a participação do policial militar acima mencionado, faz-se necessário explicar o seguinte: o empresário Márcio Infante Vieira, vulgo Marquinho do Rei dos Óculos, é proprietário de uma rede de óticas denominada Rei dos Óculos, constituída de sócios-laranjas. Algumas das óticas tiveram seus respectivos “layouts” modificados, visando abrigar também casas destinadas à exploração de caça-níqueis e videobingos, as quais explorava em sociedade com o carioca Gerson Pereira do Nascimento. Na gerência dos bingos, Márcio e Gerson contavam com as pessoas de Daniel Gonçalves Muniz e Nilson de Jesus Camargo. Na coordenação de segurança dos bingos, contavam com o Cb. Cantídio Rezende Nogueira, que, ao tempo da investigação, era lotado na Rotam.

Ficou constatado que Gerson Pereira do Nascimento possuía uma empresa na Baixada Fluminense, onde eram montadas e comercializadas máquinas de videobingos e caça-níqueis. Após ações repressivas ocorridas no Rio de Janeiro expandiu seus negócios para Juiz de Fora...”.

Aqui, Sr. Presidente, fica clara a nossa suspeita, logo no início dos trabalhos, de que os banqueiros do jogo do bicho e caça-níqueis do Rio de Janeiro tinham forte e estreita ligação com bicheiros e donos de caça-níqueis e de bingos do Município de Juiz de Fora.

Pasmem com o que o relatório diz mais adiante sobre - aliás aqui consta o diálogo datado de 2007 - uma parte, e graças a Deus uma parte pequena e minúscula, das Polícias Civil e Militar do Município de Juiz de Fora, que estão completamente apodrecidas, envolvidas com caça-níqueis, jogo do bicho e os famosos videobingos. Infelizmente ainda estamos aqui lutando para que mais um Deputado desta Casa venha a apor a sua assinatura na CPI para que, de fato, possamos instalá-la. Aliás, uma CPI neste Parlamento com objeto determinado e focado, conforme determina o Regimento Interno. Imaginem que os bicheiros e os donos dos caça-níqueis do Rio de Janeiro montaram e estenderam os seus braços para o Município de Juiz de Fora. Deputado Celinho, essa era a nossa suspeita. Hoje há Capitão, Majores, Delegado, Peritos, Investigadores, Cabos e Sargentos envolvidos com a máfia dos caça-níqueis de



Juiz de Fora, mas esta Casa fica inerte e continua a esperar que algo maior aconteça. Pasmê, Deputada Maria Tereza Lara, essas escutas telefônicas realizadas pela Polícia Federal são datadas de julho de 2007, ou seja, há cinco anos. Então, de forma correta, temos a constatação de que há policiais civis e militares envolvidos com o crime organizado no Município de Juiz de Fora. E aí, quando se vai pedir a um Deputado que assine a CPI, simplesmente diz que não pode e que é preciso ver. Ver mais o quê? Dizer que a Corregedoria da Polícia Militar vai apurar.

Deputada Maria Tereza Lara, sabe quem é hoje o braço direito do nosso Corregedor na Polícia Militar? Talvez os Deputados e as Deputadas não saibam, aliás agora mesmo eu estava comentando sobre isso com os Deputados Carlos Henrique e Gilberto Abramo. O nome dele é Paulo Roberto de Medeiros, Major. Na verdade, esse moço era Capitão e servia na Academia da Polícia Militar, mas foi preso em flagrante por furto dentro do Supermercado Paes Mendonça. Só que hoje ele é Major da Corregedoria. Pergunto-lhe, Deputado Celinho, como esse moço apurará o envolvimento de policiais com caça-níqueis e jogo de bicho? Será que tem alguma condição de permanecer na Corregedoria? Deputada Maria Tereza Lara, o Corregedor veio à Comissão de Direitos Humanos e nos disse: “Deputado, esse crime ocorreu em 1996. Então já tem 15 anos e, portanto, prescreveu”. Será que prescreve a condição moral e ética dele de estar no órgão corregedor? Será que isso prescreveria? Prescreveu por quê? Porque, como sempre, a Polícia Militar corta a cabeça e põe na rua a turma de baixo e diz à sociedade: “Aqui nós punimos. Quanto à turma de cima, removemos, esperamos o caso esfriar e transferimos para a autoridade.”. E aí, quando todos já se esqueceram, esse cidadão é promovido. Isso aconteceu com o Maj. Marcelo Antônio Pio, preso em flagrante pela Polícia Federal, juntamente com um homem ao seu lado, dentro de um carro no Supermercado Carrefour em 2000, quando tínhamos, ou melhor, quando podíamos ter uma CPI, a CPI do narcotráfico.

Portanto, Sr. Presidente, quero encerrar o meu pronunciamento dizendo que estamos aguardando mais um Deputado desta Casa, mais um Deputado de coragem, mais um Deputado que queira combater a corrupção, porque as corregedorias sozinhas não darão conta. Quando chega no segundo degrau do inquérito, somente uma CPI. Mas vou repetir, Sr. Presidente, o último parágrafo: “Ficou constatado que alguns dos banqueiros de bicho e seus funcionários, bem como alguns dos empresários investigados, possuem estreito relacionamento com policiais civis e militares lotados na cidade. Tal relacionamento efetiva-se pela prestação de serviços de segurança dos estabelecimentos, onde os jogos são explorados, pela escolta do transporte de máquinas e outros.” Será que isso não é motivo para uma CPI? Quem sabe aparece um Deputado que queira, de fato, nos ajudar a combater a corrupção desenfreada, infelizmente, de uma pequena parcela?

Quero ainda dizer mais, Sr. Presidente. Os policiais civis e militares do Município de Juiz de Fora querem a CPI. Estiveram aqui, prestaram depoimento e disseram que estão aguardando a CPI, porque isso tem maculado a imagem deles no Município. Portanto, eles querem a CPI. Aguardamos, Deputado Rogério Correia, apenas mais um Deputado, para assinar o requerimento conosco. Depois desse relatório de inteligência da Polícia Federal que chegou às nossas mãos, tivemos ainda mais a constatação da gravidade do nível de contaminação do crime organizado em Juiz de Fora. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputados e Deputadas, senhoras e senhores trabalhadores do TCE, senhores e senhoras da imprensa, mineiros e mineiras que nos assistem pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, fiz questão de discutir esse projeto e, no bojo da discussão, já encaminhar favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 2.601/2011, do TCE. Rapidamente colocarei os motivos que nos levam a encaminhar favoravelmente à aprovação do projeto, e é o encaminhamento da Bancada do PT. Fazemos isso porque já acompanhei a discussão que possibilitou que o projeto chegasse a esta Casa desde o ano passado.

Antes mesmo de estar pronta a ideia desse plano de carreira, desse projeto que modifica a Lei nº 13.770, estavam em pauta várias alterações, que nos foram encaminhadas pelo Presidente do Tribunal de Contas, nosso ex-colega Deputado Antônio Carlos Andrada, que hoje se encontra nesta Casa – queria dirigir-lhe uma saudação especial –, no interior do Tribunal de Contas.

Em outra legislatura, junto com o Deputado Antônio Carlos Andrada, participei de uma comissão que, na ocasião, fez várias sugestões de modernização e alteração no interior do Tribunal de Contas, entre elas a instituição do Ministério Público de Contas, que hoje acabou se transformando numa realidade e num aperfeiçoamento técnico do Tribunal. Essas alterações foram possíveis de ser feitas em outro projeto de lei que aprovamos, se não me engano, no final do ano passado. Entretanto, naquela ocasião, o sindicato dos trabalhadores do Tribunal de Contas já havia procurado o conjunto dos Deputados, em especial a nossa Bancada do PT, solicitando que pressionássemos ou fizéssemos gestão junto aos Conselheiros e à direção do Tribunal de Contas para aprovação das modificações nesse plano de carreira estabelecido no Tribunal de Contas, que agora adveio por meio desse projeto de lei. Na época, foi feito um acordo de que aprovaríamos aquelas modificações que o Tribunal precisava, mas o órgão remeteria a esta Casa o plano de carreira, que deveria ser negociado com o sindicato dos trabalhadores, e assim foi feito. Já o aprovamos em 1º turno, e agora ele vem na aprovação do projeto de lei, em 2º turno.

Hoje abrimos uma exceção para a aprovação desse projeto. Queria colocar isso claramente aos Deputados, às Deputadas e aos servidores do Tribunal de Contas. Como esse é um compromisso que fizemos desde o ano passado, estamos abrindo uma exceção de aprovação desse projeto hoje, porque estamos num procedimento de obstrução na Assembleia Legislativa. Entretanto, repito que a nossa obstrução não poderia e, evidentemente, não irá prejudicar os servidores do Tribunal de Contas. Por isso procederemos a essa votação do projeto hoje.

Queria dizer que o projeto é justo. Sei que participaram da sua elaboração, deram sugestões, que nem todas foram acatadas, mas, certamente, farão com que sejam melhoradas as condições tanto de salário como de trabalho, no Tribunal de Contas. Essas alterações no plano de carreira e as que foram feitas no Tribunal possibilitarão ao órgão prestar um serviço de contas ao Estado de Minas Gerais e aos Municípios de maneira ainda mais eficaz. A nossa obstrução também tem a ver com a do Tribunal de Contas. Repito: fazemos um parêntese em relação a essa obstrução. Ela diz respeito a um TAG assinado entre o Tribunal de Contas e o governo do Estado, e com o qual não concordamos. Coloquei os motivos da discordância e rapidamente as apresentarei aos senhores. O Tribunal de Contas assinou com o governo de Minas um termo que possibilita ao governo do Estado, e ele foi feito a partir de uma provocação do próprio Governador, permite ao Governador do Estado não aplicar o mínimo constitucional, como o governo já não vem aplicando pelo



menos desde 2003, e refiro-me ao governo Aécio e Anastasia, que tem trazido prejuízos, no nosso entender, à educação e à saúde. Somando o não cumprimento do mínimo constitucional na educação e na saúde de 2003 a 2011, computamos aproximadamente R\$15.000.000.000,00 que deixaram de ser investidos na educação e na saúde públicas em Minas Gerais. Não darei os dados exatos de cada um e de quanto foi o prejuízo na saúde e na educação, mas a soma dos dois chega a R\$15.000.000.000,00, sem levarmos em consideração o processo inflacionário e os truques que são colocados para burlar o processo constitucional. Todos os anos fizemos essa denúncia. Os próprios técnicos do Tribunal de Contas e, posteriormente, o Ministério Público de Contas fizeram ressalvas nas contas do governo, de que não estava sendo aplicado o mínimo constitucional.

Em todo Orçamento as Bancadas do PT e do PMDB propuseram emendas e alterações a cada ano para adequar ao mínimo constitucional e respeitá-lo. Infelizmente, os técnicos do Tribunal de Contas apontavam as falhas, faziam ressalvas, mas o Pleno, por meio dos Conselheiros, aprovava com ressalvas de emendas, e depois a Assembleia Legislativa aprovava as contas do governo. Mas foram-se acumulando os prejuízos na saúde e na educação.

Neste ano, quando o Tribunal de Contas assinou o TAG, o próprio governo confessou que a Oposição estava certa e que desde 2003 não se respeita o limite constitucional. Neste ano e para o ano que vem, estabelecem outros limites inferiores aos 12% da saúde e aos 25% da educação, e apenas em 2014 o governo chegaria ao índice constitucional, podendo prorrogar por mais um ano se a situação estiver difícil, o que provavelmente será feito. Portanto, o Governador Anastasia também não aplicaria neste governo, em momento algum, os índices constitucionais na saúde e na educação.

Falo isso porque não podemos concordar com esse TAG. Mas ele comprova algo que vimos denunciando durante todo o período. Não houve desde 2003 o acatamento do mínimo constitucional. Já estivemos no Ministério Público Estadual e expusemos isso ao Promotor; vamos amanhã ao Ministério Público Federal; estamos reivindicando na Assembleia Legislativa uma discussão desse assunto na Comissão de Administração Pública. Já protocolei o requerimento e peço apoio das bases da Oposição e da Situação para fazermos um debate a respeito desse TAG e seu significado. E vamos estudar uma medida de ação popular para contestar esse TAG. Estamos solicitando aos Ministérios Públicos Estadual e Federal que ajam em relação aos montantes passados que não foram respeitados. Repito que há agora, por parte do governo e do próprio Tribunal de Contas, um termo em que fica claro o não acatamento dos mínimos constitucionais ali colocados.

Esse é o motivo de fazermos obstrução ao procedimento desse TAG e do pedido de empréstimo que o governo tem tentado aprovar nesta Casa Legislativa. Desde a semana passada temos feito essa obstrução. São projetos em que o governo pede mais 3 bilhões de empréstimo. No ano passado, solicitou 7 bilhões, mas não conseguiu o montante, e hoje ele coloca novos projetos tentando ainda um empréstimo de 3,5 bilhões, sendo 2,5 bilhões com o BNDES.

Estamos fazendo esse procedimento de obstrução, mas vamos fazer esse parêntese em um acordo com a base do governo. Os projetos de empréstimo não entraram na pauta para que pudéssemos votar esse projeto do Tribunal de Contas. Comunico aos Deputados que, a partir daí, retomaremos o procedimento de obstrução.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado. Acompanho o seu pronunciamento, e apesar de V. Exa. ter muito tempo para discutir, imagino que não deverá usá-lo todo, pois os servidores do Tribunal de Contas aguardam a votação desse projeto, e alguns Deputados deixaram suas comissões para votar essa matéria no Plenário.

Quero ponderar com V. Exa., uma vez que nós e a maioria dos Deputados, que militamos na vida pública e em alguns momentos muito ligados a questões que dependem da intervenção do Ministério Público, vemos que ele lança mão de um termo muito parecido com esse termo aprovado pelo Tribunal de Contas. Se esse é um TAG, o Ministério Público lança mão do TAC.

Sabemos - e V. Exa. também, como militante do meio ambiente - que muitas vezes o Ministério Público lança mão desse recurso, termo de ajustamento de conduta, para ajustar conduta de alguém que, de alguma forma, não teve, até aquele momento, como cumprir a legislação. É concedido um prazo para que se cumpra o estabelecido. Por várias razões, pode não tê-lo cumprido. Creio que, neste momento, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais fez muito bem. Após a Assembleia Legislativa apreciar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento para este ano, de repente foi imposto ao Estado um gasto maior que aquele previsto. Não tínhamos, Deputado Rogério Correia, a regulamentação da Emenda Mosconi, da Emenda nº 29. Quando votamos - e todos votamos -, o Orçamento do Estado de Minas Gerais, tínhamos uma expectativa de gastos. V. Exa. se lembra muito bem, pois foi um dos Líderes do governo Itamar, quando esse governo fez uma solicitação ao mesmo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, indagando se o gasto com saneamento era considerado gasto com saúde. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais respondeu que sim, o que fez bem. Pode sim. O governo de que V. Exa. fez parte utilizou esse recurso determinado pelo Tribunal de Contas. Agora, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se manifesta novamente e concede ao governo do Estado de Minas Gerais um prazo para que este, e até a própria Assembleia Legislativa, que aprovou o Orçamento com uma expectativa, possa se adequar. Parabéns ao Tribunal de Contas.

V. Exa. é um constitucionalista. Por falar em constitucionalista, temos aqui o relator da Constituição Estadual, nosso jurista, Deputado Bonifácio Mourão. Existe um princípio fundamental na Constituição brasileira e na Constituição do Estado de Minas Gerais: a razoabilidade. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais foi razoável ao perceber que, como a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais já havia votado o Orçamento, o governo, o Poder Executivo, não tinha como executar um orçamento de alguma forma mudado no meio do caminho por uma decisão federal. Deputado Rogério Correia, sei que V. Exa. é um defensor da Federação e do municipalismo. Nós, muitas vezes, somos atropelados pelas decisões da União, do governo federal, que desconhece totalmente o que está acontecendo nos Municípios e nos Estados. Devemos avisar à Câmara dos Deputados que o Orçamento de Minas Gerais, que o Orçamento dos outros Estados já estavam votados. Já havia uma previsão orçamentária. É muito difícil no caminho consertar o carro. Por isso queria aqui reconhecer o papel do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que, muito mais que punir, deve ensinar, deve mostrar como deve ser uma boa gestão dos recursos públicos. Razoavelmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais entendeu que, neste momento, deveria ser dado um tempo para que essa gestão fosse acertada.



Desculpe-me tomar muito tempo de V. Exa., já lhe devolvo a palavra. Tenho certeza de que, quando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais celebra TACs, ele não está pensando em ferir a Constituição Federal nem a Constituição do Estado de Minas Gerais.

Ele deseja, razoavelmente, dar tempo àqueles que estão sem condições de cumprir aquela determinação, a fim de que possam se ajustar. E é o que está sendo dado neste momento ao Estado de Minas Gerais e outros Estados, para que cumpram o que está na Constituição. Esperamos ainda que, num momento muito próximo, o governo federal cumpra também a Constituição, porque a Emenda Mosconi, do nosso colega no Parlamento, a Emenda nº 29, previa que o governo federal tem de investir 10% na saúde. Hoje a Constituição impõe que os Municípios invistam 15%, os Estados 12%, e o governo federal ficou fora disso. Portanto é fundamental que tenhamos esse tempo, que o governo do Estado e a própria Assembleia Legislativa tenham esse tempo.

Deputado Rogério Correia, encerro, agradecendo muito a sua paciência em ouvir a minha busca de contribuição para este debate.

O Deputado Duarte Bechir entregou-me algo aqui. O governo gaúcho, por meio do Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, Ciro Simoni, admitiu, nesta terça-feira, que não conseguirá neste momento cumprir a Emenda Mosconi, a Emenda nº 29. Ele pede um prazo para se adequar, até por causa do Orçamento votado também no Rio Grande do Sul. Foi uma palavra de reconhecimento ao papel do Tribunal de Contas, e muito razoável. Essa atitude do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, dadas as circunstâncias do Orçamento já votado, de ter dado esse tempo, foi razoável. Esperamos que também ao governo do PT, no Rio Grande do Sul, ao Governador Tarso Genro, seja dado esse tempo para que possa se adequar.

Muito obrigado pela paciência e pelo tempo que V. Exa., democraticamente, concedeu-me para participar da sua discussão e desse debate. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado João Leite. Em seu aparte, V. Exa. coloca o seu ponto de vista, do partido do governo, mas eu teria ainda de abordar algumas questões até para ficar mais claro e para que as pessoas possam fazer o julgamento real dos argumentos que apresentamos.

Em primeiro lugar, falarei sobre o argumento que V. Exa. apresentou em relação à questão federal. V. Exa. falou bem, embora o assunto possa ter ficado confuso para as pessoas. Ficaram de fora da Emenda nº 29 a União e os seus 10%. Então o governo federal não está descumprindo, pois ficou de fora. Existe um movimento para se incluir os 10% na União, a que sou favorável. Portanto vamos encaminhar isso, e espero também que a Constituição Federal obrigue a União a incluir os 10%. Mas hoje, como não está incluso, o governo federal não está deixando de aplicar a Constituição, e sim respeitando, pois esse item não está na Constituição. Porém é diferente em relação ao governo do Estado, em que se fala claramente nos 12% para a saúde. Aí, sim, o governo do Estado não está respeitando a Constituição Federal. E essa é a primeira diferença, porque não há desrespeito do governo federal em relação à Constituição, no que diz respeito à questão da saúde, mas há o desrespeito do governo do Estado em relação à Constituição. Deputado João Leite, fosse algo novo, eu diria que a razoabilidade poderia ser aplicada. Lerei aqui a recomendação que o nosso Presidente do Tribunal de Contas, o ex-Deputado Antônio Carlos Andrada, fez em 2007 ao governo do Estado, sobre o mesmo tema, saúde e educação. Ele dizia, em 2007 - e já se foram, portanto, cinco anos... Eu poderia ter dado outro exemplo, mas darei o do Antônio Carlos Andrada, a fim de facilitar, pois ele está aqui e é o nosso Presidente. Poderia ter trazido para ler para vocês o que o Conselheiro que examinou as contas disse em 2003.

Em 2007, Antônio Carlos Andrada, que era relator do Orçamento, disse o seguinte: “Como não posso desconhecer o caráter impositivo dos dispositivos constitucionais, acredito que o governo estadual deva adotar providências no sentido de adequar a metodologia para o cálculo do percentual mínimo a ser aplicado em ações e serviços de saúde, até porque, como se constata nos arts. 19 e 22 dos projetos” tais e tais, “respectivamente, que tramitam no Senado Federal e que tratam da regulamentação da aplicação para as três esferas do governo, citados os esclarecimentos prestados pelo gestor, tais despesas não serão computadas para fins da apuração do percentual mínimo. É oportuno registrar que o descumprimento do disposto na Lei Maior pode gerar sérios prejuízos ao erário com força do art. 160” etc. “O indicador desse fato pode ser visto no relatório.” E aí ele encerra.

Portanto, desde 2007 - e isso já ocorria desde 2003 -, o próprio Tribunal de Contas já dizia ao governo do Estado: “Vocês, Governadores Aécio e Anastasia, não estão respeitando o mínimo constitucional da saúde e da educação?”. O relatório que li é de 2007, mas desde 2003, Deputado João Leite, o Tribunal de Contas já fazia essas ressalvas.

Há uma possibilidade de entendimento que às vezes se confunde na cabeça das pessoas. O recurso do governo do Estado, da receita orçamentária do Estado, pode ser aplicado em saneamento básico? Essa é uma discussão que gera dúvida. Pode o orçamento do Estado pagar saneamento básico? Essa dúvida sempre existiu. Agora, com a regulamentação da Emenda nº 29, não existe mais. É isso que está sendo adequado? Não. O que o governo do Estado faz não é a aplicação do recurso próprio de saneamento. Isso poderíamos até relevar. O que o governo faz é pegar o dinheiro que é da Copasa e dizer que está aplicando em saneamento. Só que não é recurso próprio do governo do Estado, o recurso é da Copasa. É como se o governo federal utilizasse o orçamento da Petrobras para justificar gastos do recurso federal.

Sei que a base do governo não gosta muito de escutar e dá chilikie. É assim. É bom para vocês verem o que enfrentamos. Mas é importante que façamos uma discussão com calma para as pessoas entenderem e respeitarem democraticamente os pronunciamentos. O fato é que a Copasa, com recursos próprios, aplicava em saneamento. E ele dizia que estava sendo aplicado, com recursos da Copasa, o mínimo em saneamento. Ora, isso nunca pôde; não é de agora. Pela cabeça do legislador, desde 1988 isso nunca foi permitido: computar como receita do Estado a receita da empresa Copasa.

Relativamente à educação, nem essa discussão existe. É muito claro o que o governo tem feito com a educação desde 2003. O que ele faz? Coloca, como se fosse investimento na educação, o gasto na Previdência. Então, aposentadoria que é paga na Previdência, por meio do Instituto da Previdência, entra como custeio da educação, o que também não é permitido pela Constituição. É exatamente isso que tem feito defasar o investimento na educação e na saúde.

O Deputado João Leite citou o Governador Itamar Franco. Não tenho nenhuma carta para defendê-lo, mas fazer justiça é bom. O Itamar Franco, em 2001, investiu na educação... Peço ao Deputado Pinduca que se comporte como Deputado. V. Exa. está atrapalhando. Para as pessoas escutarem, Deputado Pinduca. Calma, já estou terminando. Vamos votar, Deputado. Mas V. Exa. tem de

respeitar o meu pronunciamento. Vou pedir para descontar do meu tempo, Sr. Presidente. O governo Itamar Franco, em 2001, aplicou na educação, se considerarmos o acréscimo dos aposentados, 34,61%. Se você descontar os aposentados, será em torno de 28% o que gastou na educação. No outro ano ele aplicou 31,85%, também superior aos 25%, descontados os aposentados. Quando o atual Senador Aécio Neves entrou como Governador, fez o choque de gestão.

Aí entrou o choque de gestão, corta os gastos; choque de gestão, corta a educação; choque de gestão, corta a saúde; choque de gestão, professora sem merenda; choque de gestão, professora em salas multisseriadas; choque de gestão, arrocho ao servidor público; choque de gestão, corta, corta, corta! Baixou de 34,61 para 26,22. Aí sim, se descontarem os aposentados, desde 2003, será inferior ao que manda a Constituição do ponto de vista dos 25% da educação. Desde 2003, não se respeita esse mínimo constitucional.

É importante que os servidores do Tribunal de Contas saibam disso, assim como a população. Estou vendo a Profa. Beatriz Cerqueira, que está aqui pedindo apoio a uma emenda, porque há mais um projeto de lei cortando benefícios dos professores. Como dirigente sindical, ela sabe disso. Foram 112 dias de greve no ano passado. Ora, os professores estão sufocados com o salário pequeno exatamente porque o mínimo percentual não é aceito e aplicado na educação desde os idos de 2003, quando o Governador Aécio Neves assumiu o Estado de Minas Gerais. Essa é uma verdade. O mesmo ocorreu com a saúde. Isso tem implicações. Deputado João Leite, dizer que o governo não tem condições de se adaptar ao orçamento? Eu diria que tem sim. No início do ano, a Oposição apresentou emenda ao projeto, e ela foi derrotada. Mostramos que era possível remanejar o Orçamento e acatar as emendas da educação e da saúde. Olhem que sem termos técnicos disponibilizados, apresentamos emendas que já adaptavam essa realidade e chamamos a atenção do governo do Estado. Isso está errado, não está de acordo com os preceitos constitucionais e como determina o Tribunal de Contas. Portanto é necessário alterar o Orçamento e enviá-lo à Assembleia Legislativa. A opção do governo é não alterá-lo, mantendo as condições atuais.

Não conheço a situação do governo do Rio Grande do Sul. Pretendo estar lá na segunda-feira com o Governador Tarso Genro e saber o que ele fala, se são gastos da empresa de água do Estado - que nem sei se existe - ou se são gastos do Orçamento com o saneamento, o que seria muito distinto. Mas sei que o Tarso Genro está substituindo a Yeda Crusius, que era Governadora do PSDB. Sendo assim, ele não está há 10 anos no governo para dizer que não sabe fazer um ajuste daquilo que o Tribunal de Contas está propondo desde 2003.

A nossa discordância não é de picuinha, apenas porque somos da Oposição, mas porque as pessoas sentem o desgaste, especialmente as mais pobres, as que precisam da educação e da saúde públicas, assim como as professoras que dão aulas em salas multisseriadas estão proibidas de se alimentar por causa dos cortes de despesas do governo do Estado e são perseguidas porque tiveram de fazer greve. Essas pessoas sentem na pele a ausência dos recursos que, constitucionalmente, foram uma conquista popular. O Tribunal de Contas e o governo do Estado não podem simplesmente fazer um Termo de Ajustamento de Gestão - TAG - e passar por cima da Constituição. Isso só pode ser feito de acordo com a lei e evidentemente de acordo com a Constituição. Nunca aprovamos nenhum Termo de Ajustamento de Gestão nesta Casa que passasse por cima da Constituição do Estado. São esses os argumentos que nos levam a pedir encarecidamente ao Governador Anastasia que volte atrás nesse tal de TAG e se esforce para investir na educação e na saúde o mínimo necessário e constitucional. Como constitucionalista que é, ele sabe que está infringindo a Constituição do Estado.

Concedo aparte ao Deputado Fred Costa. Desculpe-me por fazer V. Exa. esperar. É um prazer ouvi-lo.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* - Agradeço a gentileza, Deputado Rogério Correia. Vou me ater tão somente à discussão do Projeto de Lei nº 2.601, de forma sucinta. No primeiro parágrafo, a primeira frase do relatório destaca que tratará única e exclusivamente do plano de carreira do servidor efetivo do Tribunal de Contas.

Partindo daí, quero fazer uma breve análise. Aqui se citou ex-Presidente, mas não quero polemizar se é do partido X, Y ou Z. O fato é que, desde o governo Itamar, o governo Fernando Henrique, da mesma forma Lula, o governo Lula e, agora, a Dilma, ou seja, independentemente de estar em polos antagonicos politicamente, todos eles vêm dispensando um tratamento ao servidor efetivo público. E aí, partindo de uma simetria federal - no meu entender, covardemente -, isso tem consequência nos Estados e nos Municípios, pois procuram estigmatizá-los e atribuem mazelas provenientes, às vezes, de gestores públicos e, tantas outras vezes, de pessoas que são colocadas em cargos de confiança e cometem crime de improbidade administrativa. Com isso, muitas vezes os servidores públicos efetivos não são valorizados, os concursos públicos postergados, e, dessa forma, eles acabam tendo de acumular função em detrimento até da qualidade de serviço. Em meio a esse contexto temos de valorizar o trabalho hercúleo dos servidores que estiveram presentes nas discussões nesta Casa e junto ao governo para que cheguemos finalmente ao momento de votar.

V. Exa. comentou que as demandas eram superiores ao que foi incorporado no substitutivo, porém aquilo foi o suficiente nesse momento, dentro da articulação colocada e dentro do que foi apresentado. Tendo considerado o efeito nefasto de inúmeras políticas públicas covardes, quero, de antemão, declarar o meu voto a favor e dizer que tem de servir de exemplo para que todos nós, independentemente de partido político, façamos uma reflexão do ato covarde que todos estamos cometendo. Não só o meu partido, como também o PSDB, o PT e todos os outros pés. Aí me coloco bastante à vontade e não tenho vergonha de dizer que o meu partido é um partido pequeno, é um partido nanico e sou o único parlamentar que tem três mandatos pelo meu partido no Brasil. Temos de valorizar o servidor público.

Falo do servidor do Tribunal de Contas de forma muito à vontade e até pessoal porque tenho amigas aqui. Aproveito a oportunidade de, em nome da Giovana, cumprimentar a todos. Na verdade, esse meu voto gera até uma certa suspeição porque minha irmã também é servidora do Tribunal de Contas. Portanto, contem com o meu apoio e com o meu voto incondicional.

O Deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, Deputado Fred Costa, pela sua contribuição.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, primeiramente gostaria de cumprimentar V. Exa., dar boas-vindas a todos os servidores do Tribunal de Contas que nos visitam e tranquilizá-los, pois há consenso em relação à matéria. Tenho absoluta convicção de que essa matéria será aprovada por unanimidade. Deputado Rogério Correia, espero que também consigamos essa mesma disposição, esse mesmo consenso, essa mesma unanimidade que a Casa construiu em torno da justa reivindicação dos servidores do Tribunal de Contas em torno do pleito de outras categorias, como as do magistério, dos servidores da

saúde, dos servidores administrativos e da área de segurança, dos servidores da Assembleia Legislativa, do Judiciário, enfim, de todas as outras categorias, em especial aquelas que reclamam um tratamento emergencial, que o governo tem postergado há tanto tempo.

Quero dizer também, Deputado Rogério Correia, que V. Exa. se tranquiliza em relação ao Projeto nº 2.601 e traz uma reflexão sobre o funcionamento do Tribunal. A recente edição desse destaque nos preocupa muito. É verdade que uma normatização constitucional, quando surge no regramento nacional de forma abrupta, pode gerar a necessidade de uma adaptação progressiva, como ocorreu, por exemplo, em 2000, como mencionado pelo Deputado João Leite, quando se promulga uma emenda durante a vigência de um Orçamento já votado - e a própria emenda previa um prazo de quatro anos para adaptação. Então, nada mais natural que, para sanar as dúvidas a respeito de como seria interpretado o novo mandamento constitucional recém-editado, um governo zeloso do cumprimento da Constituição indague ao seu Tribunal de Contas como ele interpretará a contabilidade dos gastos em saneamento, questionando se eles poderiam ser somados em saúde. Isso no ano da edição da norma, exatamente no ano de 2000.

O Tribunal de Contas alertou seguidamente o mesmo governo desde 2003 dizendo que gastos de uma companhia, e não os gastos em saneamento, custeados com a mensalidade, com a conta de água paga por cada um de nós, não poderiam ser contabilizados. Aliás, esse mesmo Tribunal não aceitava isso para as Prefeituras; dava um tratamento aos pobres coitados dos Prefeitos do interior, que às vezes não tinham sequer estrutura para fazer uma boa prestação de contas. Mas ele aceitava para o Estado. Para os poderosos Governadores, tudo; para os coitados dos Prefeitos, rigor. Não podemos aceitar isso. Depois de recomendar desde 2003, ainda fez um TAG, suspendeu a vigência do mandamento constitucional até o fim do mandato do atual Governador. Como se isso fosse possível, defensável.

Deputado Rogério Correia, pasme, o que dizer do TAG sobre o mínimo constitucional de educação? O meu pai, Deputado, foi o autor da emenda constitucional que estabeleceu o mínimo para a educação antes da Emenda Calmon na Constituição Federal. Portanto, a vigência do mínimo constitucional para a educação é coisa consolidada há quase cinco décadas. O governo Aécio Neves, em 2003, recebeu o governo de Minas cumprindo o mínimo constitucional da educação, excluídos os aposentados. Qual a alegação? O mesmo Tribunal, que sempre exigiu dos Prefeitos que excluíssem os aposentados, aceitava para o poderoso Governador, que nomeia os Conselheiros - os de sua própria nomeação e os que ele nos impõe para serem indicados. Estes podem fazer o que quiserem. Agora esse mesmo Tribunal acha que pode suspender a vigência da Constituição. Não podemos aceitar calados que o TCE, órgão auxiliar deste Poder, em conluio, de joelhos perante o Executivo, queira dizer a Minas Gerais que ele tem o poder, combinado com o Governador, de suspender a vigência no Estado. Não tem. Precisamos denunciar isso aos mineiros, e o fazemos aqui perante os servidores do próprio Tribunal. Não podemos aceitar isso calados, porque já vivemos em Minas Gerais um Estado de exceção. Esta Casa permanece de joelhos; uma terrível censura é imposta aos órgãos da imprensa; o Procurador-Geral do Ministério Público já é chamado de Aeceu, porque só faz defender os interesses do Senador Aécio, porque não temos um projeto de governo em Minas, temos um projeto eleitoral do Senador Aécio. É isso que vivemos. Não podemos aceitar que também o Tribunal de Contas se matricule na campanha, que é pilotada a partir do Centro Administrativo, que deixou de ser centro administrativo para virar comitê do Aécio. Não precisou nem mudar a sigla, é CA, de Cidade Administrativa virou comitê do Aécio.

Não pode. Então, é preciso que afirmemos com todas as letras que os TAGs que foram firmados são inconstitucionais, imorais e indecentes. Isso não tem nada a ver com esse projeto que será aprovado com louvor, pelo qual cumprimento os servidores do Tribunal de Contas.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado Sávio Souza Cruz. Acho que a fala de V. Exa. é esclarecedora sobre os nossos objetivos aqui na Assembleia Legislativa. O Deputado Sávio Souza Cruz é hoje o líder do PMDB e tem atuado junto com o Partido dos Trabalhadores buscando fazer uma Oposição em que fazemos a análise de cada projeto. Temos um comportamento não a partir de um preconceito de ser contra tudo que é do governo, mas a partir da análise objetiva daquilo que nos chega. No caso do TAG, realmente, não podemos concordar e ver simplesmente assinado entre o Governador e o Tribunal de Contas um termo de ajuste em que o Governador não tenha de cumprir a Constituição. Por mais que tenha sido boa a intenção do Tribunal de Contas de apertar o Governador para que ele venha um dia a cumprir, vai caber ao Ministério Público fazer com que aqueles que desrespeitaram a Constituição também paguem pela opção de desrespeitá-la, que é o que tem sido feito pelo governo do Estado.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado pelo aparte, Deputado Rogério Correia. Parabenizo-o pelo pronunciamento. Em breve, votaremos, em 2º turno, o PL 2.601/2011, que trata da carreira dos servidores do Tribunal de Contas do Estado. É uma luta muito justa, legítima.

Como disse o Deputado Sávio Souza Cruz, o nosso desejo é que bons projetos venham a esta Casa. É claro que não foi aceito na sua totalidade, mas houve um avanço que contempla neste momento os trabalhadores do Tribunal. Esperamos que sejam alcançados também os demais servidores do Estado. Faço um destaque para os servidores da segurança pública, da saúde, especialmente os da educação, que estão sofrendo muito em Minas Gerais, em função da mudança do modelo de política remuneratória. Votamos contra ele, Deputado Rogério Correia, ao final do ano passado. Entendemos que esse projeto que acabou sendo aprovado nesta Casa congelou carreiras, tirou direitos e prejudicou a vida dos trabalhadores na educação. Realmente, isso é lamentável. Houve perdas de direitos e congelamento da carreira.

Parabenizo V. Exa. pelo entendimento em relação aos TAGs e também quando cita o choque de gestão e o déficit zero. Conseguimos aqui estabelecer a verdade sobre a falácia do choque de gestão e do déficit zero. Naquela propaganda toda que se fez naquela época, quando anunciaram o choque de gestão e o déficit zero, a proposta seria que máquina administrativa fosse moderna, transparente, que haveria economia aos cofres públicos. Percebemos exatamente o contrário. A dívida triplicou; então é um absurdo falar em choque de gestão e déficit zero. Na verdade, houve um choque de perversidade com relação à qualidade de vida do povo mineiro. Temos a mais elevada carga tributária do Brasil, um ICMS que incide sobre a conta de luz de 42% e uma conta de água da Copasa que é uma desumanidade.

Entendo que houve, realmente, manipulação da planilha nesta conta da saúde, que não podemos aceitar. É evidente, Deputado Rogério Correia, que quando se investe em transporte, moradia, cultura e esporte, qualquer área de política pública contribui-se, com



certeza, para melhorar a qualidade de vida da pessoa, do ser humano, mas não é investimento direto no orçamento da saúde. Já está mais do que provado que houve, sim, manipulação dessa planilha e precisamos, lutar contra isso e estabelecer a verdade. O governo precisa investir diretamente 12% na saúde. Também concordo que a União deve investir 10%, apesar de não estar vigorando na lei. É um movimento que se faz, e apoio esse movimento municipalista, porque, na verdade, o cidadão não mora na União e no Estado, todos vivemos nos Municípios. Todos vivemos nos Municípios - é aí que reside o problema, e realmente precisamos lutar pelos 10% da União na saúde e pelos 10% do PIB na educação, para melhorar a qualidade da educação no Brasil.

Mas o que estamos discutindo neste momento é o processo que envolve o Tribunal de Contas do Estado. Aproveito para desejar muito sucesso aos servidores, parabenizando-os pelo trabalho extraordinário que fazem. Esperamos e torcemos para que, com o processo, esse trabalho seja cada vez mais independente e autônomo, porque, na verdade, ele é de interesse público e diz respeito à vida de cada cidadão e cidadã, que precisam ter seus direitos respeitados. Como digo sempre, temos de transformar o direito formal em direito real, porque a Constituição Cidadã tem apenas 24 anos. Mas não podemos aceitar que a lei fique apenas no papel; ela tem de valer, e esse direito tem de ser cumprido, em favor dos nossos cidadãos e cidadãs e da qualidade de vida do nosso povo. Por isso, parabeno o trabalho extraordinário feito pelos servidores do Tribunal de Contas do Estado, que defendem o direito do nosso povo, para o que realmente precisamos defender também os direitos dos Municípios.

Por fim, parabeno o Deputado Rogério Correia, porque de fato esse processo se complica em Minas, um Estado que não cumpre leis - não cumpriu a lei do piso nem a lei da inclusão do ensino de música na escola, fechou os laboratórios, etc. De fato, está se pregando um Estado, como diz o Deputado Sávio Souza Cruz, de exceção, de censura, de perseguição, com propagandas enganosas na televisão, com o dinheiro público, o que não podemos admitir de forma alguma. Também a questão dos TAGs é outro problema, porque se faz manipulação, e quem acaba sendo prejudicado é o povo, que não tem o seu direito respeitado em plenitude. Ou seja, queremos 12% do Orçamento do Estado investidos diretamente na saúde, sem prejuízo do investimento nas outras áreas, que também precisam receber o dinheiro da União, do Estado e dos Municípios. Obrigado, Deputado. Em breve, vamos votar o Projeto de Lei nº 2.601, que trata da carreira dos servidores do Tribunal de Contas do Estado. Parabéns a todos vocês, e obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado Elismar Prado.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Ilustre Deputado Rogério Correia, quero cumprimentar V. Exa., como sempre vigilante e atento. Na qualidade de Líder do PDT, quero dizer que o PDT votará favoravelmente à matéria. Segundo conversa que tivemos com o ilustre Presidente do Tribunal, que acompanha a tramitação e, agora, a votação em 2º turno dessa matéria, pelo Projeto de Lei nº 2.601 haverá um reajuste escalonado, em três anos, da ordem de 30% a pouco mais do que isso. É isso que votaremos aqui. Em primeiro lugar, vejo que o reajuste salarial que está sendo concedido é justo e valoriza os servidores do Tribunal de Contas do Estado. Obviamente, todos nós, em qualquer carreira que estejamos, queremos progressão e reajuste salarial. Essa é uma expectativa de todo e qualquer servidor público, do Tribunal de Contas, do Judiciário, do Ministério Público, da Assembleia ou do próprio Executivo. Assim, de forma cívica e democrática, esses servidores estão aqui, acompanhando a votação. Além do mais, Deputado Rogério Correia, a função que esses servidores exercem, como órgão auxiliar deste Poder, é de fundamental importância para o controle e a fiscalização de contas. Portanto, é também de fundamental importância que eles tenham ao longo de sua carreira os reajustes salariais, o acompanhamento, a reposição e uma carreira estruturada, que preveja a progressão. Mas, Sr. Presidente José Henrique e ilustres Deputados, aproveito a votação desse projeto - que, como disse, terá o nosso voto favorável - para dizer que a Assembleia também já precisa discutir o projeto de reajuste dos servidores do Legislativo Estadual. No ano passado, essa votação ficou atrelada à votação do projeto dos servidores da educação, como se aqui pudesse se atrelar a alguma coisa. Depois de muita insistência, este Deputado ficou sendo o mais chato, mais picuinha e mais persistente em cobrar o reajuste dos servidores da Assembleia. Mas felizmente, depois de muita luta, conseguimos aprovar o reajuste. Então, quero, Deputado José Henrique - que, no momento, é o nosso Presidente desta Casa - pedir a V. Exa. que, obviamente em comum acordo com os Deputados da Mesa, já esteja trabalhando para que o projeto de reajuste dos servidores do Legislativo chegue a Plenário a fim de ser votado. Os servidores do nosso Poder estão acompanhando a votação de um projeto do Tribunal de Contas, em 2º turno, para um prazo em torno de três anos. E aqui ficamos a conta-gotas, Deputado José Henrique: esperamos todos votarem projetos do Executivo, do Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público para depois fazer a discussão do nosso. É bom que esta Casa se comporte enquanto Poder. A nossa tônica é a defesa do Poder, mas é preciso que se comporte; não é apenas dizer que é Poder, mas, na prática, não se comportar. Portanto, quero dizer aos servidores que estejam tranquilos, porque há acordo: todos encaminharemos para uma votação tranquila, sem nenhum tipo de surpresa. Esse é o clima que temos aqui tanto na Oposição quanto na Situação, mas é bom que o Presidente José Henrique já comece a apertar a diretoria da Casa e os nossos auxiliares para que o projeto de reajuste do Poder Legislativo de Minas Gerais seja pautado e possamos também votá-lo com a mesma atenção, com o mesmo cuidado com que estamos votando esse projeto. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Fico também satisfeito com o posicionamento do PDT.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, nosso Líder, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento sempre atento às reivindicações dos servidores e também da população de Minas Gerais, para a defesa dos seus direitos. Já me manifestei nesta tribuna, nesta semana, sobre o TAG. Sobre a questão da educação, há décadas, temos os 25%. Então, que se corte em outra área, em outro setor, a fim de garantir os 25%. Não podemos abrir mão deles. Na saúde, há uma legislação mais recente e talvez seja necessária uma discussão maior, aliás, com Prefeitos, para se encontrar uma saída, embora ela também deva ser prioridade. Ou seja, devemos investir o que a lei manda. Essa é uma questão mais imediata. O outro não tem nenhuma justificativa. Cortem em qualquer outra área, menos em educação. Em qualquer esfera de poder, federal, estadual ou municipal, não se concebe cortar recursos. Prefeitos já foram cassados porque não cumpriram os 25%. Então, sabemos como é a situação, Deputado Rogério Correia.

Para encerrar, quero cumprimentar os servidores do Tribunal de Contas do Estado, que estão organizados. Estava conversando com o Presidente do Tribunal, e ele me disse que 80% dos servidores são mulheres. Então, penso em como é importante a contribuição que



as mulheres têm dado a este Estado, ao lado dos companheiros homens. Temos sempre debatido esse tema, nesta Casa. Em termos de funcionários públicos, de um modo geral e em vários setores, as mulheres são maioria e estão presentes junto com os servidores. Então, esse é o caminho. Os nossos direitos são conquistados com a nossa organização e a nossa luta. Então, quero cumprimentá-los. Como eu disse, o Presidente reivindicou essa votação, e, nesse caso, haverá um consenso na Assembleia, pois este é um direito de vocês: a valorização do servidor público. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Sr. Presidente, termino e quero também parabenizar todos os servidores do Tribunal de Contas, na pessoa do Presidente do Tribunal, Deputado Antônio Carlos Andrada, que deixa o Tribunal para mais uma empreitada. Quero felicitá-lo e parabenizá-lo pelo trabalho que realizou no Tribunal. Desejo também homenagear as mulheres por meio da Dra. Cristina, que esteve conosco, uma técnica muito competente que nos mostrou, passo a passo, o que aconteceu, e agradecer ao Carlos Frederico, Presidente do Sindicato, e a todos os sindicalizados e trabalhadores. Peço à Bancada do Partido dos Trabalhadores que interrompamos, portanto, o trabalho de obstrução, apenas para votação desse projeto, a partir de um acordo feito com os próprios trabalhadores, durante o ano passado. Muito obrigado, Sr. Presidente, e uma boa sorte a todos.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/5/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Elismar Prado

exonerando Waltemones do Nascimento Junior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Waltemones do Nascimento Junior para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 27/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 10h30min do dia 29/5/2012, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a contratação de empresa de engenharia para fornecimento e instalação de sistema de climatização.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 14 de maio de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 12/5/2012, na pág. 16, onde se lê:
"exonerando Delma Aparecida Botelho Alves Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;"; leia-se:
"exonerando, a partir de 11/5/2012, Delma Aparecida Botelho Alves Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas".